

JULIANA CANEDO

INTERVENÇÕES URBANAS EM FAVELAS:

O Arquiteto no Processo Coletivo de Construção e Transformação das Cidades

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo

**Orientador: Prof^a. Dr^a. Luciana da Silva Andrade
Co-Orientador: Prof^a. Dr^a. Eliane Bessa**

**Rio de Janeiro
2012**

JULIANA CANEDO

INTERVENÇÕES URBANAS EM FAVELAS:

O Arquiteto no Processo Coletivo de Construção e Transformação das Cidades

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Aprovado por:

Prof^a. Dr^a. Luciana da Silva Andrade
(Orientadora – PROURB/FAU/UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Eliane Bessa
(Co-orientadora – PROURB/FAU/UFRJ)

Prof. Dr. Cristovão Duarte
(PROURB/FAU/UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Clarissa Moreira
(EAU/UFF)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha orientadora, Luciana, pelo conhecimento compartilhado, apoio e dedicação. Sem ela este trabalho não seria possível. Agradeço também à minha co-orientadora, Eliane, pelas produtivas discussões e incentivo.

Ao professor Cristovão, pelos comentários enriquecedores na qualificação.

Aos demais membros da banca, pela disponibilidade e colaboração.

Agradeço também aos amigos do mestrado e do grupo de pesquisa, em especial ao João Paulo, pelo constante companheirismo e troca de conhecimento, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e meu crescimento enquanto pesquisadora.

À Denise Firme, que me apresentou aos moradores da Providência e me forneceu informações preciosas para a elaboração deste trabalho. Aos moradores da Providência, pelas conversas e pelo aprendizado.

Aos meus pais, meus maiores incentivadores, ao meu marido Renato, pelo apoio incondicional, à minha irmã e meu cunhado pelo carinho e incentivo.

À minha sócia, Jacira, pela compreensão e parceria.

Aos amigos que sempre estiveram do meu lado.

ABSTRACT

This work intends to discuss the role of the architect on the transformation of the cities, particularly in areas where he has been absent for decades – the slums. Understands that architecture, space and society are indissociable on the interventions in the city.

We observed that many times in the practice and teaching of architecture, the architect assumes a protagonist nature, in comparison with the other actors. It is exactly this protagonism that we aim to question. Through the support of theoreticians, such as Carlos Nelson Ferreira dos Santos and Jane Jacobs, we searched for a reflexion about the detachment of the architect of the pre-existing social practices in the space.

Focusing on the urbanization of the slums, we believe that we could observe in a more acute way, the problems related to the difficulty of communication and interaction between the technicians and the population, and also the impacts of the actions on the physical space without considering the needs of the population.

Analysing the projects and, even more the processes, for the urbanization of the Favela da Providência, we identified that the speeches between technicians, government and society were divergent and that the interventions proposed lacked of a more deep analyses of the community, its daily dynamics and its relations.

We aimed to rise some relevant questions and contribute for the reflexion around the role of the architect on the society, and how it's action can contribute for a more friendly and equal city.

Keyword: Architect, slum, urbanization, Providência, Rio de Janeiro.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir o papel do arquiteto na transformação das cidades, em especial em áreas onde esteve ausente por décadas – as favelas. Parte do entendimento de que arquitetura, espaço e sociedade são indissociáveis nas práticas de intervenção urbana.

Observamos que muitas vezes na prática e no ensino da arquitetura, a figura do arquiteto assume um caráter protagonista com relação aos outros atores. É justamente este protagonismo que procuramos questionar. Através do suporte de teóricos, como Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Jane Jacobs, buscamos uma reflexão sobre o distanciamento do arquiteto das práticas sociais pré-existentes no espaço.

Ao focar na urbanização de favelas, acreditamos que pudemos observar de forma mais aguda os problemas relativos à dificuldade de comunicação e interação entre os técnicos e a população, e também aos impactos das ações no espaço físico sem levar em consideração as necessidades da população.

Analisando os projetos e, mais ainda os processos, para a urbanização da Favela da Providência identificamos que os discursos entre técnicos, poder público e sociedade eram divergentes e que as intervenções propostas careciam de uma análise mais profunda da comunidade, seu cotidiano, suas dinâmicas e relações.

Buscamos levantar algumas questões importantes e contribuir para a reflexão acerca do papel do arquiteto na sociedade, na construção de cidades mais amigáveis e igualitárias.

Palavras-Chave: Arquiteto, favela, urbanização, Providência, Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE A – O PAPEL DO ARQUITETO	13
1. ARQUITETO	14
1.1. ESPAÇO PROJETADO X ESPAÇO VIVENCIADO	14
1.2 FERRAMENTAS E PROCESSO PROJETUAL	31
2. ARQUITETO NA FAVELA	41
2.1 URBANIZAÇÃO DE FAVELAS	41
2.2 FAVELA DA PROVIDÊNCIA	61
PARTE B – CONTEXTO	95
1. A FORMAÇÃO DO ARQUITETO E SEU PAPEL AO LONGO DA HISTÓRIA	96
1.1 ARQUITETO COMO UM HOMEM DA PRÁTICA	96
1.2 SEPARAÇÃO ENTRE PROJETAR E CONSTRUIR	100
1.3 ARQUITETURA COMO PROFISSÃO	104
1.4 ARQUITETURA COMO NEGÓCIO	106
1.5 ARQUITETO TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE	110
2. FAVELAS CARIOCAS	115

2.1 SURGIMENTO E OCUPAÇÃO DAS FAVELAS CARIOCAS	115
2.2 INSERÇÃO DA FAVELA NA CIDADE	125
2.3 FAVELA COMO PROBLEMA OU SOLUÇÃO?	126
2.4 FAVELA-BAIRRO	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
BIBLIOGRAFIA	153

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar as relações entre arquitetura, espaço e sociedade, com foco no papel do arquiteto como atuante na transformação, construção e no planejamento das cidades. O elemento central da discussão, no entanto, será o questionamento do protagonismo assumido por esse ator em detrimento dos demais. Esta análise parte do entendimento de que a transformação das cidades é um processo complexo, do qual participam ativamente os três atores destacados de forma igualmente importante.

O trabalho parte de uma discussão mais ampla, relativa ao papel do arquiteto na transformação das cidades, para posteriormente focar na questão da sua atuação no desenvolvimento e na transformação das favelas cariocas. O objetivo é analisar de que forma esta relação se dá, especialmente em espaços que foram sendo construídos ao longo de décadas sem a presença do técnico arquiteto e das normas da cidade dita “formal”.

No cerne desta discussão está a relação entre o planejamento e a real dimensão do seu impacto nas relações sociais. A prática da arquitetura e do urbanismo parece demonstrar que desde os tempos mais antigos até hoje grande parte dos arquitetos atuantes na prática projetual acredita no poder que suas intervenções no espaço físico podem ter em relação às modificações das dinâmicas sociais.

Muitas vezes, a construção e a transformação das cidades vêm sendo feitas de forma autoritária, seja para expressar o poder de um determinado grupo, seja para servir de molde para um determinado estilo de vida mais “saudável” ou mais “adequado” (SANTOS, 1988). Segundo Harvey (2011[2000]), a figura do arquiteto, apesar de na maioria das vezes estar comprometida com a ideologia dominante,

tem o poder e a liberdade de se tornar “arquiteto rebelde” e, através da transformação do espaço e, mais do que isso, da imaginação sobre o espaço físico e sobre como pensamos nosso modo de vida nesse espaço, ajudar a construir e transformar a sociedade.

Começo pela figura do arquiteto. Faço-o em parte porque essa imagem (e é antes de tudo da *imagem* que da pessoa profissional que falo) tem certo caráter central e certa posição em todas as discussões acerca dos processos de construção e organização de espaços. O arquiteto tem estado mergulhado mais profundamente, ao longo da história, na produção e na busca de ideais utópicos (de modo particular, mas não exclusivo, dos da forma espacial). O arquiteto molda os espaços de modo a lhes conferir utilidade social, bem como significados humanos e estético/simbólicos. O arquiteto plasma e preserva lembranças sociais de longa duração e se empenha em dar forma material aos anseios e desejos de indivíduos e coletividades. O arquiteto luta para abrir espaços para novas possibilidades, para futuras formas de vida social. (HARVEY, 2011 [2000]:262)

No que diz respeito à discussão sobre favelas, isso se torna ainda mais plausível, uma vez que a população residente nesses locais permaneceu durante décadas alijada dos benefícios e do direito à cidade e à cidadania, e, portanto, construiu sua própria realidade à margem das regras e diretrizes da formalidade. Seu crescimento e desenvolvimento aconteceu paralelamente às discussões urbanísticas do início do século XX e acabou por constituir uma realidade em muitos aspectos contraditória aos ideais preconizados pelo planejamento urbano moderno. E, no entanto, com todos os seus problemas, representou uma solução de moradia para uma parcela da população que, pela exclusão, inseria-se no sistema.

De acordo com Davis (2006), independente das políticas governamentais e das intervenções urbanísticas - ou por causa delas - as favelas continuam crescendo expressivamente em todo o mundo. Além disso, neste século, pela primeira vez haverá mais gente vivendo em cidades do que no campo, e a maior parte dessa

população tem sido absorvida pelas favelas desde os anos 1970.

No Brasil, com as graves desigualdades sociais e a maior parte das oportunidades de emprego concentrada no sudeste (em especial Rio e São Paulo), a questão da pobreza e das favelas assume, muitas vezes, contornos ainda mais perversos. As políticas governamentais e a atuação do arquiteto com relação às favelas e aos favelados mudaram ao longo do tempo, porém o estigma e o caráter de problema a ser resolvido ou extinguido ainda não parece estar superado. Prova disso é que os discursos de remoções - mesmo que parciais e sob a justificativa dos riscos ambientais e salubridade - continuam presentes, muitas vezes ainda sem uma contrapartida possível para a população removida.

É significativo acompanhar a evolução do vocabulário para designar a “solução” do problema favela: a ação idealizada por Vitor de Moura¹ se exprime na palavra: “substituição”. Seus sucessores, nos serviços da Prefeitura, a partir de 1947, falam em “extinção” e depois em “recuperação da favela. Depois de 1950, impõem-se os termos curiosos de “salvação” da favela, “redenção”, e fala-se da “vocaçao messiânica” dos que se consagram a “salvar” a favela. Enfim, por volta de 1952-1953 aparece o uso da palavra, hoje tão comum, de “urbanização”. Pedimos ao leitor, mais uma vez, que se utilize do “esprit de finesse” tão necessário a quem estuda a favela: estes termos caracterizam uma etapa histórica da favela, mas não são estritamente privativos dela. (PARISSE, 1969:134 apud BUENO, 2000:167)

Muito já se fez e já se discutiu acerca das favelas, no entanto nos parece que ainda há muito o que se estudar e discutir. Atualmente, diversas ações governamentais têm sido feitas com o intuito de prover transformações na cidade e, em espacial, nas favelas cariocas, e é importante que este processo seja observado de perto e discutido pela sociedade civil, pelos técnicos e pela Academia.

1 Nos anos 1940, o médico Vitor de Moura foi convidado pelo Interventor Henrique Dodsworth para trabalhar na remoção de favelas e criação dos Parques Proletários Provisórios na então capital do país (MOURA, 1943).

Atuação técnica com reflexão

Em outubro de 2010, a prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil - RJ, realizou um concurso nacional para selecionar 40 escritórios de arquitetura que iriam elaborar projetos de urbanização de 215 favelas na cidade do Rio de Janeiro. Intitulado Morar Carioca, este concurso iniciou um amplo programa que - segundo a prefeitura - tem como objetivo a urbanização de todas as favelas do Rio de Janeiro até 2020². Apesar de inicialmente ter uma proposta que sugeria algumas mudanças e “avanços” com relação aos programas de urbanização de favelas anteriores, o escopo deste trabalho não mudou quase nada com relação ao escopo do Favela-Bairro³.

Cabe ressaltar que até maio de 2012 nenhum dos escritórios selecionados havia sido contratado pela prefeitura, entretanto, em uma jogada de marketing político, o governo renomeou todas as iniciativas relacionadas à urbanização de favelas que estavam em andamento, passando a serem intituladas Morar Carioca. Em junho de 2012, os primeiros 11 escritórios selecionados foram finalmente contratados, quase 2 anos após a realização do concurso.

Esta pesquisa está inserida, portanto, em um contexto em que a demanda por projetos de urbanização coordenados por arquitetos será extremamente alta e, sob o risco de se tornar “produto”, uma reflexão crítica sobre o que tem sido feito em termos de urbanização de favelas se faz extremamente necessária. As complexas questões sociais que os habitantes pobres enfrentam não têm sido consideradas na arquitetura e no desenho urbano, vistos como “atividades cosméticas”. Segundo Andrade (2002:36), *“objetivar o debate contribui para dar ênfase à gravidade dos problemas decorrente da ausência destas disciplinas no processo*

2 Sobre o concurso Morar Carioca ver <http://concursomorar Carioca.com.br>. acesso em: 16/04/2011

3 Sobre o programa Favela-Bairro ver Conde (2004) e Duarte (1996).

de produção do espaço da habitação social”.

Para esta reflexão, é importante repensar o próprio papel e a formação do arquiteto/urbanista no Brasil (ou mais especificamente no Rio de Janeiro) e entender historicamente como o pensamento dominante foi sendo construído. A partir desta premissa, parece de suma importância analisar por que projetos realizados por arquitetos e urbanistas, mesmo os capacitados e comprometidos com a questão das favelas, por vezes acabam por gerar espaços que promovem o oposto do que foi pensado, que se tornam problema ao invés de solução. Especialmente se estamos tratando de áreas precárias e carentes de soluções efetivas para os diversos problemas existentes.

É necessário parar e refletir sobre a produção dos espaços urbanos, para que possamos discutir outras formas de atuar nesta realidade, através da análise das experiências passadas, “certezas, por definição, só podem ser transitórias.” (SANTOS, 1988:16). Ainda segundo o autor, falta análise crítica dos projetos urbanos, e especialmente do espaço projetado após se tornar ocupado e vivenciado. A análise dos espaços urbanos pode levar à criação de novas formas de se pensar e fazer estes espaços.

O exercício de produção dos espaços urbanos, prolongado por quase cem anos, já está a exigir paradas críticas, reconsiderações teóricas. Atividade infelizmente rara e difícil para quem, como nós arquitetos, esteve tão ocupado realizando, que não pôde se dar ao luxo de pensar muito. (...) Corremos o risco de ter gente filosofando inutilmente de um lado, enquanto, do outro, tudo acontece de qualquer maneira. (SANTOS, 1988:15)

A teoria do planejamento e a construção das cidades encontram-se desvinculadas. É necessário o desenvolvimento, por um lado, de um campo teórico mais voltado para a prática e, por outro, práticas mais pautadas nas discussões críticas e teóricas acerca do que tem sido feito. (SANTOS, 1988)

O que está faltando é a ida-e-vinda dos fundamentos conceituais, que gerem críticas alimentadoras de conceitos revisados, habilitadores, por sua vez de novas práticas. (SANTOS, 1977: 17)

Portanto, a relevância desta discussão está na análise da atuação prática, sob o ponto de vista de uma discussão teórica e reflexiva, no intuito de buscar encontrar outras formas de atuar e pensar a cidade, em especial as favelas cariocas. Para isso, buscamos o suporte de alguns autores que pensaram e discutiram esta questão – e outras correlatas – em diferentes tempos e com diferentes visões e experiências.

Base teórica

Com relação ao referencial teórico, a base principal de conceituação do tema está nos autores Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1980, 1981a, 1981b, 1985 e 1988), Jane Jacobs (2009 [1961]) e Paola Berenstein Jacques (2001, 2003 e 2005). Em Santos (1980, 1981a, 1981b e 1985), buscamos a reflexão sobre o distanciamento entre o arquiteto e a população, e a discussão acerca do novo papel que o arquiteto deveria assumir frente à nossa realidade, especialmente com relação às favelas cariocas.

Santos (1988), analisando a formação, desenvolvimento e aspectos de ordenação e controle dos espaços edificados nas cidades, busca um urbanismo mais comprometido com a construção da identidade de seus moradores, com o respeito à liberdade e aos anseios e desejos individuais e coletivos destas pessoas.

É possível que as energias, antes gastas em projetos imediatos e, obrigatoriamente, individualistas, comecem a se canalizar em demandas por um meio urbano que só pode melhorar através de ações coletivas, de interesse geral. Estão a aprender a cidade e suas regras. Tentam se *apropriar* dos lugares, tornando-os *apropriados* a seus fins, fazendo-os *próprios*.

Eis o repto para arquitetos e urbanistas. Para nós, servir à sociedade é atender às necessidades desses ensaios, ajudar a firmar tais tentativas. Isso com a condição de não perdermos nossas características. Temos um método próprio de ação que, ao fim e ao cabo, consiste na passagem, por aproximações sucessivas, das hipóteses à realidade. (SANTOS, 1977:17)

No que diz respeito à urbanização de favelas, esses aspectos assumem uma importância ainda maior, uma vez que a atuação do arquiteto se dá sobre uma condição pré-existente e uma realidade que foi construída, de certa forma, à margem de algumas das regras (estratégias) da sociedade, e onde as táticas⁴ aparentemente predominam. Santos (1981b) defende a ideia de que o pobre é ator de sua própria história e não um mero agente passivo de um processo cruel de modernização e “desenvolvimento”. Segundo o autor, as favelas não são espontâneas. Há modelos e padrões que refletem da forma mais real possível as cidades brasileiras.

Reduzir a enorme complexidade de articulações em todos os níveis (sociais, econômico, físicos), que resulta na localização das pessoas no espaço urbano e nas suas formas de *habitat* a determinações abrangentes e um tanto abstratas do poderio do Estado e do Capital, equivale a cair em dois equívocos: 1) imaginar que o conjunto de ações que se designam por MORAR em uma cidade, um bairro e uma casa sejam redutíveis a um instante fixo no tempo e correspondente a um mero espaço material (o da edificação), tendo-se apenas a determinação do ator mais privilegiado naquela conjuntura; 2) aceitar que os programas e projetos impostos ou até concertados têm um significado único e só podem seguir o vetor intencional do contratante mais forte que sempre se conservará em uma posição hierárquica superior, em uma situação que se manterá estática. (SANTOS, 1981: 18)

Jane Jacobs (2009 [1961]), apesar de situada em um contexto geográfico e temporal diferente do que pretendemos analisar, traz uma discussão mais ampla em torno da questão da atuação do planejamento urbano nas dinâmicas sociais pré-existentes e na “alienação” dos planejadores com relação à realidade

4 Sobre as táticas e estratégias ver SANTOS, 1988 e CERTAU, Michel de. (1994 [1980]). A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Editora Vozes.

onde intervêm, que foi de bastante utilidade para nossa pesquisa.

Jacques (2001, 2003 e 2005) nos traz uma abordagem mais atual das favelas cariocas e do papel do arquiteto nestas áreas. Na autora, buscamos a visão crítica com relação ao processo projetual e a atenção para a complexidade da realidade das favelas.

Baseamo-nos, também, em David Harvey (2011 [2000]) e Andrade (2002), especialmente ao tratar da dimensão social dos espaços e das relações entre forma e conteúdo. Harvey (2011 [2000]) trata do potencial transformador e revolucionário dos espaços, mas também da capacidade de cada indivíduo de se tornar arquiteto, na medida em que *“Conceber a nós mesmos como ‘arquitetos de nosso próprio destino e de nossa própria sorte’ é adotar a imagem do arquiteto como metáfora de nossa condição de agentes no curso de nossas práticas cotidianas e, por meio delas, efetivamente preservar, construir e reconstruir nosso mundo da vida.”* (HARVEY, 2011 [2000]:263).

Em seu “utopismo dialético”, Harvey (2011 [2000]) nos mostra que o arquiteto atua sobre um campo repleto de limitações (políticas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas), mas que ainda assim possui alguma liberdade para criar e intervir de forma a transformar o campo social. O autor frisa, no entanto, a imprevisibilidade inerente da atuação em um campo tão complexo e repleto de contradições.

Andrade (2002) discute a importância do espaço público na cidade, em especial nas favelas. A autora discute a diferença entre espaço público e espaço livre e ressalta que as dinâmicas sociais nos espaços da favela são complexas e muitas vezes não estão condicionadas ao projeto urbanístico.

Para discutir sobre a formação e o papel do arquiteto historicamente, nos remeteremos principalmente à Spiro Kostof (1977), que, em seu livro *The Architect*, trata da evolução da profissão e do papel do arquiteto desde a Antiguidade. Ele nos mostra que a arquitetura esteve sempre relacionada às classes mais abastadas da população, mas que nem sempre o arquiteto possuía a importância que em alguns momentos da história teve. Na Antiguidade, era muito comum os Faraós ou Governantes assumirem a autoria dos projetos, que muitas vezes estavam relacionados com aspectos religiosos. Acreditava-se que a conformação do espaço era determinada por Deus (ou deuses), e em muitos casos a arquitetura e o planejamento urbano eram utilizados para impor uma determinada forma de vida ou crença para a população.

Deste autor, buscaremos uma reflexão das origens de certos aspectos da profissão do arquiteto, procurando compreender como a história influenciou a nossa forma de atuar no presente.

Estudo de Caso

Para melhor embasar as discussões teóricas, utilizaremos uma intervenção como estudo de caso empírico. O objeto escolhido foi a urbanização da Providência, favela situada no centro da cidade do Rio de Janeiro. A escolha do objeto deu-se, especialmente, pela favela ter recebido dois projetos de urbanização num prazo de menos de 10 anos. Em 2005 foram concluídas as obras do Favela-Bairro Morro da Providência e, em 2011, iniciaram-se as obras do Morar Carioca para a mesma favela. Nos interessou buscar entender os motivos do retorno da prefeitura em tão pouco tempo e do novo investimento realizado. Em segundo lugar, esta escolha deu-se pela importância desta favela no contexto urbano da cidade, não apenas por sua localização em uma área central e onde ocorrerão diversas intervenções no âmbito do Porto Maravilha⁵

5 Projeto de “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro.

, mas também por sua importância histórica, como uma das primeiras favelas da cidade.

Buscamos identificar e avaliar o papel do arquiteto nos dois projetos – Favela-Bairro e Morar Carioca, qual a relação entre o processo projetual e a definição das demandas e proposição de soluções para os moradores daquele local. Procuramos compreender a relação entre o arquiteto, a população e o poder público e quais as diferentes visões sobre este mesmo tema na favela.

Para isso, participamos inicialmente de reuniões da comunidade em que eram debatidas as questões que estavam sendo feitas e as que estavam por vir. Destaca-se a reunião com a Comissão de Mediação de Conflitos⁶, na qual os moradores – através de representantes de cada uma das 7 áreas da favela – expuseram suas questões, reclamações e solicitações para a comissão; e ficaram definidas as principais reivindicações por parte da população, que deveriam ser respondidas pelo poder público.

Posteriormente foram realizadas entrevistas com técnicos da Secretaria Municipal de Habitação e com o escritório responsável pelos projetos do Favela-Bairro e Morar Carioca⁷. Para essas entrevistas, foram elaboradas questões abertas, com o objetivo de obter o máximo de informações com o mínimo de interferência da pesquisadora.

Foram realizadas conversas informais⁸ com alguns moradores da favela e com membros de organizações não-governamentais, universidades e poder público que estão atuando em conjunto com os moradores para organizar suas reivindicações. Optou-se por não realizar entrevistas formais, devido às limitações

de tempo e recursos, e também por acreditarmos que nas entrevistas formais fechadas poderia haver

6 Formada por membros da Secretaria Municipal de Habitação, Movimentos sociais de luta pela moradia, Defensoria Pública, Ministério Público e relatoria. Este conselho está inserido no contexto da Comissão de Mediação a nível nacional.

7 Iremos omitir os nomes dos entrevistados para preservar sua privacidade.

8 Estas conversas se deram antes e após as reuniões que participamos, sendo algumas dentro da própria favela e outras em locais próximos.

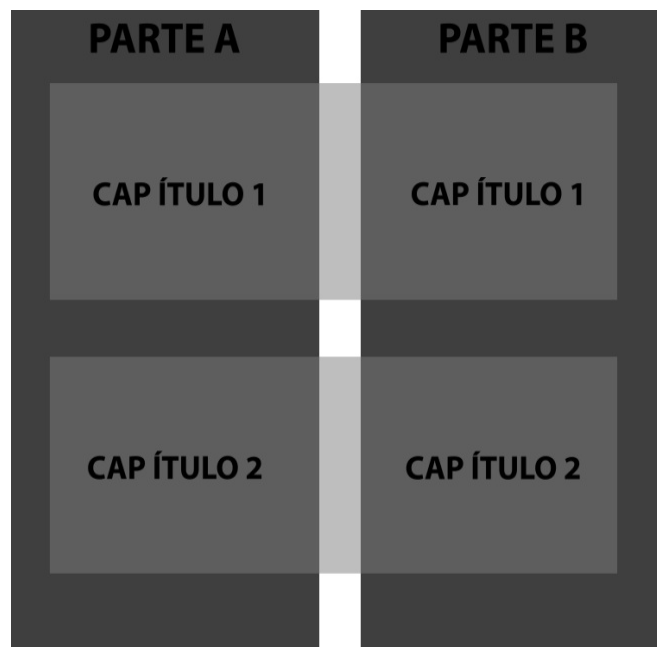
demasiada influência do pesquisador. Para que pudesse ser realizado um trabalho mais profundo de entrevistas e análise junto à população, seria necessário um tempo maior e o foco mais específico na metodologia de abordagem da população local.

O foco deste trabalho está na atuação do arquiteto, no entanto, passa também pelo entendimento da visão da população das ações propostas e da forma como foram propostas. Portanto, a participação nas reuniões e conversas foram fundamentais para fornecer informações sobre o cotidiano dos moradores e sobre suas expectativas com relação à implantação das obras.

Forma

Este trabalho não foi pensado de maneira linear, e gostaríamos de explicitar isso na forma da dissertação. A solução encontrada foi dividir a dissertação em dois eixos, sendo um o eixo principal – Parte A – e o outro o eixo paralelo – Parte B.

O objetivo foi o de possibilitar uma leitura mais dinâmica e não linear, em que o leitor poderia recorrer aos eixos paralelos na medida em que sentisse necessidade. Também parte do entendimento de que é possível fazer a leitura apenas do eixo principal e compreender a discussão sugerida, caso o leitor possua familiaridade com os temas abordados.



No eixo principal tratamos dos aspectos relativos ao objeto central da nossa discussão – o arquiteto. Partimos da discussão da ação mais ampla do arquiteto na cidade, procurando ir fundo nas questões relativas à relação entre a atuação do arquiteto e as relações sociais no espaço urbano, além de buscar analisar de forma crítica suas ferramentas e o processo projetual. Em seguida, partimos do recorte da atuação dos arquitetos nas favelas, discutindo inicialmente seu papel na urbanização destas áreas, para por último focar em nosso estudo de caso – Favela da Providência – no qual buscamos retomar algumas questões teóricas discutidas ao longo da dissertação, aplicando-as em uma realidade concreta.

O eixo paralelo constituiu-se de conteúdos necessários à compreensão e à discussão contida nesta dissertação, que, no entanto, não são o objeto principal da discussão. Esses elementos tangenciam o debate e em diversos momentos cruzam com as discussões sugeridas, sem no entanto constituírem a discussão principal do trabalho. Em paralelo à discussão sobre a ação do arquiteto na cidade e seus impactos nas relações sócio-espaciais, tema do capítulo 1 da Parte A, está o debate sobre sua formação ao longo dos séculos. Neste primeiro capítulo da Parte B, fomos buscar na história a compreensão da atuação desse ator na contemporaneidade.

O capítulo 2 da Parte A tem como eixo paralelo os temas relativos às favelas. Em primeiro lugar, foram destacados das histórias da favela os fatos pertinentes às questões centrais desta dissertação. Em seguida, abordamos as intervenções nas favelas, desde as ações com o intuito de remover a população favelada, até as iniciativas de urbanização.

PARTE A – O PAPEL DO ARQUITETO

Esta primeira parte constitui o eixo principal de discussão deste trabalho. Nela, buscamos discutir o papel do arquiteto na construção e transformação atual das cidades.

No primeiro capítulo, trataremos da distância entre o projeto e a vida concreta, buscando demonstrar como a relação entre ambos é um processo dialético de transformação mútua ao longo do tempo. Para esta compreensão, abordaremos temas como a indissociabilidade entre espaço e sociedade e a imprevisibilidade das ações humanas no espaço, buscando entender de que forma os projetos arquitetônicos e urbanísticos podem incorporar estes conceitos.

No segundo capítulo, buscaremos tratar especificamente da atuação dos arquitetos nas favelas cariocas; focando, na primeira parte, em questões mais gerais, relativas aos processos de intervenção e seus impactos na comunidade; e, na segunda, em um caso concreto e atual, como forma de exemplificar e ilustrar os temas debatidos.

1. ARQUITETO

1.1 ESPAÇO PROJETADO X ESPAÇO VIVENCIADO – A distância entre planejamento e “realidade”

Harvey, citando Marx em O Capital, nos diz que o que diferencia um arquiteto de uma abelha que constrói sua colmeia é que o resultado da ação de transformação do espaço físico já existe na imaginação do arquiteto antes de existir na realidade concreta. Ou seja, o planejamento e a capacidade de antecipar uma realização futura fazem com que o arquiteto “não apenas transforme o material sobre o qual opera como imprima ao material o projeto” (HARVEY, 2004 [2000]: 263)

No entanto, mais adiante, ele próprio nos alerta que esse planejamento e imaginação prévios não irão corresponder exatamente à realidade construída. Há um grau de imprevisibilidade inevitável em qualquer campo de atuação do arquiteto. Harvey (2004[2000]), analisando o trabalho de Karatani (1995) diz que:

“O projeto arquitetônico assemelha-se ao termo ‘jogo’ de Wittgenstein, em que, como ele diz, *criamos as regras enquanto jogamos*. Nenhum arquiteto pode prever o resultado. Nenhuma arquitetura é livre de seu contexto. A arquitetura é um evento par excellence no sentido de ser um fazer ou um vir-a-ser que sai do controle do agente.”⁹

(...) o desafio consiste em desenvolver para o utopismo dialético uma linguagem materialmente assentada em condições ecológicas e sociais mas que ainda assim enfatize possibilidades e alternativas para a ação humana mediante a vontade de criar. (HARVEY, 2004 [2000]: 301 e 303)

Jacobs (2009 [1961]) já identificava que as teorias do urbanismo não dão conta da complexidade e imprevisibilidade das ações humanas sobre o território, e que o desenho urbano não tem o poder de

9 Harvey (2004 [2000]) citando Karatani (1995, p. XXXVIII)

controlar e determinar comportamentos e relações sociais. Segundo a autora, é fundamental que os arquitetos¹⁰ mergulhem profundamente na realidade, avaliando o sucesso e o fracasso de seus projetos na cidade, pelo ponto de vista da apropriação destes pela população.

Num número cada vez maior de cidades, tornam-se decadentes justamente as regiões onde menos se espera que isso aconteça, à luz da teoria do planejamento urbano. Fenômeno menos percebido mas igualmente significativo, num número cada vez maior de cidades, as regiões mais suscetíveis à decadência, segundo a mesma teoria, recusam-se a decair.

As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores desta disciplina (se é que pode ser assim chamada) têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito das razões do sucesso inesperado e pautam-se por princípios derivados do comportamento e da aparência de cidades, subúrbios, sanatórios de tuberculose, feiras e cidades imaginárias perfeitas - qualquer coisa que não cidades reais. (JACOBS, 2009 [1961]: 4)

Por sua vez, para Santos (1988), dentro das regras rígidas da cidade, as atitudes imprevisíveis de seus “jogadores” levam a resultados inesperados. As regras seriam as *estratégias* e as ações imprevisíveis as *táticas*. Numa sociedade onde essas regras (*estratégias*) são normalmente impostas de cima para baixo, surgem ações de baixo para cima que permitem que a vida continue acontecendo à sua maneira (*táticas*)¹¹. A cidade é feita deste conjunto de ordem, desordem e complexidade. E nos parece que ainda é um desafio aos arquitetos e urbanistas incorporar esta complexidade e imprevisibilidade na sua atuação.

10 Cabe ressaltar que a autora refere-se ao arquiteto modernista que se pretendia capaz de projetar o todo, desde a escala do objeto até as cidades. No item 1.4 da parte 1 desta dissertação, abordamos o tema, citando Gropius como um dos arquitetos que pensou a arquitetura desta forma.

11 Santos (1988) utiliza os termos estratégia e tática inspirado no autor Michel de Certeau que, em seu livro *A Invenção do Cotidiano* (1980), primeiro utilizou estes termos para definir a relação entre produtores e consumidores. Fonte: CERTEAU, Michel de. (1994 [1980]). *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes.

Quando tratamos da atuação do arquiteto nas favelas e assentamentos informais, onde a maioria dos espaços foi pensada e construída ao longo de décadas sem a presença deste profissional, a situação torna-se ainda mais difícil. Aspectos como a multifuncionalidade no uso dos espaços, a rapidez com que eles se transformam e a falta de padrões rígidos em uma favela vai de encontro aos principais ideais aprendidos pelos arquitetos em sua formação e atuação profissional.¹²

Para Jacobs (2009 [1961]), a base do urbanismo modernista, que inspira muitos urbanistas até hoje, está pautada em utopias, e, como tais, os desejos e projetos de vida de cada indivíduo são desconsiderados em nome de um bem maior comum a todos e pré-determinado pelos urbanistas. *“Como em qualquer utopia, o direito de possuir projetos de qualquer significado cabia apenas aos urbanistas de plantão.”* (JACOBS, 2009: 17). Nessas utopias - pensadas por um único indivíduo ou um pequeno grupo de pessoas -, levava-se em consideração que as cidades obedeciam a uma dinâmica de certa forma previsível, e que as pessoas se comportariam de uma maneira específica em uma determinada circunstância. Os utopistas que deram origem aos principais preceitos do urbanismo moderno acreditavam que as modificações no espaço gerariam automaticamente mudanças de comportamento e de caráter nos indivíduos. Sobre o projeto da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard¹³, a autora diz:

Sua meta era criar cidadezinhas auto-suficientes, cidades realmente muito agradáveis se os moradores fossem dóceis, não tivessem projetos de vida próprios e não se incomodassem em levar a vida em meio a pessoas sem projetos de vida próprios. (JACOBS, 2009 [1961]: 17)

Santos (1988) compartilhava desta mesma visão. Ele nos acrescenta ainda um novo elemento: a reprodução das injustiças e desigualdades do sistema capitalista no desenho urbano e na atuação dos

12 Voltaremos a esta questão no capítulo 1, da parte B desta dissertação.

13 Sobre Ebenezer Howard e as Cidades- Jardim, ver Hall (2007 [1988]) e HOWARD, Ebenezer. (2002 [1898]). Cidades- Jardins de Amanhã. São Paulo: Ucitec.

arquitetos e urbanistas.

Os urbanistas foram profissionais que viram suas idéias, o mais das vezes carregadas de intenções revolucionárias e proposições humanistas, se materializarem em formações urbanas que espelhavam todas as injustiças e segregações do capitalismo de uma forma crua, eficiente e, às vezes caricata no seu maniqueísmo. Miravam um objetivo e, talvez por uma crença ingênua demais nos seus poderes de transformação social que colocavam dentro de fronteiras erradas, acertavam no alvo oposto. Pior ainda, como o resultado final de seu trabalho era muito concreto, ficava lá, estigmatizando profissão e profissionais (...) (SANTOS, 1980:46)

Cabe ressaltar que as utopias modernistas, para as quais Jacobs e Santos dirigem suas críticas¹⁴, surgiram em um contexto de explosão demográfica e de graves consequências deste adensamento nas cidades. A insalubridade da maior parte das cidades do início do século XX gerava enormes problemas para a população, que ainda assim continuava crescendo incessantemente, em grande parte através da migração de moradores do campo que buscavam trabalho nas grandes cidades. (HALL, 2007 [1988])¹⁵. Além disso, ressaltamos que as utopias são importantes para a construção de cenários que nos libertem das amarras dos conceitos pré-definidos, para que possamos pensar outras possibilidades de futuro. Não precisamos abrir mão da utopia, mas podemos reabilitá-la, pensando em construir novas utopias coletivamente.

Sobre outro importante urbanista – Le Corbusier, que também possuía ambições para além do espaço físico em seus projetos, Jacobs (2009[1961]) ressalta que sua utopia pressupunha a desumanização das pessoas, ou seja, a perda das características, contradições e especificidades de cada indivíduo. E mais do que isso, reforçava o ideal do arquiteto/urbanista como detentor dos poderes para transformação

¹⁴ Ambos os autores vivem em um período pós-moderno, onde já se podia observar os impactos dos projetos modernistas nas cidades.

¹⁵ Harvey (2007 [1992]) ressalta ainda que muitas críticas ao modernismo na arquitetura e urbanismo deveriam ser direcionadas aos políticos e empreendedores imobiliários. Cabe portanto refletir sobre as limitações da atuação do arquiteto.

não apenas da cidade, como da sociedade.

Como um ego visível e enorme, ela (a cidade dos sonhos de Le Corbusier) representa a realização de um indivíduo. Mas, no tocante ao funcionamento da cidade, tanto ela como a Cidade-Jardim só dizem mentiras. (JACOBS, 2009 [1961]: 23)

Botton (2006) cita um projeto de Le Corbusier de 1923 para a construção de casas de operários e suas famílias perto de Bordeaux, na França. Como era de se esperar, o resultado foi um conjunto de edificações que celebravam a indústria e a tecnologia, *“nos espaços de concreto, nas superfícies sem decoração e nas lâmpadas elétricas nuas, sem lustres.”* (BOTTON, 2006: 164) As casas de Le Corbusier seguiam os princípios modernistas – muitos destes criados por ele mesmo – e não lembravam em nada as casas cheias de adornos tão comuns na França dessa época. Para os modernistas, a casa se transformara literalmente em uma *máquina de morar*.

Le Corbusier orgulhava-se muito da sua falta de alusões locais e rurais. Ele zombava das aspirações do que chamava “brigada folclórica – formada por tradicionalistas sentimentais – e denunciava a intransigência da sociedade com relação à modernidade.” (BOTTON, 2006: 164)

No entanto, essa sua visão de beleza e progresso não estava compatível com os ideais e desejos que os futuros moradores nutriam com relação às suas próprias casas. *“Não eram eles que haviam se fartado de tradições e luxo”*. Pelo contrário, esses trabalhadores, que passavam o dia todo nas fábricas, estavam muitas vezes longe de sua terra natal, *“sentiam saudades das casas e terrenos que tinham antes”* (BOTTON, 2006: 164). Eles não desejavam chegar em casa após longas jornadas de trabalho e ver reproduzidas fisicamente as dinâmicas industriais com que conviviam todos os dias.

Em poucos anos, os operários transformaram os seus cubos corbusianos idênticos em espaços privados, diferenciados, capazes de fazê-los lembrar das coisas que sua vida funcional lhes havia tirado. (BOTTON, 2006: 164)



Figura 1: conjunto residencial projetado por Le Corbusier para operários na França.
Fonte: BOTTON 2006



Figura 2: adaptação do conjunto feito pelos moradores.
Fonte: BOTTON 2006

O arquiteto na cidade espetacular

Atualmente, segundo Jacques (2005), vivemos em um período de crise da noção de cidade. Segundo a autora, o Pós Modernismo mais conservador, ao criticar a completa desvalorização do passado e da memória das cidades ocorrida no Modernismo, acabou por gerar, no extremo oposto, a museificação e patrimonialização das cidades, em especial dos centros históricos. Esta supervalorização do passado, sem levar em consideração a vida nas cidades e as dinâmicas sociais existentes nesses espaços, o surgimento das “cidade-parques-temáticos” e uma “disneylandização urbana” são alguns dos aspectos que vêm transformando nossas cidades em cidades-espetáculo.

Além de criar cidades “irreais”, a espetacularização de partes da cidade tem como grave consequência a gentrificação¹⁶, ou seja, a expulsão das camadas mais pobres da população das regiões “revitalizadas” e do seu entorno na medida em que ocorre a valorização destas áreas e o consequente aumento do custo de vida local, na maioria das vezes sem o aumento da renda desta população em contrapartida. Jacques (2005) critica a atual espetacularização das cidades e propõe a

apologia das errâncias urbanas, da experiência participativa das cidades, que pode ser considerada como um antídoto à espetacularização. O que chamo de espetacularização das cidades contemporâneas, que também pode ser chamado de cidade-espetáculo, está diretamente relacionado à uma diminuição da participação popular, mas também da própria experiência física urbana enquanto prática cotidiana, estética ou artística (...) (JACQUES, 2005:16)

Sobre a espetacularização das cidades, Jacques (2008) reforça que a distância entre a prática profissional e a vivência da cidade são extremamente prejudiciais à criação de espaços sensoriais, espaços que possam ser apropriados e experimentados pelas pessoas. Ou seja, o arquiteto/ urbanista precisa ser antes de tudo um cidadão que vivencia e experimenta sua cidade para que possa atuar nela. A espetacularização da cidade, por outro lado, está intimamente relacionada à escassa participação ativa da sociedade na construção e transformação de seus espaços, e principalmente na falta de experiência corporal nas cidades. Segundo a autora, os espaços públicos contemporâneos estão cada vez mais privatizados e não são apropriados pela população.

Os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo, através da prática, vivência ou experiência dos espaços urbanos. Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que o atualizam.

¹⁶ Chama-se gentrificação, a um conjunto de processos de transformação do espaço urbano, que ocorre com ou sem intervenção governamental, provocando sua melhoria e consequente valorização imobiliária, com retirada de moradores tradicionais, que geralmente pertencem a classes sociais menos favorecidas. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>. O conceito de gentrificação será aprofundado ao longo da dissertação.

São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano. (JACQUES, 2008)

A espetacularização das cidades está também relacionada com uma certa atrofia do poder do Estado e com a política neo-liberal e globalizada que estamos vivendo. Andrade (2002) destaca o declínio do “Estado de Bem Estar Social” em todo o mundo nos anos 1980 e 1990 e, analisando Peter Marcuse (2000), nos mostra que

A existência de uma nova ordem espacial decorrente da economia chamada global, sofisticou os mecanismos de segregação por meio de práticas espaciais, como a criação de cidades de negócios, interligação entre edifícios para evitar o contato das pessoas ‘produtivas’ com as ‘ameaças da rua’ e a recuperação de centros históricos na perspectiva de resgatá-los para as classes sociais de melhor renda. (Andrade, 2002: 23)

Um claro exemplo de espetacularização das nossas cidades é o que está ocorrendo em grande parte das obras realizadas no Rio de Janeiro em função da Copa do Mundo de 2014 que ocorrerá no Brasil e, especialmente, dos Jogos Olímpicos de 2016 que acontecerão na cidade. Podemos destacar o projeto para o Porto Maravilha, que ao propor uma transformação completa da Área Portuária da cidade, desconsiderando grande parte de sua memória por um lado e congelando alguns elementos históricos por outro, está gerando um explícito processo de gentrificação que só tende a se agravar com o avanço das intervenções. Cabe ressaltar que, assim como descreveu Jacques (2005), esses projetos pressupõem a mercantilização espetacular das cidades e uma “*clara intenção de se produzir uma imagem singular de cidade*”. Esta imagem visa atender aos interesses internacionais, e não à população local, aplicando padrões homogeneizadores de um determinado tipo de espaço urbano mundial, sem levar em consideração as especificidades de cada local, além dos anseios e necessidades da

população residente.

O processo contemporâneo de espetacularização das cidades é indissociável das estratégias de *marketing* urbano, ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para a cidade que lhe garanta um lugar na nova geopolítica das redes internacionais. O que se vende hoje internacionalmente é, sobretudo, a imagem da marca da cidade. (JACQUES, 2005:18)

E a estratégia do marketing urbano, muitas vezes usado com finalidades políticas, pode ser extremamente prejudicial ao trabalho dos arquitetos e urbanistas minimamente comprometidos com a realidade, na medida em que o que é feito já não é mais importante, o mais importante é o que parece que foi feito ou que se consegue dizer que foi feito.

O arquiteto trabalha sobre o concreto, mas também sobre o simbólico, e, nesse sentido, sua ação pode ser de grande importância para os interesses políticos e das classes dominantes que visam “vender” uma imagem de cidade. No entanto, este processo se dá, em geral, deixando de lado os interesses e necessidades da população residente. E são justamente os interesses da população local que deveriam ser levados em consideração nos projetos e nas intervenções propostas.

Conteúdo simbólico dos espaços públicos

Como forma de resistência à essa espetacularização, Jacques (2008) nos propõe a prática da errância como uma ferramenta tanto para os arquitetos e urbanistas como para todos os cidadãos. A errância urbana seria a experimentação da cidade de forma livre e voluntariamente arbitrária. Ao errar pela cidade, o indivíduo se envolve na corporeidade da cidade, a absorve e transforma, ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo.

A questão central do errante estaria na experiência ou prática urbana ordinária, diretamente relacionada com a questão do cotidiano. (...) De Certeau nos mostra que há um conhecimento espacial próprio desses praticantes, ou uma forma de apreensão, que ele relaciona com um saber subjetivo, lúdico, amoroso. O autor nos fala de uma cegueira que seria exatamente o que garante um outro conhecimento do espaço e da cidade. (JACQUES, 2008)

Jacques (2005) identifica que as favelas seriam “formas alternativas de resistência ou fissuras” neste sistema globalizado de espetacularização. Os moradores destas áreas, ao participarem ativamente da construção e vivência de seus espaços, lutam inconscientemente contra o espetáculo da cidade. Fortalecem o sentido da cidade como espaço de trocas, conflitos e encontros.

Por trás das questões formais e funcionais tratadas pelos arquitetos e urbanistas, há os aspectos mais importantes dos espaços urbanos, que são justamente aqueles que não são materializados, que estão na interseção entre o material e o imaterial. São do campo das experiências e das sensações. Seria o “urbanismo poético”, proposto por Jacques (2005), aquele que conjuga o corpo físico do indivíduo com o corpo da cidade através das experiências, da errância urbana.

O sujeito arquiteto-urbanista não poderia jamais – para não projetar espaços espetacularizados ou desencarnados – se esquecer de se relacionar fisicamente, eu diria até mesmo amorosamente, com a cidade em si, o seu objeto. A distância, ou descolamento, entre sujeito e objeto, entre prática profissional e vivência-experiência física da cidade, se mostra desastrosa ao se eliminar o que o espaço urbano possui de mais urbano, que seria precisamente seu caráter humano, ou pior, ao se eliminar o que de mais humano tem o homem: seu próprio corpo. (JACQUES, 2005: 24)

A liberdade individual, as relações sociais e o contexto espacial estão intimamente relacionados e não é possível perceber qualquer um destes elementos sem os outros dois. Os aspectos simbólicos e materiais das cidades possuem igual importância na vida das pessoas. O que os arquitetos, de modo

geral, teimam em separar é juntado pela cultura do dia-a-dia, esta é a essência social do espaço. (SANTOS, 1988)

De fato, de acordo com Santos (1997 [1988]) e Lefebvre (2001 [1968]), o espaço físico está carregado de conteúdo simbólico. O meio físico interage com o meio social, influenciando e transformando suas dinâmicas. Mas este meio físico é também alterado pelas mesmas dinâmicas sociais, em um processo dialético e contínuo, impossível de ser previsto e apreendido em sua totalidade pelos arquitetos e urbanistas ou por qualquer outro estudioso das cidades. O que arquitetos e urbanistas precisam fazer é incorporar este elemento em sua prática. Ao contrário de tentar impor uma determinada vida social a partir de um espaço físico pré-determinado, é necessário compreender que a estrutura física surge como suporte de dinâmicas sociais muitas vezes pré-existentes, porém em constante transformação, e que caso este suporte esteja suficientemente adequado e flexível, talvez ele se transforme junto com a sociedade que o utiliza. Podemos dizer que estes são de fato os espaços duráveis, aqueles que contribuem para a cidade e para o desenvolvimento da sociedade.

Portanto, certos estudos geográficos reconhecem a história humana e social como parte indissociável do espaço, materializando os conjuntos de práticas que a produziram. O espaço deixa de ser um mero continente destas práticas. Contudo, não assume o papel determinante dado a ele por certas vertentes do pensamento ocidental que trabalharam o espaço – ou, mais precisamente, a forma urbana – apenas sob sua perspectiva morfológica. Desse modo, o espaço deixa de ser apenas cenário para as dinâmicas sociais, passando também a atuar, de forma a contribuir, ou não, para o desenvolvimento de certas práticas. (ANDRADE, 2002: 17 e 18)

Andrade (2002), citando Milton Santos (1996), nos mostra que o autor funde os conceitos de forma e conteúdo, criando um novo conceito de “forma-conteúdo”, identificando que ambos interagem e se modificam mutuamente, e é partir desta interação dialética que se obtém o espaço de fato.

A experiência do lugar, a vivência dos espaços, é importante para sua concepção e transformação, mas ela sozinha não serve, é preciso combinar experiência e saber técnico. É preciso aprender a incorporar de forma mais incisiva o cotidiano das pessoas na elaboração dos projetos urbanos; mais do que isso, seus reais desejos e necessidades, e não as necessidades ditadas por uma forma de ver o mundo destas pessoas de fora para dentro.

Como afirma Jacques (2003), o arquiteto-urbano entende que ele é apenas uma peça no motor que movimenta a sociedade e não o seu operador, não o único responsável por toda a engrenagem. O arquiteto seria o catalisador, o suscitador, o tradutor dos desejos dos habitantes da cidade. E isso parte do arquiteto, mas também de toda a sociedade, que passaria de mero espectador a agente transformador e vivenciador de seus próprios espaços. Como defendiam os situacionistas¹⁷, a participação na cidade, ao contrário da passividade e da alienação da sociedade. Jacques (2003: 13) nos lembra que o

resgate do pensamento situacionista sobre a cidade, presente nos textos publicados nos anos 1950, pode ser visto como uma provocação diante do seguinte fato: a quase completa ausência da 'paixão' – proposta e vivida pelos situacionistas – na vida e no pensamento urbanos contemporâneos. Apesar dos recentes protestos anti-globalização que ganharam as ruas de grandes cidades do mundo, e poderiam nos fazer pensar num retorno ao ambiente de inquietação e reivindicação dos anos 1960, o pensamento urbano difundido neste período, que ficou conhecido como 'participacionista' – pois pregava a participação dos habitantes – parece estar cada vez mais 'fora de moda' em prol de uma 'espetacularização' urbana generalizada. Quando os habitantes passassem de simples espectadores a construtores, transformadores e 'vivenciadores' de seus próprios espaços, isso sim impediria qualquer tipo de espetacularização urbana.

Os encontros no espaço público possuem importância fundamental para construir laços de confiança

¹⁷ Situacionistas: grupo da década de 60 que defendia a participação efetiva na cidade, em oposição à alienação e espetacularização existente. (JACQUES, 2003).

com a cidade e para compreensão da identidade pública de cada indivíduo e do respeito ao próximo. A subjetividade dos usos destes espaços públicos tem impactos na convivência e na qualidade de vida dos cidadãos (Jacobs, 2009 [1961]).

As pessoas que estabelecem as ligações, assim como aquelas que formam elos menores nas ruas e organizações de interesse específico, não são de forma alguma os índices estatísticos que supostamente representam pessoas nos projetos urbanísticos e habitacionais. Pessoas-índice são uma fantasia por várias razões, uma das quais é elas serem encaradas como sempre substituíveis. As pessoas de carne e osso são únicas; investem muitos anos em relacionamentos significativos com outras pessoas únicas, e são, no mínimo, insubstituíveis. (JACOBS, 2009 [1961]:4)

Andrade (2002), baseada em Gomes (2001), reforça que o espaço público é o lugar da vida política e da cidadania. Sem cidadania, não há espaço público. A autora diferencia os espaços livres não-edificados dos espaços públicos de fato. O espaço público pressupõe a existência e a convivência da diversidade, heterogeneidade, o conflito, para que possa haver a troca. Esse lugar é livre, porém para que seja possível, é necessário que possua determinadas regras de convivência. Essas regras devem ser determinadas a partir de um “pacto social entre os habitantes” e devem representar os princípios da democracia, e não segundo lógicas particulares ou de interesses próprios.

A importância da rua como espaço público nas cidades

Jacques (2005) nos alerta que o urbanismo enquanto disciplina foi criado justamente com o intuito de modernizar as cidades antigas, e que uma de suas principais ferramentas foi a transformação das antigas ruas em largas e retilíneas vias de circulação de veículos, reduzindo as possibilidades de interação, trocas e encontros no espaço público através do caminhar e percorrer as cidades. As ruas propostas pelos modernistas eram vistas exclusivamente como meios de circulação, e não como espaços de troca e convívio.

Jacobs (2009[1961]) atenta para a importância da rua no sucesso e na vida das cidades. A rua pode ser o espaço público por excelência, o local onde a cidadania e a liberdade podem ser exercidas dentro dos princípios da democracia. Porém, a rua e a calçada, na verdade, são uma abstração. Elas só existem em função dos outros elementos que as cercam – edifícios, lojas, feiras, etc – e representam muito mais do que simplesmente a circulação na cidade. É na rua – e especialmente na rua das grandes cidades - que ocorrem os encontros com o desconhecido, as trocas, o inesperado, e dependendo desta rede de relações *“intrincadas de controles e padrões de comportamento espontâneos presente em meio ao próprio povo e por ele aplicados”*, a rua será mais ou menos segura, mais ou menos pertencente à população.

SantoseVogel(1985), tambémvão tratar darua como algoalém dafunção estritadeligar umpontoaoutro. Segundo o autor, o Modernismo acabou com o conceito de lugar, na medida em que desconectou a casa da rua, ao levar ao extremo a divisão de usos no espaço. Para o autor, casa e rua se complementam. A casa representa a segurança, a identidade, o conforto e o controle; e a rua representa o imprevisto, o inesperado, as trocas, a aventura, o diferente¹⁸. Sem esses dois lados, o ser humano não está completo e suas relações sociais ficam prejudicadas. De acordo com Jacobs (2009), *“a confiança na rua forma-se com o tempo, a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas.”* (JACOBS, 2009 [1961]: 60)

No entanto, a rua como definida acima, está em decadência a partir das práticas de segregação espacial que vêm ocorrendo desde o início do século e que se agravam com o desenvolvimento da economia global e a criação de “cidades de negócios” e com o crescente temor da suposta “insegurança das ruas”. As intervenções urbanísticas e gestões de segurança, na maioria dos casos, visam retirar as pessoas das ruas, e não colocá-las como defendia Jacobs (2009 [1961]). Andrade (2002: 25), citando

18 Sobre este assunto ver DAMATTA, Roberto. (2003 [1984]). A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco.

Richard Sennet em o *Declínio do Homem Público*, afirma que:

A classe burguesa, que anteriormente fora agente da emergência da vida pública, passou a fugir dela. A família adquire, então, um estatuto moral mais elevado do que o da esfera pública, que passa a ser um local ameaçador. Esta ameaça decorre do fato de que as áreas públicas das cidades – como ruas e praças – deixaram de ser espaços da convivência da diversidade, para serem espaços da existência de estranhos.

Outras possibilidades de intervir no espaço público

Os anos 1960 foram anos de revisão das “teorias totalitárias”, que previam a transformação social a partir de intervenções no espaço urbano. Entre elas, destacamos o Modernismo, que com seus ideais racionalistas e funcionalistas pretendiam transformar as cidades em máquinas. Como crítica ao Modernismo e aos demais movimentos utópicos do início do século XX – que já se mostravam insuficientes para as ambiciosas propostas –, surgiram diversos grupos de discussão e autores que apontavam para outras formas de agir nas cidades. Além de Jacobs (2009 [1961]) e Santos (1980a, 1980b, 1981a, 1981b, 1985 e 1988), já citados, são também deste período os situacionistas (JACQUES, 2003) Christopher Alexander, John Turner e Habraken (MONTANER, 2001); e diversos outros pensadores que criticaram a forma autoritária como entendiam-se as intervenções na cidade a partir das utopias do início do século passado.

Se na teoria podemos observar uma vasta gama de autores discutindo e propondo outras formas de atuação sobre o problema, na prática não são muitos os exemplos desta transformação. De fato, até os dias de hoje, podemos observar na prática inúmeros vestígios dos ideais modernistas, entre outros, na atuação dos arquitetos e urbanistas. Destacaremos a ação de um arquiteto dinamarquês, que desde o início dos anos 1960 vem atuando na cidade de Copenhague, entre outras pelo mundo, colocando

na prática alguns dos preceitos dos grandes teóricos mencionados. Não estamos afirmando que esta foi a única iniciativa neste sentido e nem a mais importante, apenas julgamos relevante sua descrição para este trabalho, uma vez que o arquiteto redefine alguns processos de elaboração dos projetos de arquitetura e urbanismo, o que é um dos principais objetivos da discussão desta dissertação.

O arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl propôs, na contramão da tendência das cidades voltadas para os automóveis da 2ª metade do século XX, experiências urbanas com o intuito de reduzir os impactos causados pelos automóveis nas cidades. A partir de 1962 iniciou uma série de intervenções na cidade de Copenhague, que tinham como objetivo melhorar a vida pública desta cidade, através da estratégia de privilegiar o pedestre em detrimento dos carros, inicialmente no centro da cidade. (GEHL, 2006)

Gehl propôs uma transformação gradual de vias e estacionamentos do centro de Copenhague em ruas de pedestres e praças. Suas ações foram lentas e graduais e contavam com medidas do governo para desincentivar o uso do carro, tais como melhorias no transporte público e criação de ciclovias. Cada uma de suas intervenções era seguida de estudos prolongados sobre os impactos, transformações e opinião das pessoas da região. A avaliação com os habitantes era constante, além de sistemas de análises de fluxos e usos elaborados por seu escritório. (GEHL, 2006)

Suas pesquisas demonstraram que tais medidas foram aos poucos trazendo maior utilização dos espaços públicos pelos moradores locais. O sucesso de seus projetos se deu, principalmente, devido à constante avaliação junto aos usuários e ao fato de ter sido uma mudança gradual, o que possibilitou às pessoas se acostumarem com a nova realidade e se apropriarem mais efetivamente daqueles espaços.

(GEHL, 2006)

Essa perspectiva de trabalho nos traz uma outra abordagem da profissão do arquiteto e do urbanista e do processo projetual, na medida em que encara o planejamento como uma construção coletiva e o projeto como um processo contínuo e infinito, sempre medido, acompanhado e estudado através do uso dos espaços. Fica claro que a intenção inicial de um técnico qualificado – que identificou um potencial problema antes mesmo que este se configurasse de fato como um transtorno para a população – foi fundamental para o sucesso da intervenção, assim como sua criatividade para elaborar uma solução. Mas o processo de implementação gradual, avaliação junto com os habitantes, observação e a própria transformação do ponto de vista dos técnicos é, de fato, o principal responsável pela transformação positiva e permanente daqueles espaços.

Compreendemos, portanto, que é de fundamental importância a ação do arquiteto nas cidades. No entanto, compreendemos também que uma revisão e uma análise crítica dos processos e ferramentas utilizados por este profissional, visando uma maior integração entre a proposta e as reais necessidades e desejos dos habitantes, é primordial para que possamos pensar e ajudar a construir cidades mais amigáveis aos moradores e que deem suporte às suas atividades cotidianas. Espaços que auxiliem e incentivem, em vez de espaços que limitem e dificultem.

1.2 FERRAMENTAS E PROCESSO PROJÉTUAL

Ao repensarmos o processo projetual, é necessário repensarmos e entendermos as ferramentas que utilizamos. De que forma elas podem contribuir para um processo projetual mais comprometido com a população, e de que forma elas agem como empecilho das transformações necessárias.

Podemos repensar as ferramentas utilizadas no processo de projeto arquitetônico para que elas atuem a favor das mudanças que sonhamos, e podemos também pensar a própria arquitetura como uma das ferramentas de transformação da sociedade.

Hierarquia do conhecimento

Segundo Illich (1976), nos definimos pela relação com o outro e pela estrutura das ferramentas que utilizamos. E acrescentamos aqui que as ferramentas que utilizamos devem contribuir para que aprimoremos a nossa relação com o outro. Ferramentas que aproximem e que permitam um processo mais horizontal na concepção de projetos arquitetônicos ou urbanísticos, ao contrário das ferramentas que incentivam a hierarquia entre o técnico e o leigo. Pensamos em ferramentas simples que possam ser utilizadas coletivamente, a partir do entendimento de que a construção dos espaços deve se dar de forma coletiva.

Illich (1976) acredita no potencial das pessoas para construir e modificar seu ambiente de acordo com seus desejos e necessidades, independente de sua formação técnica. Segundo ele, o importante é que as pessoas tenham acesso a ferramentas simples, que facilitem sua interação com o seu meio, ao invés de dificultá-lo. Segundo ele, os técnicos (médicos, professores, arquitetos) complicam as ferramentas

para que estas possam ser utilizadas somente por eles, e, desta forma, será sempre o outro que saberá o que é melhor para sua saúde, seu lazer, e como é a melhor forma de se viver a sua vida. É uma maneira de fortalecer a hierarquia social através da superioridade técnica de um determinado grupo sobre o outro.

“Quase perdemos a capacidade de sonhar um mundo onde a palavra se tome e compartilhe, onde ninguém possa limitar a criatividade do próximo, onde cada um possa mudar a vida.” (ILLICH, 1976: 30)

Neste contexto, as nossas ferramentas servem muito mais para nos separar, nos dividir em grupos – os que sabem e os que não sabem – do que para nos aproximar, compartilhar conhecimentos e ideias.

Illich (1976) traz para o debate uma questão muito interessante que é a questão da hierarquia gerada pelo conhecimento. O saber certificado – normalmente através de um título ou profissão – gera automaticamente uma superioridade do perito em relação ao leigo. Apesar de reconhecermos a importância do conhecimento específico de cada profissão, acreditamos que esta hierarquia acaba por se tornar uma barreira para o diálogo construtivo entre os diversos atores sociais. Cabe ressaltar que este hermetismo já vem sendo discutido, inclusive em outras profissões.

A distância entre estes dois lados cresce na medida em que a camada social do cliente é mais baixa. Ou seja, quanto mais “ignorante” com relação aos termos técnicos e à educação convencional, menos valor tem a opinião do indivíduo com relação à melhor disposição espacial para sua casa ou para seu bairro. E esta relação é uma via de mão dupla. Na mesma medida em que o profissional acredita-se superior ao leigo, este sente-se inferior. E isso dificulta a participação do coletivo na concepção de seus espaços.

Na verdade, é o valor social que determina os “complexos” de superioridade e de inferioridade. Em uma sociedade onde o conhecimento popular é respeitado, o sentimento de superioridade técnica não teria a mesma repercussão e da mesma forma a inferioridade do leigo não se faria sentir. Nas periferias cariocas e em muitas favelas, por exemplo, por terem sido construídas sem a presença de um técnico, muitas vezes a população tem plena consciência de seu saber e de suas capacidades e demanda participar ativamente na elaboração dos espaços.

Ao mesmo tempo, no atual contexto de crescente desenvolvimento tecnológico, podemos pensar em outros tipos de ferramentas e tecnologias que aproximem os dois lados; utilizar a tecnologia de forma criativa, de forma a criarmos cidades mais humanas e que favoreçam o exercício da cidadania. (ROGERS, 1997)

As ferramentas que desenvolvemos ao longo do tempo para representar nossas “criações” arquitetônicas servem única e exclusivamente aos técnicos. Costuma ser muito difícil para um leigo compreender uma planta baixa, um corte ou um detalhe. Se já é difícil entender, que dirá intervir, participar ativamente da concepção de um projeto.

A ciência pode ser também utilizada para simplificar a instrumentação, para que cada indivíduo seja capaz de modelar o seu meio ambiente imediato, isto é, seja capaz de carregar-se de sentido, carregando o mundo de signos. (ILLICH, 1976: 54)

Tal como em várias partes do mundo, no Egito dos anos 1930, o papel do artesão e a arquitetura vernacular haviam sido substituídos pela presença do arquiteto e do engenheiro e pela arquitetura padronizada do concreto armado dos modernistas.

O arquiteto egípcio Fathy (1980 [1973]), na tentativa de resgatar as antigas técnicas construtivas de seu país de origem e restabelecer um diálogo entre o cliente e o mestre de obras, desenvolveu uma linguagem gráfica de representação de seus projetos diferente do desenho técnico aprendido nas escolas de arquitetura, mas muito mais próximo da realidade e do entendimento do seu povo. A presença do arquiteto e do engenheiro havia criado uma ruptura entre a comunicação do mestre de obras com o cliente.



Figura 3: Representação gráfica de um projeto de Hassan Fathy
Fonte: <http://www.kmtspace.com>

Fathy (1980 [1973]) restabelece o diálogo através de uma linguagem gráfica que aquelas pessoas eram capazes de decifrar e que contivesse informações com as quais elas pudessem se identificar. Em vez de plantas e desenhos técnicos, ele produzia pinturas e desenhos simbólicos, que ilustravam, além dos

aspectos construtivos e da forma da construção, informações sobre o meio ambiente, a convivência, o entorno. Era uma linguagem apropriada à cultura local e ao conhecimento daquela população, além de simbolizar que a construção ia muito além da forma e da estrutura, ela tinha vida e se relacionava com o seu entorno (natureza e homem). A representação também influenciava o projeto em si, que era feito a partir de ambiências, de sensações.

No actual [sic] sistema de usura programada em grande escala, alguns centros de decisão são os que impõem a inovação ao conjunto da sociedade, privando as comunidades de base de escolher o seu futuro. Com efeito, é o instrumento que impõe a direção e o ritmo da inovação. Um processo ininterrupto de reconstrução convivencial é possível na condição de o corpo social proteger o poder das pessoas e das coletividades para modificar e renovar seus estilos de vida, as suas ferramentas, o seu ambiente ou, dito de outro modo, o seu poder de dar à realidade uma face nova. (ILLICH, 1976: 96)

Podemos, portanto, definir outras ferramentas dentro da arquitetura que facilitem a interação entre a sociedade em geral e os arquitetos e urbanistas. Ferramentas que garantam a capacidade de intervir e de pensar os espaços coletivamente, integrando os diferentes técnicos e os leigos, na construção de novos espaços e novas cidades.

Jacques (2008), ao falar sobre a resistência à espetacularização das cidades e à prática da errância urbana¹⁹, nos convida a repensar os métodos de apreensão do espaço a ser projetado através das práticas e vivência da cidade. A autora questiona, por exemplo, um dos mais difundidos métodos do projeto urbano – o Diagnóstico. Segundo a autora, o diagnóstico urbanístico, da forma como hoje é realizado, está pautado em estatísticas e dados objetivos e não leva em conta a subjetividade da vida urbana.

19 Estas questões foram abordadas no item 2.1, desta parte da dissertação. Para saber mais ver Jacques (2008).

Para Jacques (2005), o Diagnóstico deveria ser utilizado de forma a “contaminar” o arquiteto/urbanista com a vida da cidade. Tudo deveria vir da experiência física da cidade e as ações deveriam potencializar os aspectos sensoriais do meio urbano.

É dessa relação entre o corpo físico do cidadão (ou do arquiteto-urbanista, que evidentemente não pode deixar de ser cidadão também) e esse ‘outro corpo urbano’ que poderia surgir uma outra forma de apreensão da cidade. (...) o arquiteto-urbanista poderia também utilizar seu próprio corpo, assim como o corpo da cidade, como uma forma de Ação através da apropriação do espaço público, no caso das errâncias urbanas, através do simples andar pela cidade. (JACQUES, 2005: 20)

Tempo do projeto

Além de novas ferramentas e métodos, é necessário repensarmos o tempo do projeto. As inovações tecnológicas que vivenciamos nas últimas décadas nos permitem realizar nosso trabalho de forma muito mais ágil e complexa. E em vez de utilizarmos isso em nosso benefício, de forma a repensar nossos processos e garantir que a arquitetura acompanhe as transformações vividas em nossa sociedade, estamos nos igualando às máquinas em busca de uma produtividade excessiva, em que a quantidade de projetos e intervenções passa a ser mais importante do que a qualidade do serviço prestado.

Deste modo, à ferramenta acionada ao ritmo do homem sucedeu um homem que agia ao ritmo da ferramenta, com o que todas as modalidades humanas de agir ficaram transformadas. (ILLICH, 1976: 49)

O tempo das máquinas e da alta produtividade foi aos poucos sendo transferido para nossa vida cotidiana. Alteramos o tempo de pensar, o tempo de agir, o tempo de trabalhar. Encurtamos distâncias, criamos meios de locomoção cada vez mais velozes. O conceito é otimizar o tempo. Tempo é dinheiro.

Atualmente, a esta lógica da máquina, acrescentamos a lógica do consumo. Passamos da sociedade da produção para a sociedade do consumo, e ambas demandam velocidade, agilidade. Para se consumir mais, é necessário que se produza mais.

Nessa lógica de fazer mais em menos tempo acabamos deixando de lado conceitos importantíssimos relacionados à nossa qualidade de vida. A tecnologia parece nos dar cada vez mais tarefas a serem cumpridas em um tempo cada vez menor. E cada vez se torna menos importante a questão fundamental para que fazemos as coisas: prover maior bem estar para o homem.

Na arquitetura e no urbanismo não é diferente. O surgimento de programas de computador capazes de reproduzir, modificar e divulgar todo o tipo de desenho técnico, que antes consumiam horas e horas de trabalho árduo na prancheta, ao invés de dar mais tempo para o arquiteto acabou por tomar tempo dele.

Esse aumento da velocidade por um lado foi possível através das novas tecnologias desenvolvidas, mas por outro foi exigido por essa mesma lógica industrial que trouxesse como “recompensa” um número maior de projetos. Assim como numa fábrica, a lógica é produzir mais por menos, consumir projetos. Ao invés de ganhar tempo para criar, estudar os projetos, se aperfeiçoar, o arquiteto precisa fazer cada vez mais projetos em menos tempo.

Segundo ROGERS (1997), as novas tecnologias de que dispomos hoje diminuíram o tempo de trabalho necessário para que sejam produzidas as “coisas” de que necessitamos. E quando falamos em necessidades estamos nos referindo a muito mais do que apenas comer, beber e dormir. Entendemos que culturalmente necessitamos de muitas outras coisas materiais, mas que na

verdade nos remetem a questões mais subjetivas como lazer, prazer e felicidade. O tempo do ócio²⁰ é necessário para renovar as energias físicas e mentais do indivíduo, além de permitir que ele usufrua daquilo que produz no tempo produtivo (THACKARA, 2008).

As tecnologias de produção e, principalmente, de informação, aumentaram incrivelmente a velocidade das coisas. A internet encurtou distâncias, possibilitou novas formas de se relacionar e de trabalho. As comunicações sem fio, em combinação com sistemas logísticos modernos, possibilitam reduzir a distância entre as pessoas que precisam das coisas e as pessoas que podem satisfazer necessidades (THACKARA, 2008). No entanto, com toda esta tecnologia que objetiva a redução das distâncias e a conectividade, nunca estivemos mais socialmente separados. (ROGERS, 1997).

Neste contexto em que possuímos tecnologia suficiente para produzir aquilo que necessitamos em um tempo muito menor do que as 8 horas de trabalho diário a que nos acostumamos, podemos pensar em novas formas de utilizar esse tempo que poderia estar “sobrando”.

Uma alternativa defendida por Rogers é investir o “tempo livre” em atividades culturais ligadas à cidadania, gerando um maior envolvimento com a sua comunidade, ajudando a fortalecer a rede social que nos une. O envolvimento e a cidadania aumentam o sentimento de pertencimento à cidade e valorizam as relações humanas na construção de uma forma de viver mais harmônica.

No campo da arquitetura e do urbanismo, esse tempo que aparentemente ganhamos poderia ser usado pelos arquitetos para repensar seu processo projetual. Afinal de contas, se voltamos a ter tempo – bem precioso no mundo contemporâneo – para que continuarmos a lógica de produção desenfreada de

20 Paul Lafargue, em seu manifesto O Direito à Preguiça (1880), defendeu que a luta dos trabalhadores das indústrias do século XIX pelo direito ao trabalho estava equivocada. Para o autor, a luta deveria ser pelo direito ao tempo livre, ao ócio.

produtos, no caso, projetos?

Pensar processos projetuais que envolvam a interação de pessoas de diferentes grupos sociais, com diferentes crenças e desejos na busca de um denominador comum que gerará a criação de um espaço – seja ele um edifício ou um espaço livre – que será bom para todos. Segundo Thackara, os japoneses consideram de extrema importância o conhecimento compartilhado, que é obtido através do desenvolvimento da confiança ao longo do tempo. Para eles, se a confiança é estabelecida entre as pessoas previamente, é necessário menos esforço para atingir um consenso em relação a qualquer questão. A qualidade dos relacionamentos entre as pessoas é o verdadeiro valor.

Acreditamos, portanto, que este tempo maior despendido na elaboração do projeto, no processo projetual, resultará num menor tempo e energia demandados na reconstrução, adaptação e vigilância dos espaços criados. É importante destacar que o tempo da arquitetura deve ser outro, para que possamos construir nossas cidades coletivamente. Precisamos quebrar este vício da velocidade industrial e da produtividade, e valorizarmos o caráter simbólico e subjetivo da arquitetura e dos espaços gerados por ela. O foco deve estar na qualidade dos resultados e não na velocidade com a qual eles são atingidos (THACKARA, 2008).

Essa revisão dos processos projetuais em arquitetura e especialmente no urbanismo nos parece ser necessária em todos os campos de atuação do arquiteto/ urbanista, com o objetivo de construirmos cidades mais receptivas a seus moradores e mais comprometidas com suas reais necessidades, complexidades e desejos.

No entanto, quando se trata de projetos para aquelas áreas onde o técnico e o poder público estiveram

ausentes durante décadas – em especial as favelas - observamos que esta mudança é urgente. A forma como se vem tratando essa realidade em termos de revitalização e urbanização vem aumentando a segregação sócio-espacial ao invés de minimizá-la. Os processos de gentrificação, os projetos de baixa qualidade oferecidos à população de baixa renda e o ainda corriqueiro remanejamento de moradores de áreas centrais para bairros da periferia da cidade são apenas alguns dos exemplos do que estamos fazendo com as nossas cidades e em especial que tipo de serviço estamos oferecendo às camadas mais pobres e carentes da sociedade.

2. ARQUITETO NA FAVELA

2.1 URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: O papel do arquiteto.

A discussão sobre a intervenção em favelas com o objetivo de sua permanência existe há algum tempo, muitas vezes em paralelo às políticas de repressão e remoções. Iniciativas no sentido de melhorar a qualidade de vida da população e garantir sua dignidade, através da urbanização, existiram em determinados momentos políticos, em ações isoladas de instituições religiosas, como a Igreja Católica, através de ONGs e outros órgãos assistenciais, como parte da iniciativa de técnicos e algumas vezes dos próprios moradores. A história nos mostra, no entanto, que essas atuações tiveram diferentes papéis, interesses e significados de acordo com o contexto em que estavam inseridos (SILVA, 2001).

Ao longo de seus mais de 100 anos de existência a favela já teve diversos estigmas, e diferentes formas de abordar e atuar sobre este espaço foram realizadas. Mesmo identificando que a realidade das favelas é complexa e diversa e que não podemos homogeneizar a visão sobre estes locais, podemos constatar que, mesmo com todas as intervenções, a população favelada continua a crescer nos dias de hoje – não só na cidade do Rio de Janeiro, como em diversas outras do Brasil e no mundo (DAVIS, 2006) – e a qualidade de vida desta população ainda é precária, assim como seu acesso à cidadania e aos direitos constitucionais básicos.

Favela-Bairro e Morar Carioca: urbanização como política

Apesar de identificarmos a existência de diversas ações no sentido de urbanizar as favelas no Rio de Janeiro, é apenas com o Programa Favela-Bairro que o objetivo de integrar a favela à cidade através da

urbanização passa a ser estruturado como uma política, sendo definidos aspectos específicos no que tange a gestão do programa. Neste momento, a urbanização passa a ser institucionalizada e defendida como principal ferramenta do governo no sentido de “resolver” o “problema” das favelas. (SILVA, 2001)

Desde o início do Programa em 1994, arquitetos têm sido convocados a realizar projetos de urbanização nas favelas do Rio de Janeiro. Não pela primeira vez na história, mas pela primeira vez institucionalizado pelo poder público, esses técnicos foram convidados a compreender a questão das favelas como parte da cidade, e portanto, pensar ações que visassem integrá-las a essa cidade, da qual estavam segregadas (BENETTI, 2011).

(...) assim se desenha uma política habitacional que não tem como objetivo principal a construção de habitação, mas a oferta de cidade, certamente este ponto de vista representa uma superação de todas as políticas anteriores que negavam o valor do esforço coletivo empregado na construção da moradia por parte de camadas populares recomendando a simples remoção e destruição destes conjuntos edificados. (BENETTI, 2011:21)

As principais críticas ao Programa Favela-Bairro residem na pouca (ou nenhuma) participação da população favelada nas decisões acerca dos projetos realizados para o lugar onde moram e o fato de que o Programa tratava apenas das questões urbanas, sem atuar nas habitações – que na maioria dos casos são bastante precárias e representam a baixa qualidade de vida daquela população tanto quanto o espaço urbano. O enfoque do Programa era na infraestrutura (água, esgoto, sistema viário), criação de “espaços públicos”²¹, pavimentação de vias, iluminação pública e na realização de alguns equipamentos como creches e Postos de Saúde. (BENETTI, 2011 e ANDRADE, 2002). Essa forma

21 A discussão sobre a existência de espaços públicos na favela é complexa. Sobre esta discussão, ver Andrade (2002).

de intervenção estava de acordo com o modelo planejamento urbano seguido pelo governo, como nos mostra Andrade (2002), exemplificado em outras intervenções na cidade como o programa Rio-Cidade, por exemplo.

Se por um lado critica-se o Favela-Bairro pela falta de participação popular no processo, por outro Andrade (1998) nos alerta que o fato de não se intervir nas construções particulares – de certa forma assumindo que a realização destes edifícios pela população, sem qualquer apoio técnico, é aceitável nos parâmetros urbanísticos e arquitetônicos da cidade – representa outra falha no programa na medida em que parece “supor a existência de um conhecimento popular que daria conta da complexidade dos problemas que devem ser enfrentados na concepção e construção dos espaços (...)” (ANDRADE, 1998). Ainda segundo a autora, o reconhecimento das especificidades de cada indivíduo ou grupo de indivíduos na favela não deve significar omissão por parte dos arquitetos e urbanistas.

Outra questão importante ressaltada por Andrade (1998) é a intenção, explícita não apenas no edital como no próprio nome do programa, de transformar a favela em bairro. A referência do bairro da cidade formal²² deixa de levar em consideração que o processo de integração da favela na cidade deveria ser um processo dialético, de transformação mútua em uma nova realidade onde não haja espaços segregados, e não uma homogeneização da cidade. Além disso, deixa de considerar que alguns desses bairros apresentam condições ainda piores do que as de muitas favelas, especialmente se olharmos para os bairros de periferia nas zonas norte e oeste da cidade. (ANDRADE, 1998)

22 A discussão de “formalidade” e “informalidade” é complexa, pois a realidade não se revela tão precisamente dual. Por exemplo, é possível observar informalidade nas práticas sócio-espaciais nas áreas da cidade consideradas formais. Do mesmo modo, também há formalidade naqueles espaços que ficaram convencionados como informais. Para uma discussão sobre o tema ver, por exemplo, Abramo (2003).

Diversos programas de urbanização de favelas vêm sendo realizados, não apenas no Rio, mas em diversas cidades, e o Favela-Bairro segue sendo um dos modelos mais divulgados como exemplo de intervenção em favelas. No entanto, a exemplo das intervenções anteriores ao Favela-Bairro, o que as intervenções a partir de meados dos anos 2000, até o surgimento do Morar Carioca²³, têm em comum é o fato de não se constituírem em uma **política** voltada para a urbanização de favelas. Os planos e os recursos para essas ações provêm de fontes diversas e vão desde atuações isoladas de ONGs até objetos de concursos de ideias promovidos pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, como foi o caso da Rocinha²⁴. Recentemente, vem-se experimentando também uma série de novas intervenções nas favelas que extrapolam os limites da urbanização e são promovidas por diferentes atores sociais. “Sem um escopo programático comum entre os planos, cada favela tem experimentado investimentos conduzidos por órgãos diversos, desde Ações da polícia (chamadas Unidades Pacificadoras), até implantação de modernizações tecnológicas como internet sem fio.” (FARIAS, 2010: 38)

Em 2010, a prefeitura do Rio de Janeiro promoveu um concurso – intitulado Morar Carioca²⁵ – no qual foram selecionadas quarenta equipes multidisciplinares coordenadas por arquitetos para realização de projetos de urbanização de mais de 200 favelas cariocas em um período de dois anos. Embora tenham se passado mais de dez anos do início do Programa Favela-Bairro, o escopo do edital desse concurso possuía as mesmas bases do famoso programa, considerando algumas alterações importantes.

A principal alteração diz respeito à intervenção nas construções particulares – como mencionado acima,

23 Falaremos mais detalhadamente sobre este programa mais adiante nesta dissertação.

24 Dentre as fontes de recursos principais dos últimos 10 anos podemos destacar o PAC 1 e PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento – ambos programas do governo federal que não possuíam foco específico na urbanização de favelas, mas que financiaram diversas intervenções desde o ano 2007.

25 Todas as informações referentes ao Concurso Morar Carioca foram retiradas do edital do concurso. Para mais informações, ver o documento em anexo.

uma das importantes críticas ao Favela-Bairro. Está previsto no Morar Carioca a realização de projetos de melhorias habitacionais por parte dos escritórios contratados. Ainda não está definido como isso se dará, no entanto, de acordo com o edital do concurso, a intervenção com o intuito de garantir a saúde dos ambientes e a qualidade de vida da população deverá se estender aos espaços privados. Uma das formas possíveis de se viabilizar a realização de melhorias nas áreas privadas seria através do encaminhamento dos moradores a linhas de crédito para aquisição de materiais de construção, acompanhados de auxílio dos técnicos e seus respectivos projetos. No entanto, essa ainda é uma questão de difícil solução nos moldes atuais das intervenções em favelas.

Outra importante alteração é no que se refere ao número de remoções possíveis em cada projeto. No Favela-Bairro, como não havia verba suficiente para a construção de novas edificações para realocar a população removida e não havia nenhum programa consistente do governo que garantisse a inserção dessa população no mercado formal de habitação, os projetos poderiam prever no máximo 10% de remoções, apenas em casos extremamente necessários, e que na maioria das vezes acabavam por não ser realizados no decorrer da obra.²⁶

No caso de reassentamentos para abertura de vias ou devido à localização das habitações em áreas de risco geotécnico, faixas de proteção, entre outros, deveriam ser realizadas em contrapartida algumas unidades habitacionais nas proximidades da favela para reassentar parte da população removida. No entanto, esse número de habitações normalmente era inferior ao número de remoções realizadas. A população remanescente poderia receber indenização por benfeitoria²⁷, na maioria das vezes em

²⁶ Informações fornecidas por técnicos da prefeitura e arquitetos responsáveis por projetos de urbanização de favelas no âmbito do Favela-Bairro.

²⁷ No caso de remoções sem o fornecimento de outra unidade habitacional para o morador, o poder público pode ofertar a indenização por benfeitoria, que é o valor pago pelo imóvel, excluindo-se o valor do terreno.

valores muito inferiores ao valor de mercado de suas casas, o que impossibilitava a inserção no mercado formal de habitação e a alternativa mais viável para as famílias acabava sendo a ocupação de outra favela, na maior parte das vezes nas periferias da cidade.

Essas práticas, no entanto, não foram suficientes para resolver a questão da moradia dessas famílias. Se por um lado as indenizações por benfeitoria não eram suficientes para que o proprietário do imóvel adquirisse um novo imóvel similar na área “formal” da cidade, pelo outro, a situação dos inquilinos era ainda mais grave. Atualmente, grande parte da população favelada mora de aluguel, seja através de antigos moradores que alugam quartos ou “lajes”, até a existência de pessoas de fora da favela que constroem edifícios ou casas para alugar.

Abramo (2009) analisando o mercado imobiliário informal das favelas observa que:

(...) nas cidades do Rio de Janeiro, Belém e Salvador o mercado de locação informal representa praticamente uma das quatro transações imobiliárias informais nas favelas. Esse resultado é bastante expressivo, pois revela uma nova faceta da forma de acesso ao solo nos assentamentos consolidados informais, que até o momento não foi avaliada pelos diagnósticos sobre a moradia popular e/ ou os programas habitacionais. (ABRAMO, 2009: 36)

O autor ressalta ainda que na cidade do Rio de Janeiro o percentual de locações no mercado imobiliário informal das favelas cresceu de 14,8% em 2002 para 27,8% em 2006. Para Abramo, as razões para esse crescimento devem-se à precarização do mercado de trabalho e ao crescimento do subemprego, que representam uma redução na renda familiar. Somado a isso o autor identifica uma mudança no perfil demográfico da população favelada, uma vez que a população antiga está envelhecendo e atualmente as segundas e terceiras gerações dos antigos moradores também passam a ser moradores da favela. Esse fator gerou o adensamento, especialmente pela verticalização, de muitas favelas, e o

aluguel de quartos ou a expansão da casa para locação da laje passaram a representar uma outra fonte de renda para os proprietários.

Além disso, Abramo (2007: 37) destaca que o “colapso da oferta de moradias formais para os setores populares explica o crescimento da informalidade via ocupações e fracionamentos irregulares e/ou clandestinos, mas também o surgimento da locação informal em áreas informais.”. Outro fator identificado pelo autor é o adensamento das favelas e a falta de terrenos vazios para ocupação, que seria a alternativa de acesso à moradia para aqueles excluídos do sistema formal de habitação e sem recursos para aquisição de imóvel informal.

Outro fator importante a ser destacado é que a realização de melhorias nas favelas acaba por gerar, em nosso sistema capitalista neoliberal, uma valorização dos imóveis, o que atrai a especulação imobiliária e gera uma expulsão velada²⁸ de parte dos moradores que permaneceram nas favelas. Aos poucos, a população favelada vai sendo substituída por outra, de poder aquisitivo um pouco maior, o que faz com que a pobreza se movimente pelo espaço urbano da metrópole, mas não melhora de fato sua condição.

Esse fato evidencia que não se trata apenas de uma questão relativa ao urbanismo, e que o papel do arquiteto é limitado. Para que se melhore, de fato, a condição de vida daquelas pessoas, é necessário uma série de outras ações públicas, que vão desde a educação e o acesso a melhores salários, até a inibição dos fatores que geram a especulação imobiliária e o enriquecimento de um grupo em detrimento de outro.

28 Refere-se ao processo de gentrificação, onde os indivíduos não conseguem mais arcar com os custos elevados do local onde moram, seja porque taxas como impostos ou os itens de necessidade básica sobem muito de preço, seja porque moram de aluguel e, neste caso, não podem mais arcar com os custos da moradia.

Reconhecer as limitações da atuação do arquiteto é fundamental para compreender o campo em que estamos atuando e não nos deixar levar pela crença ingênua de que através das mudanças no espaço físico poderemos efetuar mudanças profundas na sociedade. Arquitetos e urbanistas munidos de ideais revolucionários e, muitas vezes, de ótimas intenções compactuaram com ações que, ao contrário de trazer benefícios e soluções para a população, possivelmente geraram mais problemas.

Se por um lado compreendemos que é necessário garantir a salubridade e a habitabilidade dos espaços em toda a cidade – e não apenas nas favelas –, por outro fica claro que transferir os parâmetros da “cidade formal” para a favela não é possível. A elevada densidade, os padrões de ocupação que diferem da lógica do restante da cidade, a ocupação de terrenos em alguns casos com altíssima declividade, entre outros fatores, faz com que seja necessária a flexibilização dos parâmetros existentes e em muitos casos a criação de novos.

Essa flexibilização já é prevista em muitos casos com a criação das ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social²⁹, no entanto, para que se torne possível implementar alguns dos projetos urbanísticos, ainda é necessário que sejam removidas muitas casas, como veremos mais adiante neste capítulo ao falarmos da Favela da Providência. Isso, somado ao processo de gentrificação que tende a ocorrer em áreas que obtiveram melhorias, nos fazem questionar para quem de fato estão sendo realizadas as benfeitorias, uma vez que a população oriunda do local muitas vezes não consegue permanecer ali. É necessário criar ferramentas que viabilizem a permanência da população – caso ela deseje – e, ao mesmo tempo, garantir que as condições de vida realmente melhorem nesses locais.

29 As ZEIS foram criadas pelo Estatuto das Cidades em 2001, como ferramentas para viabilizar intervenções e regularização fundiária em áreas ocupadas irregularmente na cidade.

Portanto, não pretendemos sugerir que não sejam feitas melhorias. Entendemos que é primordial garantir condições de moradia digna para a população moradora de favelas, com espaços que favoreçam o exercício da cidadania. Além disso, compreendemos que a solução do problema dependerá de muitos fatores além da arquitetura e do urbanismo.

No entanto, o que chama a atenção é que arquitetos e urbanistas, ao atuarem nesse campo, tentam impor as regras e os padrões do restante da cidade – ou até importar valores e padrões dos países centrais da Europa e EUA – sem considerar, muitas vezes, que certos espaços já estão incorporados pela população e certas formas de habitar e conviver estão determinadas por esses espaços. Não pretendemos aqui defender as favelas ou romantizar seu modo de vida. Está claro que muito precisa ser feito em termos de melhorias da qualidade do espaço daquela população e da garantia de seus direitos mais básicos. Também não pretendemos defender que se acentue a diferença entre a favela e o restante da cidade, guetificando ainda mais sua população ao optar-se por uma forma de construir e projetar específica para essa realidade, o que geraria, também, uma generalização e uma visão homogeneizante das favelas.

O que pretendemos ressaltar é que é preciso ir fundo na realidade das favelas e do cotidiano de seus moradores para que seja possível construir projetos que efetivamente tragam benefícios para essa população e para a sociedade como um todo. Como ressaltamos no início deste capítulo, precisamos apreender a dinâmica desses espaços e repensar formas de atuação mais comprometidas com a realidade, não apenas das favelas em particular, mas das cidades brasileiras em geral.

Do caso mais extremo em que a favela era removida e seus habitantes realocados em conjuntos habitacionais cartesianos modernistas, até o caso mais brando atual, em que os arquitetos passaram a intervir nas

favelas existentes visando a transformá-las em bairros, a lógica racional dos arquitetos e urbanistas, ainda prioritária, acaba impondo sua própria estética, quase sempre a da cidade dita formal. (JACQUES, 2001:14)

O que defendemos é que nós, arquitetos e urbanistas, aprendamos um pouco com essa forma de construir cidades, para que possamos trazer alguns desses aspectos para o restante da cidade. Acreditamos que não deve haver projeto padrão para nenhuma intervenção – seja ela em uma favela, seja ela em qualquer outro lugar. Cada lugar possui suas especificidades – não apenas físicas, mas principalmente sociais – e o conjunto dessas especificidades irá certamente transformar o espaço, assim como será transformado por ele.

Processos projetuais

É fundamental para esta reflexão analisarmos profundamente as ações que foram realizadas ao longo do tempo e, principalmente, seu sucesso ou fracasso em relação à vida cotidiana daquele espaço posteriormente às intervenções. Um dos mais importantes exemplos de urbanização de favelas é o caso de Brás de Pina, realizado no final da década de 1960 pelo escritório Quadra, do qual fazia parte Carlos Nelson Ferreira dos Santos³⁰. Apesar de ser uma intervenção em uma favela pequena, essa experiência ganhou repercussão em primeiro lugar por ter ocorrido a partir da resistência dos moradores e num contexto de ditadura militar, em uma de suas fases de maior repressão política, a partir da instalação do AI-5³¹. Em segundo lugar, os processos adotados pela equipe de arquitetura, que incluíam a participação da população do local, foram um marco para a intervenção em favelas, que inspirou diversos arquitetos e urbanistas nas décadas seguintes.

³⁰ O escritório era formado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Rogério Aroeira Neves, Sylvia Maria L. Wanderley e Sueli Azevedo. Ver Santos (1981b)

³¹ O Ato Institucional Cinco – ou AI-5 – foi um decreto emitido pelo Regime Militar durante a ditadura iniciada em 1964. O decreto data de 1968 e foi um marco da “linha dura” dos anos de ditadura, que cerceava duramente a liberdade dos cidadãos. Dava poderes irrestritos ao Presidente da República, e uma de suas primeiras consequências foi o fechamento do Congresso Nacional.

Chama atenção também o fato de que, após as intervenções, a favela de fato incorporou-se ao bairro, e até hoje a região é considerada um bairro como tantos outros habitado pela população pobre e de classe média baixa da cidade.

Grande parte do sucesso da ação dos urbanistas em Brás de Pina deve-se à forma como foi realizada. O grupo de jovens arquitetos tentou se despir de preconceitos e fórmulas prontas e, junto com a população, atuou com o intuito de assegurar a permanência da população naquela área e garantir as condições necessárias e desejadas para vida digna³². Para a realização dos projetos para as novas unidades habitacionais, por exemplo, Santos e sua equipe primeiramente forneceram a cada morador um papel quadriculado com instruções para que eles desenhassem como gostariam que fosse sua casa. A partir dos diversos esboços apresentados pelos moradores – muitos fora de escala ou com desenhos inviáveis, porém mostrando que aqueles moradores sabiam como queriam suas casas – os arquitetos desenvolveram 13 estudos, sendo que 12 foram elaborados totalmente baseados nos desenhos apresentados pelos moradores e o 13º foi proposto pelos arquitetos a partir de sua concepção de como deveria ser a casa mínima³³. (SANTOS, 1980b)

Foi montado um *stand* na favela onde 3 estudantes de arquitetura e engenharia auxiliavam os moradores a escolher a sua casa. Após todas as escolhas feitas, os arquitetos puderam constatar que um modelo bastante similar às casas de classe média da cidade foi o mais votado, com cerca de 40% das escolhas dos moradores. 35% optaram por seu modelo inicial, desenhado no papel quadriculado e apenas 2 moradores escolheram a planta “racional” proposta pelos arquitetos. *“Em vários casos observamos que coisas que pareciam absurdas*

32 Para saber mais sobre a urbanização de Brás de Pina ver SANTOS (1981b) e BLANK, Gilda. (1981) Experiência em urbanização de Favela Carioca: Brás de Pina. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.). Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, p. 93-124.

33 O conceito de habitação mínima tem origem nas discussões do Movimento Moderno, em especial nos debates dos primeiros CIAMs. Os modernistas propunham uma nova forma de habitar, onde a estética perdia importância para a funcionalidade e objetividade. A casa mínima era voltada para os operários e pressupunha praticidade, organização e higiene. Sobre este assunto ver KOPP, Anatole. (1990). Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Nobel/ Edusp.

para nós eram significativas para os moradores que recusavam nossas correções e podiam justificar por quê.”

(SANTOS, 1980b: 67)

Ao contrário das ações paternalistas do planejamento urbano convencional, essa experiência demonstra que dar voz aos moradores e permitir sua participação pode trazer resultados melhores para todos. Como identificou Jacobs, que no mesmo período tratava de outras questões relativas ao planejamento urbano, mas não especificamente de favelas³⁴:

O planejamento urbano convencional trata os cortiços e seus habitantes de forma inteiramente paternalista. O problema dos paternalistas é que eles querem empreender mudanças muito profundas e optam por meios superficiais e ineficazes. Para solucionar o problema dos cortiços, precisamos encarar seus habitantes como pessoas capazes de compreender seus interesses pessoais e lidar com eles, o que certamente são. (JACOBS, 2009 [1961]: 302)

Demonstra também, que eles estão inseridos de alguma forma nas lógicas predominantes da cidade, fato demonstrado pela escolha de um modelo de habitação similar ao existente no restante da cidade. E por último, que processos que levem em consideração os desejos da população de forma realista podem trazer resultados muito mais próximos das necessidades concretas daquela comunidade.

O favorito [estudo tipológico] passou a ser um chamado 2B (com mais ou menos 40% das escolhas). Era uma casa de 47m² com sala, dois quartos, banheiro, cozinha, varanda e área de serviço. Em segundo lugar, os moradores continuavam a preferir seus próprios “projetos” (...), o que foi considerado positivo. Eles queriam soluções que dessem *status* à moradia, como, por exemplo, varandas. (...) O corredor também era muito popular. Menos para distribuir a circulação do que por uma tendência a imitar os apartamentos cujas plantas saem nos anúncios imobiliários nos jornais.

34 Na década de 1960, diversos arquitetos e pensadores no mundo discutiam os impactos do urbanismo modernista nas cidades e na vida das pessoas e apontavam para uma nova forma de se pensar a atuação do arquiteto, mais comprometida com a participação popular. Destacam-se John Turner, Christopher Alexander e Habraken, que foram importantes referências para Carlos Nelson dos Santos Ferreira. Para saber mais ver MONTANER, Josep Maria. (2002) Depois do Movimento Moderno – Arquitetura da metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili.

Os favelados estavam muito familiarizados com esse tipo de moradia das classes média e alta no Rio. Convém lembrar que grande parte dos homens e das mulheres trabalhavam neles: os homens construindo-os e as mulheres como empregadas domésticas. (SANTOS, 1980b: 67)

Apesar de possivelmente ter demandado um maior tempo e diferentes ferramentas, esse processo talvez tenha economizado tempo, dinheiro e energia na reconstrução e transformação das casas num futuro próximo.

Não estamos afirmando que as casas construídas não foram posteriormente modificadas, pois, como mostrado mais adiante, a dinâmica de transformação dos espaços nas favelas é constante, como em um organismo vivo. No entanto, podemos supor que, para aquele instante e diante daquelas possibilidades, a forma como foram elaborados e escolhidos os modelos para as casas de cada indivíduo chegaram o mais perto possível do desejável para aquelas pessoas, e ainda assim mantiveram os aspectos técnicos fundamentais garantidos pelos arquitetos/urbanistas que desenvolveram os estudos. Cabe ressaltar aqui que os arquitetos envolvidos no processo vinham de um longo e intensivo trabalho junto com a comunidade no processo de urbanização de Brás de Pina. A equipe se envolveu profundamente com os moradores e construiu uma sensibilidade para as questões sociais daquela população. Ainda assim, o estudo elaborado por eles não foi o que mais atraiu a população.

O que observamos em muitas favelas que receberam intervenções recentes de arquitetos e urbanistas é o abandono de espaços públicos projetados, o desgaste rápido pelo desuso e falta de manutenção, em oposição a uma vida pulsante que acontece muitas vezes em becos ou pequenos espaços amplamente utilizados pela população. Andrade (2002) resalta essa questão ao analisar a favela da Rocinha:

Assim, nos surpreendeu perceber que, enquanto existe tamanha intensidade

de práticas de lazer em áreas não adequadas para tal, a praça da Vila Cruzado fica quase totalmente abandonada a maior parte do tempo. Ao lembrarmos que esta praça foi uma intervenção pública, a surpresa é ainda maior. (ANDRADE, 2002: 126)

Em outra favela próxima dali, Vila Canoas, em São Conrado, também pudemos observar, em um trabalho realizado em 2005, que as duas praças projetadas por arquitetos e implantadas pelo programa Bairrinho³⁵ ficavam praticamente vazias durante o dia e a noite, enquanto a área ocupada pelo Posto de Saúde – também implantado pelo projeto, em um local onde antes da intervenção existia o único espaço livre da favela – e as ruas na beira da Estrada das Canoas viviam lotadas de gente se apertando para ocupar os exíguos espaços livres e desempenhando as mais diversas atividades nos degraus das escadas, muretas e grades.

Como nos mostra Jacobs (2009 [1961]: 267 e 268):

A principal responsabilidade do urbanismo e do planejamento urbano é desenvolver – na medida em que a política e a ação pública o permitam – cidades que sejam um lugar conveniente para que essa grande variedade de planos, idéias e oportunidades extra-oficiais floresça, juntamente com o florescimento dos empreendimentos públicos. Os distritos urbanos serão lugares social e economicamente convenientes para que a diversidade surja por si só e atinja seu potencial máximo, caso os distritos possuam boas combinações de usos principais, ruas freqüentes, densa mistura de idades das construções e alta concentração de pessoas.

É interessante notar que muitos dos aspectos tratados por Jacobs (2009[1961]) como positivos na vida das cidades podem ser observados nas favelas. O espaço físico da favela foi sendo construído para dar suporte às dinâmicas sociais e de acordo com as necessidades mais imediatas da população. Claro que sua própria conformação espacial também influencia e transforma as dinâmicas, num

35 O programa Bairrinho foi uma variação do programa Favela-Bairro para favelas com até 500 habitantes.

processo dialético de construção e transformação permanente. Na ausência do arquiteto e urbanista, essas “cidades” desenvolveram-se à medida em que sua população crescia e a necessidade de cada indivíduo ou de um grupo de indivíduos ia surgindo. Neste processo, a negociação com os demais moradores – em especial os vizinhos – torna-se fundamental, principalmente por ser este um espaço ao longo de décadas marcado pela ausência de leis e regulamentações institucionais, ou seja, durante muito tempo as “leis do asfalto” não valiam na favela.

É claro que essa negociação e esse processo não estão isentos de conflitos. Pelo contrário, como demonstra Andrade (2002), a partir dos levantamentos feitos no POT³⁶ e no Balcão de Direitos³⁷ e da observação da autora na favela da Rocinha, vários conflitos são decorrentes de problemas no espaço construído. Segundo a autora, os principais conflitos dizem respeito aos “limites das edificações que bloqueiam acessos ou vãos de iluminação e ventilação.” Outros conflitos referentes ao impacto da construção nas edificações vizinhas são ressaltados pela autora, deixando claro que o processo de construção e transformação contínua das favelas se dá mediante conflitos, e as soluções podem nem sempre atender aos interesses gerais da população, mas sim reforçar relações de hierarquia e poder paralelo.

De acordo com Andrade (2002: 128):

Na verdade, percebemos nestes conflitos a ausência de pactos explícitos, o que compromete a qualidade das práticas sociais no espaço e, conseqüentemente, a cidadania. (...) Paulo Gomes (2001) destaca que o pacto associativo formal demanda delimitação espacial que inscreve

36 POT, ou Posto de Orientação Técnica, foi um instrumento criado pela Prefeitura no final da década de 1990, para ser implementado nas favelas urbanizadas do Rio de Janeiro, com o intuito de conter a expansão das favelas e seu adensamento, através do acompanhamento dos planos e intervenções existentes nas favelas.

37 Criado por uma ONG com o intuito de administrar os problemas e conflitos relativos ao espaço edificado. Esta ONG possuía uma parceria com a Região Administrativa, e problemas relativos ao direito de vizinhança eram encaminhados para a RA.

Com relação a um dos aspectos mais relevantes da cidade – a rua – defendida tanto por Jacobs (2009[1961]) quanto por Santos (1980), Jaques (2001) nos traz o conceito de labirinto aplicado às ruas das favelas. Segundo a autora, a própria forma de construção e transformação da favelas, além de algumas características específicas de algumas favelas instaladas sobre terrenos inclinados, traz uma alusão quase que perfeita ao labirinto de Minotauro. O labirinto precisa ser vivenciado, você só se dá conta de que está nele quando já está perdido. E o se perder aqui ganha um sentido similar ao defendido por Jacobs (2009 [1961]) e Santos (1980) de representar o acaso, o encontro inesperado. É o oposto do percurso, onde você vai de um ponto A a um ponto B por um caminho conhecido, num tempo esperado, determinados por sua racionalidade. O labirinto permite a ausência de objetivo, o caminhar como protagonista, o vivenciar a cidade de forma intensa e com todas as suas complexidades e surpresas.

O labirinto está relacionado ao movimento, à dança dos corpos, ele “se torna um tecido maleável, que segue o movimento dos corpos” (JACQUES, 2001:65)

A arquitetura e, sobretudo, o urbanismo são antilabirínticos; existem para evitar o labirinto, a desordem e o caos espacial. (...) O arquiteto e, sobretudo, o urbanista, criam marcos, planos, mapas; transformam continuamente os labirintos em pirâmides. A pirâmide é um espaço seguro; a estrutura piramidal, ao contrário da labiríntica, sempre faz cortes nítidos. O verdadeiro labirinto não é arquitetônico, é musical, toca diretamente os ouvidos. (JACQUES, 2001: 92)

O caminhar pelo labirinto também pode ser relacionado à prática da errância urbana³⁸, mencionada anteriormente. Nesta forma de apreensão da cidade, o “se perder” é mais importante do que a

38 Sobre o conceito de errância urbana, ver Jacques (2005)

orientação. A experiência do lugar não se dá através de mapas ou plantas, mas é vista e vivida “de dentro”. A corpografia da cidade é incorporada à corpografia do errante.

Enquanto o urbanismo busca a orientação através de mapas e planos, a preocupação do errante estaria mais na desorientação, sobretudo em deixar seus condicionamentos urbanos, uma vez que toda a educação do urbanismo está voltada para a questão do se orientar. (JACQUES, 2008)

Ainda segundo a autora, a população mais pobre experimenta mais a cidade, mesmo que involuntariamente. Suas limitações acabam por forçá-los a vivenciar a cidade de forma mais intensa, gerando uma *“relação física mais profunda e visceral com o espaço urbano.”* (JACQUES, 2008).

Com todos os problemas e dificuldades que esta situação gera, a favela se desenvolveu como um organismo vivo, pulsante, originário de cultura e de transformação social. É claro que, como nos alerta Santos (1980a), a população favelada não está fora do sistema, é também parte dele.

Desenho urbano e uso dos espaços públicos nas favelas

Segundo Jacobs (2009 [1961]), a maioria dos planejadores e até alguns assistentes sociais acreditam que os encontros só irão acontecer se houver um espaço físico adequado para eles. E este espaço físico adequado muitas vezes assume formas específicas que parecem tiradas de um manual – a praça com mesinhas de jogos, a quadra poliesportiva, a escola padrão, a creche padrão, o conjunto habitacional padrão.

Nos projetos de urbanização de favelas, esses aspectos tornam-se ainda mais evidentes, na medida em que a qualidade arquitetônica e urbanística muitas vezes não é plenamente levada em consideração. A utilização da urbanização como fator de propagando política faz com que muitas vezes a quantidade

– de intervenções, equipamentos, projetos – se sobreponha à qualidade dos mesmos.

Além da questão quantitativa e qualitativa dos espaços projetados, normalmente não há análise das atividades que são realizadas pela população nos espaços públicos. Não se leva em consideração, por exemplo, que muitas pessoas em favelas utilizam o espaço público como extensão de seu espaço privado, e atividades como lavar roupa, consertar eletrodomésticos, entre outras, muitas vezes são realizadas nos espaços livres. Talvez por falta de espaço nas casas, ou por outros fatores, o fato é que encher uma praça de mesas de xadrez não parece ser o mais adequado para as dinâmicas que acontecem nos espaços livres públicos das favelas.

Os parques de bairros ou espaços similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisam da dádiva da vida e da aprovação conferida à *eles*. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso. (...)

As pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá, e os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que as utilizassem. (JACOBS, 2009 [1961]: 97 e 98)

Jacobs (2009[1961]) nos alerta que há muitas variáveis além do desenho urbano para garantir o sucesso ou fracasso de um projeto. É preciso estar atento à vida real nas cidades e não fixado em uma fantasia de como a vida deveria ser.

No caso do uso dos espaços públicos, por exemplo, aspectos como segurança, o entorno (Há comércio? Serviços? É local de passagem?), as dinâmicas cotidianas da população são fundamentais para garantir se aquele espaço será usado ou não. Por isso, talvez, vejamos em muitas favelas que sofreram projetos

de urbanização, praças e quadras vazias, de um lado, e becos e pequenos espaços livres sem projeto lotados de gente, do outro.

Outro aspecto levantado pela autora diz respeito à diversidade e à heterogeneidade em oposição aos projetos de cidades homogêneas, monofuncionais e monótonas. Segundo Jacobs (2009[1961]), há uma crença de que a “diversidade é feia”, que se assemelha à bagunça, desorganização. Mas a autora defende que a mistura de usos e as diferenças são o que fazem um lugar interessante, usado pelas pessoas. A beleza está justamente nas diferentes visadas, no inesperado.

Ao buscar uma organização visual, as cidades (...) podem ter como meta áreas de grande diversidade e, uma vez que as diferenças reais já estão expressas, obter resultados que, na pior das hipóteses, são pelo menos interessantes e, na melhor das hipóteses, encantadores. (JACOBS, 2009 [1961]: 252 e 253)

Jacques (2001: 24) traz o conceito de bricolagem para a construção e transformação das favelas. Segundo ela, a “arquitetura sem projeto” das favelas acontece mediante a necessidade e o acaso, sendo este um aspecto importante do conceito de bricolagem. Outro elemento bastante importante da bricolagem é a incompletude da obra. A favela está em constante construção e transformação, ela nunca está pronta. Segundo Jacques (2001), isso se deve ao fato de que em uma favela não há um projeto que determine quando aquele espaço ou aquela obra está encerrada. Na verdade o que há são inúmeros pequenos projetos – feitos por não-arquitetos – de acordo com a necessidade e as possibilidades que vão sendo executados e vão alterando a forma da favela.

Portanto, a questão do tempo é fundamental quando pensarmos em

projetos para favelas. Segundo Jacques (2001), a arquitetura tradicional³⁹ está relacionada ao sólido, ao fixo. E a arquitetura da favela é fluida, efêmera, mutante. Na verdade poderíamos fazer um paralelo com toda a cidade, que como um organismo vivo, está em constante construção e transformação.

A desordem aparente pode ser o resultado de uma ordem que muda rápido demais, e o desequilíbrio, o de um equilíbrio dinâmico (...) bem como a descontinuidade, uma continuidade com intervalos. O movimento constante faz o fim permanecer indeterminado. (...)

A arquitetura tem grandes dificuldades em enfrentar os riscos do acaso, do aleatório, do arbitrário, do fragmentário. (JACQUES, 2001: 43)

A questão é como os arquitetos podem incorporar essa efemeridade, essa transformação constante em seus projetos. Como pensar projetos “abertos”, infinitos, mutantes. Segundo Jacques (2001) temos que repensar o nosso conceito de temporalidade. Não mais ver o tempo como linear, passado, presente e futuro.

A noção de tempo “diferido”, em compensação, renuncia a essa linearidade temporal, a toda essa cronologia possível, à ordem estabelecida: presente/passado/futuro. Esses diferentes tempos se envolvem mutuamente, estão entrelaçados, dobrados uns nos outros e formam o que podemos chamar tempo cíclico com mudanças contínuas, ou tempo “espiralado”, um tempo em espiral. É o tempo da repetição sem volta ao mesmo, e sim com volta ao outro – “o mesmo indefinido alterado” – uma volta à diferença, o tempo da diferença. (JACQUES, 2001: 50)

Jacques (2001) nos convida a pensar na “arquitetura do acontecimento”, temporalizar a arquitetura. Incorporar o movimento, a transformação na concepção de projetos. Segundo a autora “os arquitetos

³⁹ Cabe questionar aqui de que arquitetura tradicional trata a autora. A arquitetura das cidades medievais, por exemplo, possui um dinamismo que pode se assemelhar às favelas. Já a arquitetura e o urbanismo modernistas pressupunha uma maior estagnação dos elementos construídos.

têm o hábito de espacializar o tempo, enquanto os favelados agem mais temporalizando o espaço” (JACQUES, 2001:55). O projeto “fechado” do arquiteto prevê a forma final que será construída e determina o momento de sua conclusão. Já a arquitetura sem projeto dos favelados vai tomando forma à medida em que vai sendo construída. E pode ser constantemente modificada. E muitas vezes, quando fica supostamente pronta, já precisa ser modificada para atender às novas necessidades que surgiram.

Atuar em um espaço complexo e em constante transformação exige uma reflexão profunda e constante análise dos impactos das intervenções do arquiteto no espaço físico e suas implicações no campo social. Para melhor compreender algumas das questões abordadas nesta pesquisa, buscamos analisar um exemplo da intervenção do arquiteto em uma favela no Rio de Janeiro. O objeto empírico escolhido foi a Favela da Providência, situada na área portuária do Rio de Janeiro.

2.2 FAVELA DA PROVIDÊNCIA

A Favela da Providência é a mais antiga favela brasileira ainda existente, como ressalta ABREU (1994)⁴⁰. Foi a favela que deu origem ao termo favela, que inicialmente era usado apenas para designar aquela região – Morro da Favella – e posteriormente passou a denominar todas as ocupações irregulares da cidade. Ao longo de sua história, sofreu diversos processos de remoção, urbanização, além de desastres naturais, que provocaram mudanças na sua conformação espacial⁴¹. Situada no centro do Rio de Janeiro, mais precisamente na Área Portuária, constitui-se num local de forte apelo ao imaginário carioca, por sua relação com momentos históricos importantes para a cidade.

40 Abreu (1994) ressalta que a ocupação do Morro de Santo Antônio é anterior à ocupação da Providência. Sobre isto, ver Abreu (1994) e Vaz (1994). Detalhamos mais esta discussão no capítulo 2 da Parte B desta dissertação.

41 Sobre este assunto ver Zylberberg (1992). Detalhamos mais esta discussão no capítulo 2 da Parte B desta dissertação.

No capítulo 2 da Parte B, detalhamos melhor a discussão acerca da formação e das modificações da favela, além de seu papel na cidade. Neste capítulo, nos interessa discutir as intervenções recentes e a atuação do arquiteto na favela.

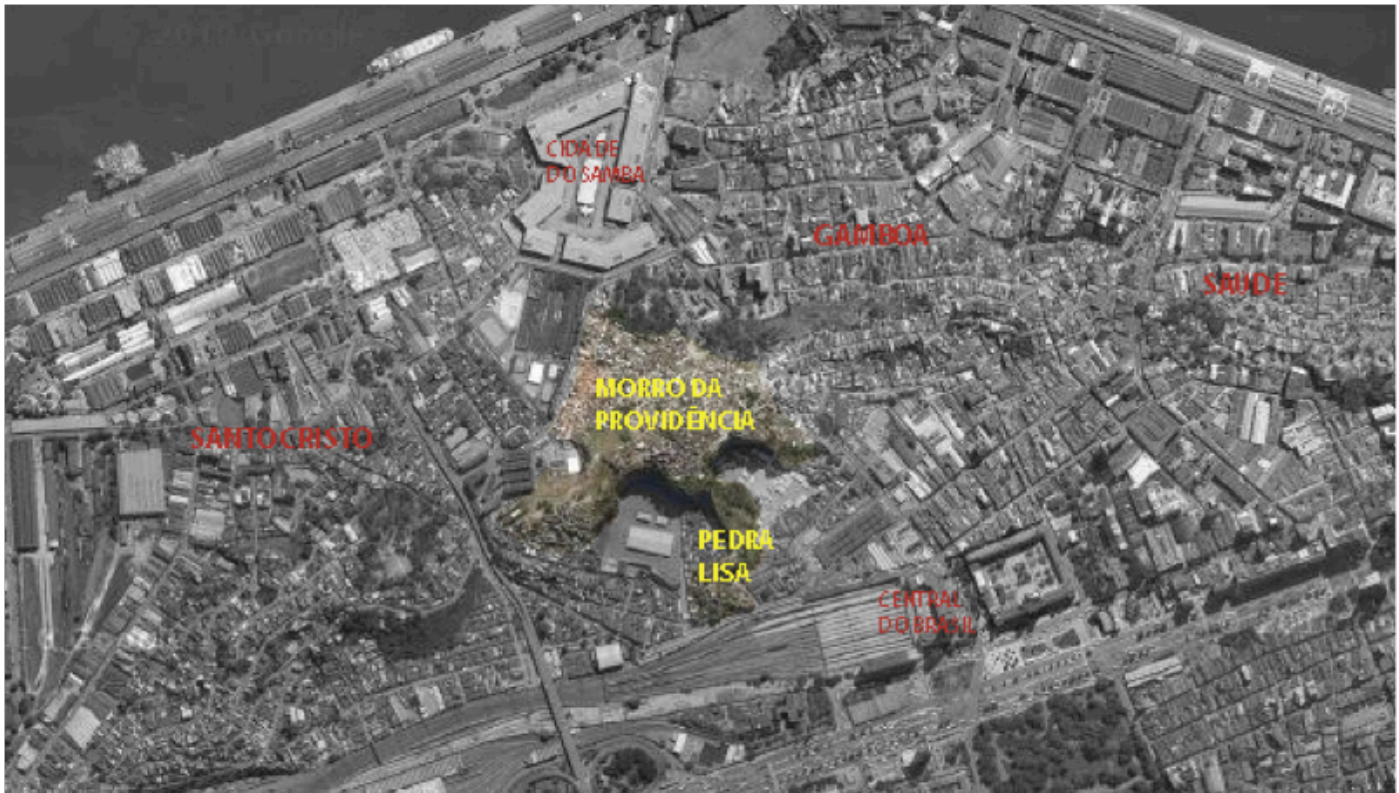


Figura 4: Mapa esquemático de localização da Favela da Providência

Fonte: Google Maps editado pela autora

Favela-Bairro e Morar Carioca: dois projetos, poucas soluções?

No início dos anos 2000, no âmbito do Programa Favela-Bairro, a Favela da Providência sofreu uma série de intervenções que tiveram o intuito de garantir infraestrutura e melhoria nos seus espaços públicos. Segundo o site do Correio do Brasil, em reportagem do dia 09 de agosto de 2005, foram gastos cerca de R\$14 milhões na urbanização, que previu a instalação de redes de água e esgoto, além da abertura de vias, pavimentação e a instalação de alguns equipamentos como uma creche na parte baixa da favela e um centro de Assistência Social similar ao CRAS⁴². As obras do Favela-Bairro no Morro da Providência foram entregues em 2005. Menos de cinco anos depois, a prefeitura retornou ao Morro da Providência para um novo projeto de urbanização, agora no âmbito do



Figura 5: Mapa com as principais intervenções do Morar Carioca Morro da Providência

Fonte: Folder fornecido pela SMH

42 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. Sobre o CRAS ver: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecao-basica/cras>

Programa Morar Carioca. Neste projeto, apesar de não estarem claros os valores da obra, estima-se que pelo menos a obra de implantação de um teleférico, ligando a Cidade do Samba à Providência e à Central do Brasil, custará em torno de R\$40 milhões⁴³. O mesmo escritório de arquitetura que havia feito o projeto inicial do Favela-Bairro foi contratado, através de carta-convite, para a realização do novo projeto de urbanização do Morro da Providência.

Antes de entrarmos na discussão do projeto em si e das ações que vêm sendo feitas no local, cabe discutir os interesses por trás desses processos e entender melhor os motivos que levaram o governo a investir tanto dinheiro público numa mesma área, num curto espaço de tempo, com o mesmo intuito de “urbanizar” a favela.

O Programa Favela-Bairro previa apenas a intervenção nos espaços públicos das favelas, ou seja não havia qualquer intervenção nas moradias. Além disso, segundo entrevista com funcionário da SMH, os recursos para as intervenções estavam sujeitos a uma série de limitações, além de ter pouca flexibilidade de aplicação. A verba para reassentamentos era muito limitada e não havia outros instrumentos do governo que auxiliassem na inclusão da população reassentada no mercado formal de habitação. Por esses motivos, o reassentamento da população favelada quase não era feito no âmbito do Favela-Bairro.⁴⁴

43 Informação fornecida pelo Secretário Municipal de Habitação no Jornal O Dia em reportagem de 22/09/2011. Além desta, este valor foi amplamente divulgado pela mídia digital e impressa.

44 Estas informações foram obtidas através de entrevistas e conversas com funcionários da SMH e com arquitetos que participaram do Favela-Bairro.

Além disso, parte das intervenções contidas no projeto do Favela-Bairro não foram realizadas na época. Segundo a arquiteta responsável pelo projeto, a principal causa disto foi a falta de verba para a realização das obras. Destacam-se a execução de infra-estrutura na área do 60 (9) e a construção de um Plano Inclinado ligando a Ladeira do Barroso ao Oratório (5), previstos no projeto, mas não executados.



Figura 6: Mapa com as principais intervenções do Morar Carioca Morro da Providência

Fonte: Relatório Alternativo disponível em <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>

A justificativa da prefeitura para a realização do projeto Morar Carioca, portanto, reside na

complementação da infraestrutura iniciada no projeto Favela-Bairro e no avanço em direção à realização de melhorias habitacionais nas casas, construção de novas unidades habitacionais e promoção de reassentamento das casas em área de risco, realocando a população prioritariamente em unidades próximas à favela. Essas novas habitações serão, de acordo com a SMH, construídas dentro do Programa Minha Casa Minha Vida⁴⁵.

No entanto, não apenas para dar continuidade e complementar o Favela-Bairro foi criado o Programa Morar Carioca para o Morro da Providência. Algumas intervenções realizadas no programa anterior estão sendo retomadas e modificadas, outras estão sendo corrigidas apenas cinco anos após a entrega das obras. Destacada pela arquiteta responsável por ambos os projetos, a questão da rede de água demonstra o descaso do poder público com as obras implantadas. Segundo ela, toda a rede de água da favela foi realizada durante a obra anterior, no entanto a CEDAE nunca realizou a sua ligação. Isso pode ter gerado o ressecamento das tubulações, o que inviabilizaria o reaproveitamento das mesmas e demandaria a construção de novas tubulações, representando claramente um desperdício de dinheiro público. Segundo a SMH, há uma disputa entre a CEDAE e a prefeitura sobre a responsabilidade de manutenção das redes de água e esgoto nas favelas. A situação neste momento estaria resolvida, pois foi criada recentemente uma secretaria dentro da prefeitura, denominada Secretaria de Conservação, que ficaria responsável pela manutenção da rede de água e esgoto de toda cidade, inclusive das favelas urbanizadas.

Além disso, o programa prevê uma revisão de toda a infraestrutura realizada no Favela-Bairro, que estaria

⁴⁵ Programa nacional de provisão de habitação para população de baixa renda, especialmente até 6 salários mínimos, que foi criado em 2009, com o intuito de aquecer a economia da construção civil para enfrentar a crise econômica mundial e reduzir o déficit habitacional brasileiro. A discussão sobre a forma de implantação do Minha Casa Minha Vida, e sua incongruência com os Planos de Habitação (Nacional, Estaduais e Municipais) que estavam sendo elaborados, embora muito importante, não será objeto deste estudo.

degradada. Segundo a opinião tanto do arquiteto da SMH, quanto da arquiteta responsável pelo projeto, isso deve-se à ação dos moradores, que jogam lixo nos canais de drenagem, despejam esgoto de forma irregular e de forma geral não contribuem para a manutenção dos equipamentos executados pela prefeitura.

Se por um lado a falta de cuidado com o bem público pode ser notada em toda a cidade, e não apenas nas favelas cariocas, por outro cabe ressaltar que a falta de apropriação da comunidade dos espaços projetados pode ser um forte elemento inibidor da manutenção por parte da população. A descrença no poder público e as ações tomadas de “cima para baixo” reforçam a segregação socioespacial das favelas.

O Rio de Janeiro possui cerca de 625 grupamentos de favelas, segundo denominação atual da prefeitura. Dessas, 61 favelas com mais de 500 domicílios nunca sofreram nenhuma intervenção do poder público no sentido de urbanização, e 36 foram consideradas parcialmente urbanizadas. Além disso, está prevista a remoção de 122 favelas, consideradas não urbanizáveis, e a urbanização de outras 352 favelas com até 500 domicílios. Este número totaliza 571 favelas que, segundo a SMH devem sofrer algum tipo de intervenção urbana, ou seja cerca de 90% das favelas existentes hoje.⁴⁶

Chama a atenção, portanto, o gasto de milhões de reais – dinheiro público – em duas grandes intervenções físicas, num curtíssimo espaço de tempo, através de dois programas de escopo similar, a partir da contratação de um mesmo escritório de arquitetura para uma mesma área. Área essa que necessita, sim, de atenção, melhorias e de garantia de qualidade de vida da população, assim como nas outras centenas de favelas cariocas, muitas em estado muito mais precário do que a Providência.

46 Fonte: Caderno de apresentação do Morar Carioca – Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários, elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e fornecido aos participantes do concurso Morar Carioca em 2010. Para a elaboração do Programa Morar Carioca a SMH agrupou favelas em áreas contíguas e favelas em áreas próximas, reduzindo o número total de favelas, que em dados anteriores passava de mil. Além disso, em 2011 o IPP e a SMH divulgaram pesquisa indicando que 44 favelas haviam se transformado em bairro, criando o termo “ex-favelas”.

No entanto, o que nos chama ainda mais atenção é o fato de que essas intervenções atenderão a pouco mais de metade da população moradora da favela. Isso porque o número de remoções previstas chega a 48,5% do total de domicílios da favela, segundo dados da prefeitura⁴⁷. Embora a prefeitura também diga que das 832 unidades habitacionais removidas, cerca de 635 serão transferidas para novas unidades construídas próximas ao Morro, não há até o momento qualquer negociação com a população – que já está sendo despejada, como veremos mais adiante –, nem qualquer garantia de que essas terão prioridade nas novas habitações. Não há também qualquer indício de preocupação com o processo de gentrificação que já começa a ocorrer no local, já que pela simples ameaça de melhorias, o valor dos imóveis e conseqüentemente dos aluguéis sobe, havendo em muitos casos a substituição da população pobre originária por outra de renda um pouco superior.

Quando levamos em consideração todas as transformações que estão ocorrendo na Área Portuária do Rio de Janeiro, os riscos de gentrificação e a lógica dos benefícios para as camadas mais abastadas da população ficam ainda mais claros. O projeto do Porto Maravilha e a reformulação de parte da área central em vistas a atender ao capital privado impactam claramente na vida dos moradores da Providência.

De acordo com Monteiro (2011: 28):

Ao longo da história, grandes intervenções urbanísticas vêm se concentrando nas áreas centrais das cidades. Estes espaços são alvo de operações que buscam adaptá-los, acompanhando os ideais de sociedade prevalentes em cada período e são geralmente balizadas, no plano político, pela necessidade simbólica de concretizar o poder estatal e, no plano econômico, pela adequação de espaços de modo a promover a reprodução do capital, principalmente o capital imobiliário. Assiste-se

47 Estes dados foram obtidos através de uma apresentação do projeto Morar Carioca feita pela SMH para a Comissão de Mediação de Conflitos, em que a autora e orientadora estavam presentes.

assim, a cada novo contexto, a emergência de diferentes denominações para os processos implementados: renovação, reabilitação, revitalização, requalificação, regeneração, entre outros.

E o que os arquitetos têm a ver com isso? Apesar dos avanços no debate da arquitetura e do urbanismo como ferramenta de inclusão social e de diminuição da segregação socioespacial, na prática a maioria dos arquitetos continua atuando em prol das grandes construtoras e dos interesses de políticos pouco comprometidos com a sociedade que governam. É claro que muitas vezes isto se coloca como uma condição para que o próprio trabalho se realize, mais do que como uma escolha dos próprios arquitetos. Mas nós, enquanto classe, não estamos lutando pelos interesses da “boa” arquitetura, do urbanismo comprometido com a população, do pensar e fazer espaços de inclusão e não de segregação.

Nossos projetos de urbanização e pareceres técnicos estão dando respaldo para que o governo passe por cima dos direitos humanos, do interesse da população como um todo e faça o que for preciso para garantir os interesses das classes dominantes. E mais uma vez na história, estamos atuando ao lado da elite e em prol desta elite. Porém desta vez atuando em nome dos mais desfavorecidos.

Dito isso, cabe ressaltar que a principal discussão deste trabalho é a relação entre o arquiteto e a cidade e, neste recorte específico, entre o arquiteto, o projeto e as favelas. No caso do Morro da Providência, podemos destacar alguns elementos importantes que podem contribuir para nosso estudo.

Como dito anteriormente, o escopo do Favela-Bairro previa apenas a intervenção no espaço urbano, com a requalificação de algumas praças, abertura de vias e pavimentação, além da construção de alguns equipamentos. Neste projeto, foi prevista a construção de uma praça num local onde já havia um espaço livre, com uma antiga árvore no centro, que era utilizado pela população como praça. Este

local é conhecido como a Praça Américo Brum, a área de lazer mais importante da comunidade.

Apesar do projeto inicial ser de fato uma praça, a arquiteta foi coagida a instalar ali uma quadra coberta, segundo a mesma, por exigência de representantes do tráfico de drogas. De acordo com a arquiteta, o objetivo do tráfico era construir um espaço onde pudessem ocorrer os bailes funks. Atualmente a quadra – que ainda recebe o nome de praça, e funciona como tal – agrega diversas atividades da comunidade, desde festividades aos jogos de futebol das crianças. Devido à sua localização, é um espaço propício ao encontro, uma vez que fica no ponto final das kombis que saem da Central do Brasil e levam os moradores para a comunidade. Dali partem diversas “entradas” para diferentes regiões da favela. O funk está proibido desde a instalação da UPP, mas continua havendo música e a quadra é intensamente utilizada todos os dias da semana, conforme relato dos moradores.

Recentemente, o projeto Morar Carioca previu a retirada da Quadra para instalação da estação do teleférico da Providência. Voltamos a falar sobre essa praça adiante, mas o que é importante ressaltar neste momento é a incongruência entre os dois projetos – realizados com um curto espaço de tempo entre eles – e a aparente falta de percepção dos interesses dos moradores. Apenas alguns anos após ter-se investido dinheiro público para a construção de uma quadra – que não constava do projeto inicial, mas mesmo assim foi executada – investe-se mais dinheiro público para demoli-la, independente de verificar-se que é uma das áreas mais importantes para a favela e com apropriação intensa pelos moradores. Isso, para a implantação de um teleférico, cujo benefício para os moradores é questionável – inclusive por eles próprios – como veremos mais adiante.

Segundo a arquiteta responsável, as demandas que definiram o projeto foram identificadas a partir



Figura 7: Quadra da Praça Américo Brum

Fonte: www.cidadeolimpica.com

de um Diagnóstico Espacial realizado no Favela-Bairro e “atualizado” no Morar Carioca. Não houve Diagnóstico Social em nenhum dos dois projetos e, segundo a arquiteta, poucas mudanças foram notadas do primeiro Diagnóstico Espacial para o segundo.

Para apresentação do projeto para a comunidade, foi feito um vídeo mostrando as intervenções que seriam realizadas no Morar Carioca, além da distribuição de folders explicativos. A arquiteta afirma que a população não se interessou pelo projeto e “só queria saber das casas que seriam removidas”. Para ela, grande parte da população não compreendeu o projeto, mesmo com a apresentação do

vídeo.

Em primeiro lugar, a preocupação dos moradores com relação às remoções terem uma importância maior do que a discussão dos projetos não nos parece ser surpreendente. Afinal, de que adianta participar da discussão de melhorias e de um projeto de “revitalização” se o morador pode ser forçado a deixar a favela? Como explicitado no capítulo 2 da Parte B desta dissertação, os moradores do Morro da Providência convivem com o temor de serem removidos de suas casas há décadas.

Em segundo lugar, a própria constatação de que a maior parte da população não compreendeu o vídeo nos mostra que não apenas a forma como são definidas as demandas e como se desenvolve o projeto estão equivocadas, mas também a forma como este é explicado para a população. Mapas genéricos com manchas indicando área de risco e plantas complicadas explicando as intervenções urbanísticas não dão conta da complexidade das mudanças que ocorrerão. Nem mesmo a elaboração de um vídeo, com uma simulação tridimensional de parte das intervenções, além de perspectivas de alguns pontos de interesse foi o suficiente para que os moradores pudessem compreender claramente o que seria feito.

Esta falta de compreensão não é um indício da falta de conhecimento dos moradores acerca dos seus problemas e a dificuldade de entender as soluções propostas. Também não parece significar a falta de esforço por parte do escritório de arquitetura em apresentar suas ideias aos moradores. A questão parece ser mais complexa do que isso. Parece significar que as linguagens dominadas pelas duas partes não conseguem dialogar. O processo de comunicação parece estar equivocado. As ferramentas utilizadas também não parecem estar adequadas. Como vimos no capítulo 1 da Parte B, a formação do

arquiteto muitas vezes parece estar distante da realidade concreta da vida das pessoas. Como afirmou Rheingatz (2011), ao separar concepção de construção, criamos arquitetos que pensam arquitetura apenas como ideia e não como complexas estruturas socioespaciais.

O fato de os moradores não terem compreendido o projeto não significa que eles não conseguiram entender a forma do futuro teleférico, a cor das casas em volta do Oratório, o tipo de piso que seria utilizado. Na verdade, parece demonstrar que isso não é o mais importante para eles. A apreensão do espaço em que eles vivem não se dá simplesmente através de formas e cores. A vivência cotidiana dos espaços está relacionada aos cheiros, às pessoas do entorno, ao barzinho da esquina, ao mercadinho do S. Manuel, ao lugar onde quando eram crianças brincavam embaixo da árvore. E isso não ocorre apenas na favela, mas em toda a cidade. Mas talvez na favela, pela sua conformação labiríntica e de aparente difícil compreensão por aqueles “de fora”, isso se torne mais evidente.

A compreensão dos espaços na favela se dá a partir das referências, e não da lógica cartesiana. E essas referências não são apenas físicas, como a igreja, o casarão antigo, a praça principal, a escadaria. Elas estão também muito relacionadas com as pessoas do lugar, com os caminhos percorridos diariamente, com algo que extrapola a lógica racionalista e está mais relacionado com a errância, com o emocional, da ordem do subjetivo. E essa complexidade não pode ser representada e muito menos compreendida através de modelos bidimensionais ou mesmo tridimensionais puramente técnicos.

Além disso, a própria SMH não sabe até hoje o número certo de unidades habitacionais que serão removidas e nem tampouco o número total de habitações da favela. Para compreender o espaço da favela e para apreender sua complexidade, é preciso vivenciá-la, caminhar por suas ruas, conversar

com os moradores, observar a lógica aparentemente ilógica de disposição das moradias. Um mapa e algumas fotos do local provavelmente não trarão todas as informações necessárias para se chegar sequer ao número de habitações existentes, o que dirá da apreensão da complexidade daqueles espaços.

Outro aspecto importante a ser destacado é que desde março de 2010 o Morro da Providência está ocupada pela UPP⁴⁸ e isso gera algumas transformações na dinâmica social da favela, além de modificar também a forma de atuação dos técnicos e de elaboração dos projetos. Entendemos que o tema é complexo e, por ser muito recente, exige ainda uma reflexão e análise profunda dos seus impactos nas comunidades. Como esse não é o objeto principal desta dissertação, não nos aprofundaremos no tema, apenas ressaltaremos alguns aspectos que consideramos importantes para esta discussão.

A presença do poder paralelo do tráfico nas favelas cariocas teve influências não apenas na forma como os indivíduos vivenciavam os espaços da favela, como impactavam na forma de atuação dos técnicos e muitas vezes interferiam na elaboração dos projetos. É comum ainda, nas favelas com a presença do tráfico, que sejam exigidas algumas mudanças no projeto, seja para supostamente atender à população, seja para explicitamente dificultar a presença da polícia ou garantir que determinado ponto utilizado pelo tráfico assim permanecesse. O trabalho dos arquitetos e inclusive das empreiteiras que realizam as obras está sujeito a essas interferências a qualquer momento.

No entanto, a instalação das UPPs, longe de garantir a liberdade dos indivíduos nas favelas, acaba por exercer uma outra forma de poder paralelo, o que também impacta de certa forma na dinâmica dos

48 A instalação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) é uma estratégia do governo do Estado do Rio de Janeiro iniciada em 2008 com a ocupação pela polícia da favela Dona Marta. A Ação consiste na entrada da polícia na comunidade com o objetivo de expulsar o tráfico e substituir o poder paralelo deste pelo da polícia. As favelas ditas “pacificadas” possuem a presença da polícia 24 horas por dia, e têm suas atividades controladas, como o baile funk que é proibido e o toque de recolher, além das revistas de moradores que entram e saem das favelas, especialmente nos períodos que sucedem a ocupação.

moradores e também no processo projetual. No caso específico do Morro da Providência, podemos destacar alguns elementos.

A implantação da UPP se deu numa antiga edificação da comunidade situada ao lado da quadra da Praça Américo Brum. Nessa edificação – uma espécie de clube - funcionavam festas, segundo relatos dos moradores, e durante o Favela-Bairro foram construídos dois vestiários no térreo para dar apoio aos jogos na quadra. Atualmente estes vestiários são utilizados pelos policiais e, ainda segundo moradores, quando há campeonato de futebol, os meninos precisam trocar de roupa em um banheiro muito pequeno em um bar do entorno.

Podemos constatar novamente a falta de relação entre as ações do poder público, o desejo dos moradores e a atuação dos arquitetos. A quadra inicialmente não constava no projeto, mas foi inserida após exigência do tráfico, como dito anteriormente. Esta passou a ser amplamente utilizada pela população, e passou a contar com vestiários para dar apoio ao seu uso. Com a implantação da UPP, o tráfico sai de cena, a quadra continua, porém os vestiários e o clube de festas ficam “ocupados” pela polícia e não mais pertencem aos moradores. Por fim, o projeto Morar Carioca prevê a retirada da praça para implantação do teleférico.

Por outro lado, um dos aspectos mais relevantes ressaltado tanto pela arquiteta responsável pelo projeto, como pela SMH, após a implantação da UPP, foi a possibilidade de livre acesso à comunidade e a falta de interferência do poder paralelo nas decisões de projeto. No entanto, cabe questionar se esta falta de interferência veio de fato para melhor atender aos interesses dos moradores.

Podemos observar, portanto, que a ação dos arquitetos nas favelas precisam ser repensadas. Duas

grandes intervenções numa mesma área num período inferior a uma década parecem significar uma falha no processo do Favela-Bairro. E ao que tudo indica, a falha persistirá no Morar Carioca. Mesmo que se consiga resolver alguns problemas desta localidade, grande parte da população está sendo deslocada para outras favelas em outras áreas da cidade, e não poderão gozar dos benefícios realizados em sua área. Pelo contrário, essas melhorias estão sendo realizadas às custas da demolição de suas casas.

Melhorias para quem? Remoções e falta de diálogo

A falta de diálogo com a população marcou tanto o projeto inicial do Favela-Bairro, quanto a revisão feita no atual Morar Carioca. As recentes manifestações dos moradores exigindo o conhecimento do projeto que será implementado demonstram que é o desejo dos moradores participar ativamente das decisões sobre as transformações que ocorrerão em sua comunidade. Em reunião como Conselho de Mediação de Conflitos⁴⁹ em 05 de agosto de 2011, representantes dos moradores explicitaram suas inúmeras dúvidas e disseram que as melhorias no Morro da Providência são bem-vindas, mas que eles exigem o conhecimento e a participação nas decisões. Além disso, cobram enfaticamente a diminuição do número de remoções previsto pela SMH.

Nessa reunião a população pôde se manifestar através de representantes⁵⁰

de cada uma das sete áreas da comunidade, e suas reivindicações deram origem a sete pontos, destacados

49 A Comissão de Mediação de Conflitos faz parte de uma Comissão a nível nacional e é composta por membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Relatoria, SMH e Movimentos Sociais. Foi criada pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, e está inserida na Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, definida pelo Ministério das Cidades. Esta comissão tem por objetivo principal “mediar conflitos fundiários urbanos, identificando atores envolvidos e integrando-os em processo de negociação visando à solução pacífica.” (fonte: <http://www.cidades.gov.br/imagens/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Resolucoes/ResolucaoRecomendada/resolucao-50-2008.pdf>)

50 Esses representantes haviam sido escolhidos previamente a partir de reuniões internas de cada uma das áreas da comunidade.

como as principais demandas dos moradores. Houve o compromisso por parte da SMH e da Comissão de Mediação de Conflitos para que esses pontos fossem levados em consideração e houvesse uma mudança no rumo das obras do Morro da Providência. A partir desta reunião, foi elaborada uma carta – redigida pela comunidade com o auxílio de assistentes sociais e outros voluntários – que foi entregue à SMH em agosto de 2011. Dos sete pontos, um foi retirado da carta, restando apenas seis. Esse ponto referia-se à realização de um plebiscito para saber se a comunidade queria ou não o teleférico. Em reuniões posteriores, membros da comunidade acharam que a realização de um plebiscito poderia gerar conflitos internos e que o resultado poderia simplificar a questão e legitimar a implantação do teleférico. Os pontos apresentados na carta são:

A população reivindica moradia digna e urbanização para a favela;

Reivindica também o conhecimento sobre o projeto;

Apenas a informação não é suficiente. Querem participar ativamente das decisões e propostas. Sua opinião deve ser considerada e ouvida;

1. No caso de necessidade de reassentamento, que seja realizado na mesma área e após a conclusão do processo – “troca de chave por chave”;
2. Exigem laudo autônomo que comprove ou não as áreas de risco identificadas pela prefeitura;
3. A indenização por benfeitoria deve ser feita em último caso e apenas no caso do morador optar por ela. A preferência deve ser a permanência do morador em sua casa;

Desses, o único ponto que foi realizado foi a elaboração de um laudo técnico alternativo para a definição das áreas de risco da favela. No entanto, em vez de partir da SMH, como acordado na reunião, esse relatório foi feito a partir da ação da comunidade. Engenheiros e arquitetos voluntários visitaram a área e tiveram acesso ao mapa de risco elaborado pela GeoRio e apresentado para os moradores. A partir desse mapa, elaboraram um relatório alternativo indicando possíveis soluções para as áreas de risco real e identificando falhas e incongruências no projeto apresentado pela SMH. O Relatório Alternativo indica que é necessário que seja feito um estudo aprofundado e detalhado para aferir a real situação de risco da região.⁵¹ Uma nova apresentação, revisão e discussão do projeto com os moradores não foram realizadas e, após algumas batalhas judiciais, as remoções voltaram a acontecer e as obras foram reiniciadas.⁵²



Figura 8: Casas demarcadas para demolição
Fonte: Página do favela em Foco no facebook



Figura 9: Manifestação dos moradores
Fonte: Página do favela em Foco no facebook

51 Este relatório foi elaborado pelo engenheiro Mauricio Campos dos Santos e pelo arquiteto Marcos de Faria Azevedo, membros do Fórum Comunitário do Porto, e está disponível no site <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>

52 Em maio de 2012 o Ministério das Cidades abriu uma consulta pública sobre os procedimentos a serem adotados por prefeituras e governos estaduais em caso de remoções financiadas pelo Ministério. Após a finalização da consulta, estes procedimentos serão regulamentados por uma portaria. O texto preliminar da portaria está em disponível em http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/MINUTA_PORTARIA_REASSENTAMENTO_24_04_12.pdf. Fonte: <http://raquelrolnik.wordpress.com>

Uma das principais reclamações dos moradores é a elevada quantidade de remoções. Para justificar um número tão alto de remoções, a prefeitura apresentou um mapa indicando áreas de risco alto e baixo, a partir de relatório da GeoRio, e uma série de edificações que seriam removidas devido ao projeto urbanístico. O laudo da GeoRio, no entanto, nunca foi apresentado aos moradores e o projeto urbanístico nunca foi discutido com eles, como ressaltado anteriormente.

A comunidade da Pedra Lisa, por exemplo, será completamente removida de acordo com o projeto da prefeitura. Segundo a própria SMH, a área de risco não contempla toda essa região, mas como a maior parte dela estaria sob risco, decidiu-se por remover a comunidade por completo. Nas áreas onde não há risco, a prefeitura pretende instalar áreas de lazer, e nas demais ainda não sabe ao certo o que será feito, mas ressalta que não as deixará vazias, pois elas poderiam voltar a ser ocupadas posteriormente.

O relatório alternativo⁵³, no entanto, identifica que a maior parte das remoções por risco não é necessária. Em muitas áreas, além de não haver riscos, há obras da própria prefeitura ou projetos sociais como o “Cimento Social”⁵⁴, e foram executadas obras de contenção, entre elas a definição de limites que foram respeitados até hoje. Segundo o relatório, é possível identificar áreas de risco pontuais que seriam facilmente resolvidas com medidas de contenção ou a realização de melhorias nas edificações. O relatório conclui que não há justificativa técnica para a remoção de 515 famílias sob alegação de risco geotécnico ou insalubridade. Além disso, o relatório ressalta que a própria prefeitura realizou a

53 Chamaremos de relatório alternativo o documento elaborado pelos técnicos do Fórum Comunitário, conforme explicitado anteriormente.

54 Desenvolvido pelo bispo e então Senador Marcelo Crivella. Realizou a construção de casas na área do Sessenta. Posteriormente o projeto foi incorporado pela prefeitura da cidade, que passou a contar com recursos do Ministério das Cidades para revitalização de fachadas e telhados de 780 casas. Vale destacar que o Exército ficou responsável pela segurança no local das obras. Fonte: <http://habitao-social.blogspot.com/2007/12/projeto-cimento-social-morro-da.html> e <http://amigosdocrivella.com>

construção de muros limítrofes para garantir a segurança de casas que se aproximavam de áreas de risco e que esses limites são respeitados pela população.

O relatório afirma ainda que:

A análise efetuada com relação à existência de possíveis situações de risco e aos condicionantes do projeto urbanístico permite concluir que a criação de um clima de insegurança nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa, mediante o uso generalizado do argumento do “risco”, sem que fossem apresentados os estudos técnicos que pudessem comprovar a existência do mesmo, constitui parte da estratégia da Prefeitura/SMH para viabilizar a implantação do projeto de urbanização nos termos por ela propostos, sem dar margem a qualquer contestação. (...) Aliás, já ficou constatado que a Prefeitura/SMH, como forma de tentar justificar diferentes casos de remoção, utiliza-se com frequência do argumento do “risco”, aproveitando-se, para tanto, da fragilidade das comunidades que, de uma maneira geral, não tem acesso a informações objetivas sobre a real situação dos terrenos ou das casas. Aproveita-se, também, da comoção que esse tipo de argumento costuma provocar na sociedade, considerando-se que na maior parte das tragédias que se abatem sobre as comunidades mais pobres há situações de risco reais presentes (...)

Além das remoções por risco, o projeto prevê ainda a retirada de cerca de 317 casas para possibilitar as intervenções previstas no projeto urbanístico. Ressalta-se que grande parte dessas remoções se deve à implantação de estruturas da cidade dita “formal” na favela; o alargamento de vias, a construção de edifícios de apartamentos, centros esportivos e teleférico⁵⁵. Todas as obras que necessitam de amplos espaços para a sua implantação, e que são propostas em um local onde as casas convivem muito próximas umas às outras e onde os espaços livres são exíguos acabam por representar um grande número de remoções. Outro fator que chama a atenção nessa e em muitas outras obras de urbanização é que as propostas geralmente são caracterizadas por elementos de grande impacto visual, como o

55 Discutimos mais profundamente a questão do teleférico no final deste capítulo.

teleférico, o plano inclinado e a reformulação do Oratório.⁵⁶

Os moradores ressaltam que mesmo o reassentamento para unidades próximas não é o seu principal desejo. Alguns destacam o fato de que os valores oferecidos pelas benfeitorias além de não possibilitarem a aquisição de outro imóvel nas mesmas condições, em parte pela especulação imobiliária e em parte pelos ínfimos valores pagos, não repõem os custos do esforço diário que aquelas pessoas realizaram ao longo de décadas para construir suas casas. As casas na favela não são construídas de uma vez, são feitas aos poucos, de acordo com as possibilidades de cada um. E muitas vezes são feitas pelos próprios moradores. como ressaltado por um morador: *“o valor oferecido pela minha casa não paga os sacos de cimento que eu carreguei nas costas”*. Outra moradora observa que morar em casa possui vantagens com relação a morar em apartamento, como por exemplo a laje, que possibilita a expansão que pode garantir moradia no caso de aumento da família ou um complemento na renda.

Essas palavras não parecem ter sido ouvidas nem consideradas tanto pela SMH quanto pelos técnicos responsáveis pelo projeto e pelas obras. Os moradores reclamam também da atuação dos técnicos, que *“entram na casa dos outros tirando fotos, desrespeitando os moradores”*, além da marcação nelas feita pela SMH, sem qualquer informação para os moradores. Essas marcações fizeram com que surgissem diversos boatos sobre as remoções e isso gerou um clima de insegurança enorme no local. Posteriormente, na reunião com a Comissão de Mediação de Conflitos, a prefeitura se posicionou e informou que muitas dessas marcações eram apenas marcações da topografia e que não simbolizavam que aquelas edificações seriam removidas.

O relatório alternativo resalta que as necessidades e desejos da população não foram considerados na

elaboração dos projetos e que esses atendem prioritariamente aos interesses especulativos de grandes grupos privados, envolvidos no processo de reformulação da Área Portuária. Segundo o relatório, esses interesses fazem *“parte de um ‘pacote’ que, sob o eufemismo da ‘revitalização’, pretende abrir novas fronteiras para o lucro privado, utilizando-se, para tanto, de fartos recursos públicos, além da apropriação de imóveis públicos (...)”*.

Esse pacote de revitalização se refere ao projeto do Porto Maravilha⁵⁷, projeto viabilizado pela lei municipal 101/2009, que criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Esse projeto está inserido no âmbito das ações políticas justificadas pela ocasião dos grandes eventos – Copa do Mundo e Olimpíadas – que ocorrerão na cidade e fazem parte de um forte marketing urbano, e, como discutido anteriormente, da atual espetacularização das cidades.

O projeto prevê a demolição da Perimetral, a construção de túneis e vias expressas, a reconstrução de redes de infraestrutura e uma completa reformulação da morfologia e dos espaços urbanos do local. Além das intervenções no Morro da Providência e nos morros vizinhos, prevê a demolição de grande parte dos galpões portuários, descaracterizando completamente a região e desconsiderando a memória e a vida existente ali.

Além disso, diversas famílias moradoras da região estão sendo retiradas para dar lugar aos novos empreendimentos previstos ali. As obras – de altíssimo custo – serão financiadas em parte com a receita obtida através da venda das CEPACs – Certificados de Potencial Adicional Construtivo -, instrumento criado no Estatuto das Cidades, que permite ao poder público ampliar o gabarito permitido em determinadas áreas e vender o potencial construtivo excedente, para que com esses recursos invista em infraestrutura urbana e serviços para a região. No entanto, ao contrário de investir esses recursos para benefício da população local,

57 Sobre o Porto Maravilha ver www.portomaravilha.com.br

o governo irá investi-lo para viabilizar o próprio empreendimento, ou seja, para garantir o lucro das grandes empresas responsáveis pelas obras, manutenção e administração dos terrenos e construções.

Carlos Vainer⁵⁸ ressalta que a Lei Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro determinam que imóveis públicos não utilizados devem ser prioritariamente utilizados para habitação de interesse social. Na Área Portuária, 85% dos terrenos são públicos e estão sendo disponibilizados para o capital imobiliário, que irá construir imóveis para as classes A e B.

Outro fator que comprova esse fato é que o Morro da Providência terá a conservação e manutenção da iluminação pública e mobiliário urbano, além da limpeza de ruas, feita pela iniciativa privada, o mesmo consórcio que irá fazer a conservação da Área Portuária e seu entorno – intitulado Porto Novo e composto pela Odebrecht, OAS e a Carioca Engenharia. Segundo o relatório alternativo, o consórcio receberá mais de R\$ 7 bilhões de um fundo gestor de recursos privados, administrado pela CDURP⁵⁹ pelos 15 anos de concessão.

Cabe lembrar, ainda, que a utilização do “slogan” Morar Carioca para o projeto de urbanização do Morro da Providência não passa de um marketing urbano, uma vez que o Programa Morar Carioca, lançado através de um concurso de conceitos e ideias para urbanização de favelas, é posterior à contratação do escritório de arquitetura para a execução do projeto e à realização da concorrência pública para a contratação da empresa responsável pelas obras de urbanização da área. O edital do concurso Morar Carioca só foi publicado em

58 Em entrevista sobre Megaeventos no programa Juca Entrevista. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=ZKDRaZXajlg>. Carlos Vainer é Professor Titular do IPPUR/ UFRJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - e possui doutorado em Développement Economique ET Social pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne).

59 Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto: A criação da CDURP faz parte da Operação Urbana Consorciada que está sendo realizada na Área Portuária do Rio de Janeiro e tem como objetivo principal coordenar o processo de implantação do projeto Porto Maravilha. É uma empresa de economia mista gerida pela Prefeitura e que conta com a participação de membros do governo e da sociedade civil. Sobre a CDURP e o Porto Maravilha ver <HTTP://portomaravilha.com.br>

outubro de 2010 e seu resultado divulgado em dezembro do mesmo ano, enquanto a publicação do edital para contratação da empresa para realização das obras no Morro da Providência ocorreu em 24/08/2010.⁶⁰

Acreditamos que a urbanização de favelas é fundamental, no sentido de garantir a qualidade dos espaços urbanos para os cidadãos, e em última instância garantir a própria cidadania. Garantir o acesso aos serviços públicos para toda a cidade, a salubridade e espaços bem resolvidos e pensados em prol da população de baixa renda são essenciais para pensarmos numa sociedade mais justa.

No entanto, o que estamos vendo acontecer, não apenas no Morro da Providência, mas em várias partes da cidade (formal ou informal), é uma nova “limpeza urbana”, nos moldes das reformas de Pereira Passos no início do século passado. Com o intuito de “preparar” a cidade para a Copa do Mundo de 2014 e, especialmente, para os Jogos Olímpicos de 2016, o poder público em parceria com a iniciativa privada está retirando os pobres de suas casas e, em grande parte dos casos, não oferecendo uma contrapartida digna que possibilite sua reinserção no mercado formal de habitação, pelo menos não em áreas próximas de sua moradia inicial.

A retirada da população de suas casas, mesmo que justificada, já representa uma forma de violência contra os moradores. Para agravar essa situação, a forma como tem sido feita na Providência gera ainda mais uma sensação de insegurança e desamparo por parte da população. Foram relatadas atitudes de coação e ameaças por parte dos representantes da prefeitura, com o intuito de forçar os moradores a deixarem suas casas. A situação atingiu tal gravidade, que a defensoria pública decidiu intervir e atuar em favor dos favelados, garantindo que seus direitos sejam respeitados e que sejam oferecidas alternativas de moradia imediata para a população das casas a serem removidas.

60 Fonte: relatório alternativo disponível em <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>

Intervenções no espaço público: a Praça Américo Brum e o Teleférico; o Oratório e a Discussão do Centro Histórico

Para melhor exemplificar as questões discutidas neste trabalho, optamos por analisar dois recortes espaciais no nosso objeto de estudo empírico. O primeiro é a principal área de lazer da comunidade, a Praça Américo Brum, já citada anteriormente nesta dissertação. O segundo recorte é a região do antigo Oratório, situada no alto do morro, onde pretende-se demolir todas as casas do entorno para supostamente recuperar a vista de um patrimônio histórico da cidade.

O patrimônio imaterial e material está sendo devastado, arquitetura e gente, praças e sociabilidades, carne e alma... Na Providência desde julho estava anunciada a destruição na Praça Américo Brum, o único local de recreação das crianças, além de ser uma das áreas mais antigas do Morro. Desde então, a prefeitura não abriu espaço de diálogo com os/as moradores/as da Providência sobre a situação da praça. No antigo Cruzeiro, querem destruir as casas que existem hoje para construir outras “à moda Parati”, no estilo colonial, no que tem sido chamado pela prefeitura de centro histórico, que nada tem a ver com a Providência cuja história se vincula a resistência de escravos/as fugidos/as e alforriados/as no século XIX.⁶¹

Como já dito, em parte das intervenções propostas pelo projeto Morar Carioca, está a retirada da principal área de lazer da comunidade, a praça Américo Brum, para possibilitar a construção de um teleférico ligando a Cidade do Samba, o alto do Morro da Providência e a Central do Brasil. Em contrapartida, o projeto arquitetônico prevê pequenas praças espalhadas pela comunidade, além de um centro esportivo.

Além dessas novas construções demandarem a remoção de muitas casas, ignora-se o fato de que há razões além da existência do espaço pura e simplesmente para que as atividades humanas ocorram ali. Através do relato dos moradores, pudemos perceber que há um grande apego àquele local, que há décadas permanece como ponto de encontro e lazer dos moradores. Fica claro que há uma memória afetiva ligada àquele espaço e que, portanto, deve-se ponderar a necessidade efetiva de sua desconfiguração como área de lazer. Além disso, há um motivo bastante racional para que a população se encontre ali: é justamente naquela área onde as kombis que saem da Central do Brasil deixam os moradores, e onde desembocam os principais acessos da comunidade, favorecendo a formação ali de um ponto de encontro.



Figura 10: Praça Américo Brum
Fonte: Página do favela em Foco no facebook



Figura 11: Praça Américo Brum
Fonte: Página do favela em Foco no facebook

A prefeitura afirma que a implantação da estação do teleférico irá atender moradores e turistas, e que o objetivo é que haja o mínimo impacto possível no entorno da atual quadra. Ressalta, ainda, que o projeto inicial previa a instalação da estação do teleférico ao lado da praça, recuperando parte do projeto Favela-Bairro, que previa a melhoria da praça existente. No entanto, as edificações que seriam

removidas para a instalação do teleférico possuíam empecilhos jurídicos, o que fez com que o projeto fosse alterado, e a nova estação passasse a ocupar um espaço público. O arquiteto da SMH responsável pelo projeto ressalta que a ideia é que a estrutura seja a menor possível, apenas o suficiente para construir o platô por onde se acessa as cabines. Ainda segundo o arquiteto, abaixo desse platô haverá um espaço livre, uma espécie de praça coberta.⁶²

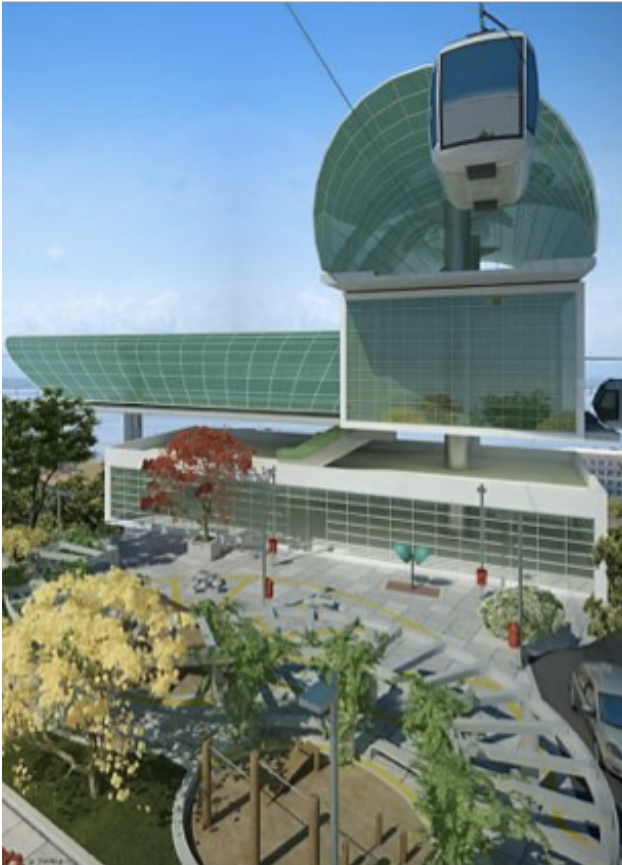


Figura 12: Projeto do teleférico – imagem de divulgação da prefeitura

Fonte: <http://extra.globo.com/noticias/riol/com-teleférico-no-projeto-prefeitura-comeca-obras-de-urbanizacao-no-morro-da-providencia>



Figura 13: Quadra onde será implantada a estação do teleférico

Fonte: Página do facebook do Favela em Foco

Essa proposta é bastante questionada pelos moradores, devido ao seu alto custo, ao elevado número de remoções necessárias e à utilidade que este equipamento terá para a população. Como ressalta o relatório alternativo, a definição de um novo sistema viário, com alargamento de vias e criação de duas vias novas, e a implantação do teleférico deveriam ser propostas após uma análise profunda dos principais fluxos e acessos da comunidade.

No entanto, as propostas partiram de uma análise meramente espacial, fundada principalmente em um Diagnóstico realizado para o Favela-Bairro (anterior a 2005) e, por consequência, as soluções propostas não atendem às necessidades dos moradores. O relatório reafirma que a principal referência externa da comunidade é a Central do Brasil, não apenas pela conectividade com o restante da cidade – dali partem trens, metrô e diversas linhas de ônibus –, como pela existência de um farto comércio, bastante utilizado pela comunidade. Os moradores da Pedra Lisa e do Sessenta optam por percorrer esse trajeto a pé, devido à proximidade e facilidade de acesso pela Rua Senador Pompeu e Rua da América. Outra opção de transporte são as vans e kombis, cujo ponto final é justamente na Praça Américo Brum – local onde se pretende instalar a estação do teleférico – que vão diretamente até a Central do Brasil. A partir da Praça Américo Brum, os moradores podem percorrer a escadaria em direção ao Oratório ou seguir a pé pelos becos em direção às suas casas. Como destaca o relatório:

Pelo que foi descrito até aqui se pode perceber que os fluxos internos principais estão relacionados à forma como a comunidade se relaciona com a Central do Brasil e com seu entorno imediato. A principal referência nesse caso é a Praça Américo Brum que, pelo fato de contar com uma quadra de esportes coberta, constitui também uma área de lazer importante, abrigando a prática de esportes e as festas e shows realizados na comunidade. Os demais fluxos internos são difusos, e refletem as relações de afinidade e parentesco existente entre os moradores das diferentes localidades que formam o Morro da Providência/Pedra Lisa.⁶³

Não questionamos que melhorias são necessárias para garantir uma maior acessibilidade e conforto aos moradores do local. No entanto, a solução do teleférico e em especial o local onde será implantado não parece trazer grandes melhorias para o dia-a-dia da população. Cabe ressaltar que o teleférico instalado no Complexo do Alemão em 2010 funciona com apenas ¼ de sua capacidade, segundo levantamento de Estado veiculado na mídia. Além disso, o Governo do Estado pretende instalar um teleférico na Rocinha, mesmo o projeto urbanístico realizado pela M&T Arquitetura e Instituto Locus – contratados em 2007 pelo governo - terem sugerido a instalação de 4 planos inclinados pontuais, conectados com vias carroçáveis, que teriam um custo muito inferior, além de implicar em um número menor de remoções.

Os moradores do Morro da Providência reclamam que esse projeto visa atender principalmente aos turistas, uma vez que a área está inserida na região de influência do Porto Maravilha e, após a implantação da UPP e da realização das intervenções, espera-se que seja um polo turístico, como está ocorrendo em outras favelas da cidade.

O potencial turístico da favela – tida como a primeira favela da cidade⁶⁴ - já era reconhecido antes mesmo da instalação da UPP e da previsão de mudanças na área portuária. Durante o Favela-Bairro, foi idealizado o Museu a Céu Aberto na favela, que seria uma espécie de circuito pelo interior da favela. Nesse projeto, algumas moradias se tornariam “museus” onde o turista poderia observar como vivem os pobres da favela. Esse projeto está inserido na proposta de Célula Urbana, criada e desenvolvida pela arquiteta e ex-gerente do Favela-Bairro Maria Lúcia Petersen em parceria com a Bauhaus. O conceito

64 Esta informação é contestado por ABREU (1994), que afirma que a ocupação do Morro de Santo Antônio é anterior à do Morro da Providência. No entanto, talvez pelo segundo morro não existir mais, o símbolo de primeira favela da cidade ficou com o Morro da Providência e é defendido por seus moradores como um aspecto importante na imagem da favela.

da Célula Urbana – inicialmente implantada na favela do Jacarezinho – reside na criação de um núcleo ou embrião de transformação social e econômica que posteriormente poderia “contaminar” o restante da favela, transmitindo e ampliando as transformações, num processo contínuo de interação.

A Célula Urbana é uma proposta de desdobramento de todo esse processo evolutivo. Surge de uma idéia desenvolvida por mim e Dietmar Starke de promover um transplante de medula no corpo da favela capaz de fortalecer o desenvolvimento endógeno, a cultura e a tecnologia. Inserir os vetores da cidade moderna nas favelas. A Célula Urbana apresenta conceitos novos de micro-planejamento. Seu objetivo é a criação e articulação de núcleos de desenvolvimento urbano, social, político, econômico e ambiental.⁶⁵

O Morar Carioca resgata o Museu a Céu Aberto, agora com a participação da Secretaria de Cultura e Patrimônio, que está elaborando um projeto englobando uma programação visual contando a história da favela e a utilização de fachadas externas de edificações existentes para exposições e projetos relacionados ao tema.⁶⁶



Figura 15: Capela do Cruzeiro
Fonte: www.cidadeolimpica.com

⁶⁵ Fonte: entrevista com Maria Lúcia Petersen disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/05.019/3327?page=1>

⁶⁶ Esta concepção da favela como cenário e da pobreza como turismo é bastante criticável e está inserida no contexto de espetacularização das cidades e da sociedade capitalista neo-liberal.

Um dos principais pontos com potencial turístico na favela é o antigo Oratório, que data do início da ocupação do morro e que dizem ter sido o local para onde acreditava-se ter sido trazida a imagem de cristo que pertencia a Antônio Conselheiro, após a tomada de Canudos⁶⁷. O projeto Morar Carioca previa, inicialmente, a substituição das casas do entorno do Oratório por novas edificações simulando construções do período colonial, claramente inspiradas em Paraty⁶⁸. No entanto, a Secretaria de Cultura e Patrimônio não aprovou essa ideia e exigiu uma intervenção ainda mais drástica, a remoção de todo o casario do entorno do Oratório, com o objetivo de “retomar a visibilidade” do Oratório para a cidade. Segundo a Secretaria, o Oratório teria tido, no passado, o mesmo papel para a cidade que o Cristo Redentor tem hoje.



Figura 16: Oratório
Fonte: Página do facebook do Favela em Foco



Figura 16: Projeto da SMH para Oratório
Fonte: www.forumcomunitariodoporto.wordpress.com

67 Fonte: CRUZ, Henrique Dias da. (1941) Os morros cariocas no novo regime. Rio de Janeiro: S/E apud ZYLBERBERG (1992).

68 As referências à Paraty foram explicitadas a partir das imagens apresentadas pelo escritório de arquitetura à Secretaria do Patrimônio, que trazia imagens da cidade como representativas do que pretendia-se construir. Fonte: relatório alternativo disponível em <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>

Se por um lado a proposta do Morar Carioca impressiona pela tentativa de criação de um falso cenário, com uma tipologia de “casario antigo” que não faz parte da história daquele lugar, a proposta da Secretaria de Cultura e Patrimônio de demolição completa das casas do entorno choca ainda mais pela completa desconsideração à população local, que já está sendo removida por uma série de fatores questionáveis, como demonstrado anteriormente.

Em um contexto de déficit habitacional, num local onde já se está removendo cerca de 50% da população, propor a retirada de casas para que a “cidade” possa voltar a ver o Oratório é injustificável.

Além disso, podemos observar a incoerência das ações da Secretaria de Patrimônio e Cultura, que ao mesmo tempo em que se preocupa em preservar uma suposta vista para um elemento importante para a cidade, permite a demolição ou completa remodelação de importantes edifícios históricos da cidade, como é o caso do Maracanã, do Cais da Imperatriz, do Hotel Glória, entre outros.

Na verdade, essas medidas tendem a atender aos interesses turísticos da cidade em detrimento dos interesses dos moradores. No caso do próprio morro da Providência, podemos ainda questionar a vista livre da cidade, uma vez que o gabarito permitido para construção das novas edificações do entorno, caso se concretize, será superior à altura do próprio morro – o que não permitirá de qualquer forma que seja avistado o Oratório ou qualquer outro local da Providência.

Mas a principal questão com relação aos dois projetos – e que de certa forma está presente em todas as intervenções propostas e na forma como está sendo conduzido o processo – é: que memória é essa que se quer recuperar? Tanto a proposta da SMH, como a da Secretaria de Cultura, desconsideram que há pessoas que habitam aquele local há quase 100 anos e que essas pessoas, suas casas, suas dinâmicas

é que construíram alguma memória para aquele lugar. Os moradores, que deveriam ser os principais beneficiados pelas intervenções, parecem não existir enquanto pessoas e enquanto cidadãos tanto para os arquitetos envolvidos no processo, quanto para o poder público.

Segundo o relatório alternativo (2011: 18):

A intervenção proposta para essa região é bastante drástica, não só por prever a demolição de um número expressivo de casas, como também pelo fato de essa demolição representar a completa descaracterização do núcleo histórico da primeira favela do Rio de Janeiro. Esse núcleo histórico organiza-se em torno do cruzeiro⁶⁹ e do antigo reservatório onde os moradores abasteciam-se de água, tendo sua paisagem marcada ainda por uma grande caixa d'água em formato cilíndrico, que foi implantada em tempos menos remotos. As casas são dispostas com certa liberdade, sem observar preceitos formais rígidos e possuem características que refletem o conhecimento técnico-empírico e as concepções de espaço de seus moradores, apresentando, além disso, as marcas do processo de acréscimos e melhoramentos progressivos introduzidos por sucessivas gerações, que caracterizam a produção social da habitação. (...) Esse projeto, que jamais foi discutido, representa a tentativa de transplantar para a comunidade um cenário artificial, que não possui qualquer relação com a história, os valores e o modo de vida de seus moradores, prestando-se apenas à promoção de um turismo alienado.

A revisão do projeto Morar Carioca a partir da exigência da Secretaria de Cultura previu a implantação de uma grande praça no entorno do Oratório, com anfiteatro, mesas de jogos e área infantil. A realização do projeto apenas nessa área resultará na remoção de 73 famílias. Segundo o relatório: *“Trata-se de uma proposição de ‘Centro Histórico’ no qual os moradores do Morro da Providência não têm lugar.”*

As intervenções propostas vão de encontro com as necessidades e desejos da população e visam atender interesses externos e conceitos de urbanização pautados em modelos que não se enquadram

69 Cruzeiro e Oratório referem-se à mesma construção.

na complexa realidade das favelas.

Observamos um distanciamento, conforme analisado no capítulo 1 da parte A desta dissertação, do planejador/arquiteto da realidade sobre a qual ele atua. Nos parece que as ações propostas estão inseridas em uma visão homogeneizadora da cidade e das favelas, e que, ao simplificar ou esquematizar as necessidades dos moradores, podem não apenas não resolver como agravar alguns problemas da favela e da cidade.

PARTE B – CONTEXTO

Nesta parte da dissertação, buscaremos abordar questões complementares ao eixo principal de discussão, que apesar de relevantes para a construção do conhecimento, não se constituem no objeto principal desta pesquisa.

No primeiro capítulo deste eixo paralelo, procuraremos demonstrar como a formação da profissão do arquiteto ao longo dos séculos foi determinante para a situação em que vivemos hoje e para a forma como vemos e exercemos essa profissão; passando por questões como a do arquiteto historicamente elitista - durante séculos esses profissionais eram responsáveis apenas por palácios, igrejas e edifícios governamentais -, da formação ampla e sem um curso específico até o final do século XIX, da forte ligação com a arte e a consequente interpretação do arquiteto como artista e, por fim, da ligação da arquitetura com a utopia da transformação social a partir da transformação espacial.

No segundo capítulo desta parte, abordaremos a contextualização das favelas cariocas, falando sobre seu processo de formação e as intervenções propostas ao longo do tempo.

1. A FORMAÇÃO DO ARQUITETO E SEU PAPEL AO LONGO DA HISTÓRIA

Para compreender o papel do arquiteto, utilizamos como principal referência teórica Spiro Kostof, em seu livro *The Architect*, de 1977, em que o autor faz uma coletânea de textos sobre o arquiteto em diferentes tempos da história, desde a Antiguidade até o início da segunda metade do século XX. O autor trata tanto do arquiteto do ocidente, como do oriente, mas, para este estudo, nos concentramos nos aspectos relativos ao arquiteto ocidental.

Para complementar o estudo, recorreremos a autores que abordaram o tema de forma mais atual, como Rheingantz (2011) e Harvey (2004 [2000]).

1.1 ARQUITETO COMO UM HOMEM DA PRÁTICA

Os arquitetos estiveram sempre associados aos ricos e poderosos. Historicamente, seus serviços eram utilizados por governantes, pela igreja e pelas altas classes da sociedade. Apesar disso não garantir necessariamente uma alta posição hierárquica na sociedade, era suficiente para separá-los dos trabalhadores. Eles não eram trabalhadores, e sim aqueles que ditavam as regras aos trabalhadores.

Como disse Platão: “eles contribuíram com conhecimento, não com artesanato”¹. (apud KOSTOF, 1977: 3)

Na Grécia e Egito antigos, eram os faraós ou reis que recebiam os créditos pelas suntuosas construções. Por serem representantes de Deus, apenas eles poderiam desvendar a verdadeira forma divina de habitar um espaço. No entanto, quem realizava os projetos certamente eram arquitetos, cujos nomes nunca seriam conhecidos pela história. Na Idade Média não era diferente, muitas vezes a Igreja, os bispos ou os reis assumiam o papel de criadores, como representantes diretos de Deus.

Nesse período, embora não fossem, muitas vezes, reconhecidos como os responsáveis pela construção, estes profissionais tinham certo prestígio na sociedade. Na Idade Média, por exemplo, há indícios de arquitetos que eram enterrados com honrarias nas igrejas projetadas por eles. Em muitos casos eram retratados com modelos de seus projetos, reforçando seu status perante a sociedade. Embora em muitos casos os arquitetos viessem de classes mais baixas, seu talento natural e esforço na profissão garantiam sua ascensão social e sua importância na sociedade era reconhecida. A própria referência de Deus como o arquiteto do mundo, criador e construtor de toda a

¹ No original: “*they contributed knowledge, not craftsmanship*” Tradução livre da autora.

nossa materialidade, reforçava o prestígio do trabalho do arquiteto. Acreditava-se que a geometria – uma das bases da arquitetura – era a base técnica e estética do universo.

No entanto, apesar do reconhecimento de sua importância, o trabalho do arquiteto estava condicionado às exigências e desejos do mecenas² – aquele que financiava a construção – que muitas vezes especificava exatamente que tipo de arquitetura desejava. Além disso, em diversos períodos da história, a criação do arquiteto teve que obedecer aos padrões rigorosos dos chamados “estilos arquitetônicos” de cada época. A tecnologia da construção também era um importante elemento de limitação da atuação do profissional.

A formação do arquiteto mudou bastante ao longo dos séculos. Inicialmente, recebia uma educação próxima dos religiosos e a tradição da profissão geralmente era passada de pai para filho, por várias gerações. Nesse período aparentemente não havia distinção entre arquitetura, engenharia e planejamento urbano.

Também havia o lado mais teórico da educação ou formação do arquiteto. Desde o século VI a.C. havia escolas profissionais de arquitetura, administradas por arquitetos “praticantes”. Também havia

² No original, o termo utilizado é “*patron*”, que pode significar patrono ou mecenas.

tratados escritos por arquitetos. Após sua formação como arquiteto, o profissional poderia abrir seu próprio estúdio, contanto que tivesse estabelecido os contatos suficientes para que lhe fornecessem as devidas comissões para cada trabalho realizado. A outra opção era se vincular a uma determinada igreja ou abadia que tivesse demanda suficiente para manter um arquiteto à sua disposição.

Havia provavelmente três formas de se tornar um arquiteto. A primeira seria o treinamento nas “artes liberais” e depois o trabalho prático ao lado de um conceituado mestre. A segunda forma seria através dos treinamentos militares – que na época envolviam conhecimentos de planejamento, engenharia e hidráulica – para posteriormente se tornar um engenheiro ou arquiteto senior. A terceira forma seria através da ascensão no serviço civil do Império. Apenas esta última forma estaria aberta aos servos.

A formação abrangente do arquiteto talvez tenha origem nos serviços militares, em que faziam desde o *layout* dos acampamentos e projetos para os edifícios militares, até, muitas vezes, planejarem cidades inteiras.

A construção era feita por cidadãos comuns, junto com escravos. O engajamento do arquiteto na construção era constante, desde a

definição do terreno onde o edifício seria construído, acompanhando todo o processo construtivo de perto. Nesse momento, o que distinguia o arquiteto do mestre de obras era o seu conhecimento das implicações teóricas da geometria nas construções.

1.2 SEPARAÇÃO ENTRE PROJETAR E CONSTRUIR

Até o século XV, não havia uma educação formal para arquitetura. Não havia um ensino voltado especificamente para essa área. Segundo Kostof (1977), a arquitetura enquanto profissão se consolidou no século XV, embora esta como conhecemos hoje só tenha de fato passado a existir no século XIX, como explicaremos mais adiante. Na Idade Média, o arquiteto era um artesão, na maioria dos casos um mestre de obras. Isso começou a mudar no início do século XV, especialmente na Itália, através da influência dos ideais humanistas. A admiração pelos clássicos da literatura acabou por estimular o estudo das ruínas romanas e a descoberta desse repertório formal estimulou seu uso na arquitetura da época. Em 1415, foi encontrado na biblioteca do Monastério de St. Gall o manuscrito do Tratado de Vitruvius. Essa redescoberta reafirmou o fato de que o arquiteto deveria ser um homem da teoria e da prática, e não apenas da prática como vinha sendo visto desde a Idade Média. O estudo da arquitetura

passou a ser fundamental para a formação do profissional.

No século XV, portanto, começa a haver a separação entre aquele que projeta, pensa e realiza a concepção da construção e aquele que de fato constrói. Mesmo assim, ainda nesse período, a presença do arquiteto durante a construção era fundamental. Muitos aspectos do edifício eram decididos apenas *in loco*, durante a construção.

Nos tratados de Vitruvius, fica claro que plantas, elevações e perspectivas eram comumente utilizadas pelos arquitetos. Os detalhes eram provavelmente definidos durante a obra. Era bastante comum na Idade Média, a concepção do projeto apenas na cabeça do arquiteto, que posteriormente iria ao terreno onde seria feita a construção e desenharia a planta baixa em escala 1:1.

Desde o século XIII, quando os sistemas construtivos começaram a se tornar muito complexos, surgiram os desenhos de detalhamento, muitas vezes inscritos na própria estrutura. No entanto, eles ainda eram em pouca quantidade em relação à complexidade das construções. E como nos mostra Kostof (1977: 109), muitos detalhes ainda continuavam a ser decididos na obra:

Modelos não faziam mais do que dar uma ideia geral da aparência e escala do edifício, e aparentemente eles não continham muitos detalhes. Isso, e muito mais, era deixado para ser decidido pelo desenhista e por aquele

responsável pela execução dos desenhos. Está bastante claro que era esperado de Brunelleschi e outros dar instruções constantemente no local da construção.³

O processo de separação entre a construção e o projeto foi se desenvolvendo até que no século XVI podemos identificar que essa ruptura se concretizou, e o arquiteto passou a ser visto como um praticante das Artes Liberais. Foi nesse momento que surgiu o arquiteto artista e intelectual. Sua atividade não tinha mais nada em comum com o artesão. A hierarquia entre quem projeta e quem constrói também passou a se tornar clara nesse período. O arquiteto devia controlar os construtores.

Embora agora reconhecida como profissão, a arquitetura ainda não possuía uma guilda⁴ que regulamentasse a prática profissional, e o trabalho dos arquitetos muitas vezes estava nas mãos do patrono que o financiava, que podia contratar outro arquiteto a qualquer momento, sem nenhuma compensação para o arquiteto inicial. Muitas vezes o patrono podia reduzir a verba para a construção do edifício, tendo

3 No original: “*Models did no more than give a general Idea of the appearance and scale of the building, and they seem to have lacked details. These, and much else, were left to discussions between the designer and those responsible for the execution of designs. It is quite clear that Brunelleschi and others were invariably expected to give instructions constantly on the building site.*”

Tradução livre da autora.

4 No texto original o autor utiliza o termo *guild*. Em português, *guilda* significa: *sf (fr guilde)* Associação de mutualidade formada na Idade Média entre as corporações de operários, negociantes ou artistas. (Fonte: dicionário da Língua Portuguesa Michaelis).

o próprio arquiteto que arcar com as despesas para sua conclusão. Não havia muitas leis e regras que garantissem os direitos e deveres do profissional.

A remuneração do arquiteto podia vir das comissões das construções, ou através de empregos públicos, junto ao governo. No século XVI o número de arquitetos que viviam das comissões cresceu muito. Palladio⁵, por exemplo, nunca esteve vinculado a um emprego ou a alguma igreja. Sua remuneração vinha integralmente das comissões dos projetos em que estava envolvido. Nota-se que no século XVI passa a ser cada vez mais comum que as famílias mais poderosas contratem arquitetos para projetar suas casas. Até então, os arquitetos projetavam majoritariamente edifícios religiosos, grandes palácios e edifícios governamentais.

A incorporação das formas clássicas na arquitetura renascentista no século XVI, e o entendimento de que a teoria e o estudo das formas passadas era fundamental para a profissão trouxe uma mudança radical na formação do arquiteto. A arquitetura não mais poderia ser aprendida na prática, ela necessitava de estudo.

5 **Andrea Palladio** foi um dos mais conhecidos arquitetos italianos do século XVI. Nascido em uma pequena cidade no norte da Itália, foi, segundo Summerson (1963), o mais erudito e preciso estudioso de arquitetura de sua época. Sua obra mais famosa é a Villa Rotonda, uma casa de campo aristocrática de meados do século XVI.

1.3 ARQUITETURA COMO PROFISSÃO

O século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, foi palco de transformações profundas na sociedade, o que gerou também mudanças na profissão do arquiteto. A criação da sociedade capitalista e a consolidação do pensamento moderno foram fundamentais para a criação de um novo profissional e de uma nova arquitetura.

A formação do arquiteto na Inglaterra está intimamente ligada a duas grandes mudanças sociais e intelectuais ocorridas nos últimos quatro séculos – a transição do modelo de pensamento medieval para o moderno e a transformação da sociedade agrária na sociedade capitalista através da Revolução Industrial. A característica interdisciplinar da arquitetura moderna é produto da primeira transformação; a organização profissional através de uma especialização cada vez maior é resultado da segunda; e o conflito inerente entre estes dois aspectos permanece sem solução.⁶ (KOSTOF, 1977: 180)

Aliado a isso, a revolução nos meios de comunicação gerou um grande aumento do número de publicações de arquitetos, e a divulgação de seus trabalhos e pensamento se tornou mais fácil. O desenvolvimento da burguesia fez com que os arquitetos passassem a depender cada vez menos de seus patronos aristocratas.

6 No original: “*The formation of the architectural profession in England is intimately bound up with two major intellectual and social changes over the past four centuries – the transition from medieval to modern processes of thought and the shift from an agrarian to a capitalism-based society through Industrial Revolution. The inter-disciplinary character of the modern architectural designer is the product of the first change; the Professional organization through which He fulfills an increasingly specialist role is the result of the second; and the inherent conflict between these two aspects remains unresolved.*” Tradução livre da autora.

À medida em que a profissão da arquitetura fortalecia sua identidade, tornava-se necessária a sua organização no sentido de proteger os interesses e *status* social da classe, além de prover os meios para uma educação formal voltada exclusivamente para a profissão.

No final do século XVIII, houve várias tentativas de oficializar a profissão, separando-a das engenharias e das outras áreas do desenho, mas apenas em 1834, com a criação do Institute of British Architecture, de fato deu-se um passo decisivo na união dos profissionais e na formação de um campo específico de atuação. Em 1870, a Royal Academy criou uma escola de Arquitetura e nos anos seguintes a Architectural Association criou uma série de medidas inovadoras na educação formal do arquiteto. Gradualmente, o ensino da arquitetura deixou de ter seu caráter de “pupilage”⁷ e passou a ter normas mais parecidas com as atuais. (KOSTOF, 1977)

No entanto, a experiência histórica do arquiteto multidisciplinar fez com que ele atuasse como mediador e coordenador das diversas disciplinas existentes na construção e no planejamento de cidades.

No século XIX, surgiram algumas escolas de arquitetura na Europa e nos Estados Unidos, mas em geral a formação universitária do

7 No original o autor se refere ao termo *pupilage*, simbolizando aqui o sistema padrão de educação vigente até então, em que alguém com experiência prática ensinava a seu “pupilo” a profissão a ser exercida.

arquiteto não era exigida. A educação formal do arquiteto só se tornou efetiva no final do século XIX.

1.4 ARQUITETURA COMO NEGÓCIO

No final do século XIX e início do XX, com o avanço da era industrial, surgiram mudanças profundas na vida das cidades – especialmente o fato de que cada vez mais pessoas saíam do campo em busca de oportunidades nas cidades. Com o desenvolvimento das máquinas e o crescimento das cidades, novas formas de construção foram criadas e a demanda por arquitetos e todos os demais profissionais da construção civil era enorme.

Nesse contexto, especialmente nos Estados Unidos, surgiram os grandes escritórios de arquitetura. A arquitetura começou a ser vista como um negócio e a visão do arquiteto-artista aos poucos foi sendo substituída pela imagem do homem de negócios. Paralelo a isso, o volume de construções e a complexidade cada vez maior vinda das evoluções tecnológicas fez com que o trabalho do arquiteto como único autor se tornasse impossível, e cada vez mais eram necessárias equipes multidisciplinares no desenvolvimento dos grandes projetos.

Para atender a essa elevada e complexa demanda, a solução encontrada

pelos grandes escritórios foi em primeiro lugar a separação entre o tomador de decisão e os executores da ideia, e uma especialização cada vez maior, em que cada indivíduo era responsável por um aspecto ou por uma etapa do processo projetual. Essa organização similar à industrial, inicialmente vinda das necessidades de atendimento à demanda existente, passou a constituir a base organizacional da maior parte dos escritórios de arquitetura no início do século XX. Além da especialização dos arquitetos em si, ao longo do tempo os próprios escritórios começaram a se especializar em determinadas áreas da arquitetura – igrejas, hospitais, escolas, etc. (KOSTOF, 1977)

Apesar de todas essas mudanças no campo profissional, no campo acadêmico o modelo de ensino continuava a ser a formação abrangente baseada nos princípios da Ecole des Beaux-Arts⁸. Grande parte das escolas de arquitetura do início do século XX foi influenciada pela “nova teoria do design”, desenvolvida por Walter Gropius⁹ e utilizada inicialmente na Bauhaus. A teoria de Gropius incorporava a industrialização e os avanços tecnológicos na arquitetura, e defendia a teoria do design unificado, no qual a arquitetura poderia resolver

todos os problemas de design através de um mesmo processo.

8 A *Ecole Nationale et Spéciale des Beaux-Arts*, está situada em Paris e era, até seu fechamento em 1968, a escola mais antiga de arquitetura. Foi inaugurada em 1648 e influenciou diversas escolas pelo mundo. (Kostof, 1977).

9 Gropius foi um arquiteto alemão nascido no final do século XIX, e foi o fundador da Bauhaus, em 1919. Esta escola foi um marco na arquitetura e no design modernos do século XX.

Segundo Gropius (apud Kostof 1977: 322):

Se pudermos encontrar uma base comum para o entendimento do design – um denominador alcançado através de objetivos concretos em vez de interpretações pessoais – este deveria ser aplicado para qualquer tipo de design.¹⁰

O trabalho da arquitetura era visto como um trabalho de equipe, no sentido de cooperação, e não de competitividade. Gropius acreditava que a arquitetura poderia unificar a sociedade, e que o papel do arquiteto seria o de coordenar os diversos campos envolvidos na construção de edifícios e de cidades. Ele acreditava que o individualismo extremo estava na base de todos os problemas da sociedade.

Por sua vez, na prática, o trabalho de equipe também estava sendo incorporado ao trabalho do arquiteto, porém com o viés da produção industrial, da especialização para garantir agilidade e produtividade. Os escritórios cada vez mais se aproximavam da lógica das fábricas, com seus complexos organogramas e divisão de tarefas cada vez mais especializadas.

O início do século XX viu, portanto, uma separação cada vez maior

entre a formação do arquiteto e a prática da arquitetura. Além disso,
10

No original: “*If we can establish a common basis for the understanding of design – a denominator reached through objective findings rather than through personal interpretation – it should apply to any type of design.*” Tradução livre da autora.

vivia-se um período de profundas transformações nas cidades e constantes inovações tecnológicas. Apesar de ter um reflexo nos processos de realização dos projetos e construções, como dito anteriormente, a arquitetura ainda era uma expressão de épocas passadas, e muitas vezes a colagem de diferentes épocas, como no ecletismo, por exemplo.

Nesse contexto, começaram a surgir diversas críticas e proposições utópicas por parte dos arquitetos e urbanistas. Mesmo que poucas delas tenham chegado à prática, representaram um momento de profundas transformações na teoria da arquitetura que têm impacto até hoje na atuação dos arquitetos. Na primeira metade do século XX, diversos arquitetos pensaram uma nova sociedade através da arquitetura. Acreditavam que poderiam transformar as pessoas e sua forma de vida a partir das modificações no espaço físico. Destacam-se nesse período as ideias de Ebenezer Howard, Le Corbusier, entre outros.

1.5 ARQUITETO TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE

Segundo Rheingantz (2011), a formação do arquiteto nos dias de hoje ainda está pautada no ideal utópico de que a transformação física promove uma transformação social. Segundo o autor, a separação entre quem pensa e quem executa os projetos, iniciada no século XV, gera profissionais que não têm a real dimensão dos impactos de seus projetos na vida das pessoas, e incentiva uma arquitetura mais voltada para um ideal do que para a vida prática. Nesse contexto, a forma e a estética da arquitetura se sobrepõem à vivência dos espaços, e as discussões acerca da relação entre forma e conteúdo parecem estar distantes da atuação prática dos arquitetos.

Privilegiamos a antecipação ao contato concreto. Separamos concepção da execução. (...) A tarefa da formação dos artífices tem sido delegada aos escritórios. Nas escolas pensamos, discutimos e desenhamos arquitetura enquanto ideia; exploramos seus aspectos formais e estéticos. (...) Assim, vivemos e projetamos em uma espécie de 'mundo virtual' ou 'limbo imaginado' que progressivamente se confunde com um 'real' consensualmente fabricado, raramente discutido.¹¹ (RHEINGANTZ, 2011: 8)

11 Cabe ressaltar que este “real” muitas vezes não é “consensualmente fabricado”, ele é muitas vezes imposto ou é produto de uma forma de vida determinada pelo nosso sistema capitalista neoliberal. E com relação ao “raramente discutido”, enfatizamos que há diversos estudos e análises que abordam esse tema há décadas, como podemos observar nos textos de Jacobs (2009 [1961]) e Harvey (2004 [2000]), entre tantos outros. O que acreditamos que o autor quis dizer é que esse tema não é discutido por aqueles que estão relacionados à prática da arquitetura, as discussões ficam restritas ao campo teórico e acadêmico.

E é com esta ideia que os arquitetos são “jogados” no mundo “real”. E é com estes conceitos e pré-conceitos que a grande maioria dos arquitetos intervém nos espaços, com uma crença – mesmo que inconsciente – de que pode transformar o mundo à sua maneira. No entanto, esse processo é dialético, ele é contínuo. E na medida em que o arquiteto considera que seu trabalho está encerrado quando termina o desenho na prancheta (ou no computador), ou quando se encerra a obra, podemos esperar que serão criados muito mais problemas do que soluções.

Essa crença ingênua no poder da arquitetura faz com que ao longo de sua formação – e muitas vezes de sua vida profissional – o arquiteto deixe de aprender com os espaços, com as pessoas, com a sociedade tal como ela é. Assim, deixa de observar a vida social que transforma os espaços todos os dias e não consegue incorporar às suas práticas a complexidade das relações. Trabalha em cima da causa e consequência, forma e função, planejamento e previsibilidade. Mas a vida é imprevisível, as pessoas não são estáticas e, além disso, possuem vontade própria e transformam a cidade à sua maneira, cotidianamente, mesmo sem perceber.

Harvey (2004 [2000]: 262) afirma que:

O arquiteto molda espaços de modo a lhes conferir

utilidade social, bem como significados humanos e estético/simbólicos. O arquiteto plasma e preserva lembranças sociais de longa duração e se empenha em dar forma material aos anseios e desejos de indivíduos e coletividades. O arquiteto luta para abrir espaços para novas possibilidades, para futuras formas de vida social. (...) a 'vontade de arquitetura', entendida como a 'vontade de criar', constitui o 'alicerce do pensamento ocidental'.

Rheingantz (2011), entre outros, chama a atenção para a atuação desses arquitetos na atual sociedade do espetáculo, da mídia, dos cenários. Segundo o autor, os arquitetos do século XXI não mais pretendem mudar a sociedade através de seus projetos, eles estão mais preocupados em *“produzir uma arquitetura singular, capaz de atender tanto aos seus caprichos quanto aos interesses de seus clientes, que prevalecem sobre o contexto onde são construídos.”* (RHEINGANTZ, 2011: 10)

E nas faculdades de arquitetura, continua-se investindo nos projetos autorais, na criação, nos projetos desvinculados da realidade e com *“temas genéricos e descontextualizados: residência unifamiliar, edifício de habitação multifamiliar, escola municipal de ensino fundamental (...)”* (RHEINGANTZ, 2011: 10). Enquanto isso, na vida real, esses mesmos arquitetos, enquanto cidadãos, vivem uma vida urbana complexa, heterogênea, mutante.

Referindo-se à estrutura curricular da FAU/ UFRJ, o autor diz que:

Faltam debates ou reflexões sobre o papel do arquiteto na atualidade, ou sobre as práticas e conteúdos das disciplinas de projeto e a desconexão de conteúdos, práticas e trabalhos das disciplinas dos ciclos de fundamentação, aprofundamento e síntese. (Rheingantz, 2011: 11)

Santos (1988) já nos chamava a atenção sobre o desinteresse e o desconhecimento dos arquitetos sobre uma realidade tão próxima, e Jacques (2001) afirma que:

A Favela ao lado era exatamente o contrário de tudo o que aprendíamos na Escola, e o simples fato de passar por ela constituía um confronto cotidiano entre a racionalidade rígida da arquitetura erudita aprendida na Faculdade e a espontaneidade original da auto-construção popular. (JACQUES, 2001:9)

Atualmente, com a crescente demanda por urbanização de favelas, esta desconexão se torna latente .

Hoje, com a sistematização das urbanizações, surge um novo problema, pois nós, arquitetos e urbanistas, não somos formados para trabalhar em favelas e, no mais das vezes, desconhecemos a arquitetura dessas comunidades. Deparamo-nos em campo com um universo espaço-temporal completamente diferente daquele a que estamos habituados. Além disso, as características culturais e estéticas próprias às favelas tornam o espaço muito difícil de ser apreendido formalmente. (JACQUES, 2001:13)

Todos podem se ver um pouco como arquitetos, 'arquitetos do nosso próprio destino', no sentido do poder que cada indivíduo tem de transformação do nosso mundo através de suas práticas cotidianas.

Entende-se aqui arquitetura como transformadora, capaz de idealizar e materializar no espaço físico os desejos e anseios das pessoas. (HARVEY, 2004 [2000])

O “arquiteto rebelde” de Harvey (2004 [2000]: 311),

desempenha uma função socialmente construída, ao mesmo tempo que enfrenta as circunstâncias e a consciência derivadas de uma vida cotidiana na qual são feitas exigências em relação ao tempo, em que existem expectativas sociais, em que são adquiridas habilidades que se espera sejam empregadas de maneiras limitadas para propósitos definidos em geral por outras pessoas. O arquiteto se afigura assim uma roda na engrenagem da urbanização capitalista, tão construído por este processo quanto é construtor dele.

Precisamos mergulhar na realidade, compreender que prática e teoria andam juntas e construir espaços coletivamente que, de fato, contribuam para melhorar a nossa vida em sociedade.

Numa perspectiva de movimento e transformação contínuos de um mundo que mistura humanos e não-humanos e se transforma em um coletivo de humanos e não-humanos, compromisso implica abandonar atitudes e crenças de que somos “‘habitantes’ de um mundo estranho; mundo dos técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que deve ser doado aos ‘ignorantes’ e ‘incapazes’”. Em lugar de olhar os problemas de ‘cima’ ou de ‘fora’, deveríamos ‘entrar’ nos problemas, ‘vesti-los’, experimentá-los, incorporá-los, respirá-los, compreendê-los,. Precisamos fazer nosso saber dialogar com as peculiaridades e idiossincrasias da vida cotidiana nos coletivos onde pretendemos atuar. (Rheingantz, 2011: 12)

2. FAVELAS CARIOCAS

2.1 SURGIMENTO E OCUPAÇÃO DAS FAVELAS CARIOCAS: a história da Providência se mistura com a história das favelas

Segundo ABREU (1993), a origem das favelas no Rio de Janeiro está relacionada a dois importantes focos de tensão ocorridos no final do século XIX, que estavam intimamente relacionados e se retroalimentaram: a exarcebação da crise habitacional e as crises políticas advindas da transformação do Brasil em uma República. A crise habitacional possui suas origens também na abolição da escravatura em 1822, que gerou uma massa de desempregados, a quem foi entregue o total arbítrio sobre sua existência, porém sem possibilidades reais de serem inseridos no mercado de trabalho da época. (SANTOS, 1988). A Revolta Armada (1883/84) e a campanha militar de Canudos (1896/97), por exemplo, foram responsáveis pela chegada de diversas tropas na capital, agravando a já existente crise habitacional (ABREU, 1993).

Para abrigar esta população excedente, o governo autorizou a ocupação do Mosteiro de Santo Antônio, e quando este não foi mais suficiente, foi autorizada a construção de “barracos” na encosta do morro. Com o tempo, novas construções foram sendo erguidas por conta própria, e em 1897 já existiam cerca de 40 unidades construídas

ilegalmente.

Paralelo a isso, a política de higienização e de destruição dos cortiços cariocas também representou o aumento do contingente de pobres sem moradia no período. Abreu (1994) destaca que há indícios de ocupação na encosta do morro da Providência no mesmo período da ocupação do morro de Santo Antônio. A destruição do mais famoso dos cortiços, o Cabeça de Porco, que foi *“arrasado em circunstâncias espetaculares pelo poder público”* (VAZ, 1994: 584), despejou cerca de 4 mil pessoas nas ruas. Uma das cláusulas do decreto de demolição do cortiço determinava que os moradores poderiam levar consigo madeiras do recinto que poderiam ser reaproveitadas (ZYLBERBERG, 1992) e que parte dessa população seria oriunda do antigo cortiço demolido. O autor, analisando o trabalho de Lilian Vaz, diz que:

L. Vaz afirma que, logo após a destruição do Cabeça de Porco, que se situava exatamente no sopé desse morro, um de seus proprietários, dono também de terrenos na encosta, autorizou a ocupação da mesma, cobrando dos antigos inquilinos o direito de ali construir casebres. (ABREU, 1994: 37)

No entanto, a história mais contada com relação ao surgimento do Morro da Providência e à origem de seu antigo nome Morro da Favella, refere-se à vinda de soldados ex-combatentes da Guerra de Canudos, que teriam inicialmente ocupado o morro e lhe dado o

nome de Favella devido à existência lá de uma planta de mesmo nome típica do interior da Bahía, onde haviam lutado. O Oratório, situado no topo do morro, teria sido construído para abrigar a imagem de cristo que pertencia à Antônio Conselheiro e que havia sido trazida para o Rio de Janeiro. Não há documentos oficiais que confirmem essa versão, embora essa tenha ficado conhecida como a história do surgimento desta favela. (ZYLBERBERG, 1992)

Segundo Abreu (1994: 37):

Não há prova que indique que uma autorização militar tenha sido dada a soldados retornados de Canudos, em fins de 1897, para que também eles pudessem ocupar as encostas do morro da Providência, localizado nas proximidades do quartel general do Exército. Independente dessa confirmação, não há dúvida, entretanto, de que não mais procede a afirmação, hoje generalizada, de que foram esses soldados que deram origem à favela na cidade. Como visto, ela surgiu um pouco antes.

De acordo com Abreu (1994), a construção de “barracões” em morros na cidade não eram incomuns no século XIX. No entanto, a principal forma de habitação dos pobres desse período eram os cortiços, sendo esses barracões uma exceção. Com a concentração dessas construções nos morros de Santo Antônio e Providência, na virada do século, estes começam a ser vistos como um problema a ser enfrentado.

O autor indica que as únicas razões para que essas ocupações não fossem retiradas dali inicialmente, uma vez que o governo estava empenhado em demolir as construções insalubres dos cortiços alegando questão de Saúde Pública, eram a autorização dada pelos militares para a construção e o caráter provisório das construções.

Apesar disso, a favela do morro de Santo Antônio acabou sendo removida, antes mesmo da reforma urbana de Pereira Passos (1902-1906), demonstrando uma retomada das ações punitivas em habitações tidas como insalubres. O morro da Providência, por outro lado, foi poupado da demolição

(...) talvez por sua localização mais afastada do centro nervoso da cidade, o morro da Providência não só permaneceu como exemplo notável de um contramovimento que se instalava na cidade, que desafiava a ordem que lhe era imposta pelas classes dirigentes, como assumiu um papel de destaque na crônica policial carioca. (ABREU, 1994: 39)

Ainda segundo o autor, este papel de destaque devia-se a uma série de crimes que começaram a ocorrer naquele local. Esses não diferiam em nada dos crimes acontecidos no restante da cidade, especialmente nos bairros mais densos, mas por ocorrerem nessa localidade “exótica” e pela dificuldade de acesso da polícia, destacaram-se no imaginário das pessoas da cidade. Dessa forma, nos primeiros anos do século XX, o morro da Providência já possuía fama de local perigoso e uma

vergonha para a cidade. Na época, o morro era conhecido como Morro da Favela, e

A verdade, entretanto, é que a alcunha “morro da Favela” rapidamente tomou o lugar da toponímia anterior, e a associação do termo “favela” às imagens de “perigo”, de “crime” e de “descontrole” generalizou-se pela imprensa. (ABREU, 1994: 39)

Posteriormente, a partir da década de 1920, o termo favela passou a designar todas as ocupações irregulares da cidade (ZYLBERBERG, 1992). E com ele, todo o estigma da favela e do favelado passaram a caracterizar uma parcela da população da cidade.

Favela da Providência

Atualmente a favela mais antiga da cidade, o Morro da Providência passou por diversas transformações ao longo de seus mais de 100 anos de existência. Já possuiu diversos nomes, além do já citado Morro da Favella, chamou-se Morro de Paulo Caieiro, da Formiga, até chegar ao atual Providência. Não apenas seu nome e seu simbolismo no imaginário carioca modificaram-se durante todo este tempo. Sua aparência, atividades e moradores também foram modificados, sempre acompanhando as mudanças de seu entorno – o centro da cidade e em especial a Área Portuária. (ZYLBERBERG, 1992)

O local onde hoje está o Morro da Providência estava situado, no final

do século XIX, nas duas freguesias mais populosas da cidade: Santa Rita e Santana. “A encosta oposta, voltada para o atual Campo de Santana teve seu aspecto original profundamente modificado a partir da década de 1840, quando iniciou a exploração da pedreira da Providência.” (ZYLBERBERG, 1992: 45). As concessões dadas pelo governo neste período, para garantir a expansão da cidade que gerava o aumento da necessidade de materiais de construção em geral, vão ajudar a modificar a paisagem e reduzir a área de diversos morros cariocas.

Em 1860 já existiam quatro acessos principais ao morro “rua da Formiga (atual Ebroino Uruguay), rua da Providência (atual Rego Barros), Ladeira do Barroso e de São Lourenço (atual Ladeira do Faria)”, o que parece indicar que desde meados do século XIX já havia ocupação das encostas do morro, provavelmente por trabalhadores das pedreiras próximas e da estrada de ferro. Uma das mudanças mais importantes para o local foi a própria construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil), que isolou o morro da Providência de sua planície mais próxima (ZYLBERBERG, 1992).

Na Providência, o problema da densidade e da falta de espaços livres, comum em grande parte das favelas cariocas das zonas mais próximas ao centro, foi agravado ao longo do tempo pelo “*longo processo de*

diminuição da própria superfície do morro por fatores diversos, ao longo das últimas décadas.” (ZYLBERBERG, 1992: 62). Inicialmente, a população local podia usar o espaço livre para garantir seu sustento, através do plantio de verduras e frutas, criação de animais de pequeno porte, além dos espaços utilizados pelas lavadeiras.

Desde o seu início, o crescimento das favelas deu-se em períodos de crescimento populacional da cidade, em grande parte devido às migrações de trabalhadores em busca de melhores condições no “sudeste maravilha”, e devido à omissão do poder público em administrar este aumento populacional através da oferta de moradia formal e outras alternativas à população pobre do país que chegava ao Rio de Janeiro, além da que já habitava a cidade. Esta população, na falta de outras opções, criou sua própria alternativa de moradia, ocupando áreas até então desvalorizadas da cidade. (ABREU, 2008 [1987]).

Na Providência não foi diferente. Na primeira década do século XX, havia cerca de 100 barracos no local. Na década de 1920, esse número aumentou para quase 900, e chegou a dobrar na década seguinte, atingindo 1.500 barracos. (ZYLBERBERG, 1992)

É importante ressaltar que os momentos de maior repressão do

governo, quando as remoções eram as suas políticas para as favelas, coincidiram com momentos de crescimento das favelas, ao contrário do que se objetivava. Uma das razões, como destaca ABREU (2008 [1987]), entre outras, foi porque a alternativa habitacional oferecida muitas vezes se tornava inviável para a população deslocada, já que na maioria das vezes situava-se em áreas longínquas da cidade, o que, com um transporte público insuficiente, gerava gastos extras para que a família pudesse trabalhar.

Samora (2008), analisando o trabalho de Davis (2006), afirma ainda que:

ao mesmo tempo em que a presença dos pobres era tolerada nas cidades graças ao seu papel como mão-de-obra barata, os seus direitos com relação à propriedade fundiária eram sistematicamente negados. E, quando os assentamentos favelados impediam a expansão dos negócios imobiliários nas cidade eram simplesmente eliminados. (SAMORA, 2008: 42)

No caso da Providência, o histórico de remoções acompanha seu desenvolvimento desde o surgimento. Muitas casas estavam situadas em áreas de risco, devido à utilização das pedreiras. Reportagens de jornais da época demonstram que a ameaça de desmoronamentos provocados pela exploração da pedreira era conhecida nas décadas de 1940 e 1950. (ZYLBERBERG, 1992)

Em cada uma dessas explosões ou deslizamentos, parte da população era remanejada para parques proletários ou conjuntos habitacionais. No entanto, mesmo com os desabamentos e os riscos iminentes, grande parte da população não desejava abandonar suas casas e, principalmente, ser removida para locais distantes muitas vezes sem infraestrutura e transporte adequado. (ZYLBERBERG, 1992)

Do perigo em que vivem, não reclamam. Válter dos Santos, por exemplo, perdeu um filho no desabamento da Pedreira São Diogo (final de dezembro de 1968). Seu barraco foi soterrado, mas ele não se mudou, nem de casa nem de idéia: construiu outro, também na beirada, ‘pegando um vento gostoso pela janela, morando apertado mas vendo a vista da cidade inteira’. Ele, Luzia e os três filhos que sobraram.” (ZYLBERBERG, 1992: pg 66)

O temor das remoções esteve sempre presente no imaginário dos moradores da Providência, seja em decorrência dos riscos iminentes, seja pela política do momento, e mais recentemente pelas intervenções urbanísticas propostas para a área nos programas Favela Bairro e Morar Carioca, como discutido no capítulo 2 da parte A desta dissertação.

Outra questão importante de ser abordada é a forma de aquisição dos terrenos nas favelas. Como nos mostra Silva (2005), o início da ocupação de muitas favelas se deu por meio de loteamentos

irregulares, feitos por proprietário de terra ou “grileiros”¹², que vendiam ou alugavam parte de seu terreno para que os pobres construíssem suas casas. Davis (2006) acrescenta ainda que o fato de muitas moradias situarem-se em áreas de risco e de haver violência nesses locais faz com que muitas vezes se “pague” com a própria vida o fato de se habitar favelas. Analisando o trabalho de Berner (2000), Samora (2008) alerta também para os custos de pagamento de taxas para que autoridades locais façam “vista grossa” para as ocupações e sinaliza que o custo para infraestrutura urbana é muito mais alto nas favelas:

Em muitos assentamentos a água potável só chega por meio de caminhões pipa, o que encarece sobremaneira seu custo. Finalmente, por serem territórios em meio à forte violência social, muitos favelados são obrigados a pagar taxas para milicianos ou narcotraficantes em troca de “proteção”, como é o caso de favelas em países em guerra civil, como o Zimbábue, ou localidades onde o tráfico de drogas é dominante, como na Colômbia ou em algumas cidades do Brasil. (SAMORA, 2008: 47)

Cabe ressaltar ainda que em inúmeras favelas cariocas há indícios de que grande parte da população seja de moradores de aluguel, seja através de um antigo morador que amplia sua casa e aluga a “laje” ou cômodos, seja pela construção de edifícios de apartamentos para aluguel, como é observado em favelas como a Rocinha. (ABRAMO, 12

Grileiro é um termo utilizado para definir aqueles que utilizam documentos falsos para tornarem-se proprietários de terra ou construções de forma ilegal. O termo deriva da técnica utilizada de colocar os documentos em caixas com grilos, para dar aspecto envelhecido aos documentos.

2007).

2.2 INSERÇÃO DA FAVELA NA CIDADE

Apesar de existir desde o fim do século XIX, a favela só passa a ser reconhecida pelo poder público nos anos 40, quando passa a constar nos mapas e estatísticas da cidade. Desde então, a imagem da favela passou por modificações e seu simbolismo no imaginário carioca oscilou entre espaço de trabalhadores e “gente de bem”, espaços de violência, reduto do samba, entre outros. Não houve propriamente uma evolução linear na imagem da favela para o restante da cidade, pelo contrário, em diversos momentos da história coexistiram visões positivas e negativas acerca destes locais. (Silva, 2001)

Podemos dizer, portanto, que a favela e seus moradores sempre estiveram inseridos na realidade urbana da cidade e fizeram parte de seu crescimento e evolução. Essa inserção no entanto, dá-se pela exclusão. Se por um lado a reserva de mão-de-obra barata faz parte do sistema capitalista de produção de mais-valia, por outro os pobres vêm para a cidade em busca de melhorar sua condição de vida, e de inserir-se neste sistema, neste modo de vida. Mas na verdade, para muitos deles a moradia irregular e insalubre das favelas se coloca como condição de sobrevivência na cidade, e a inserção no modo de vida capitalista/ consumista muitas vezes não se concretiza, ou pelo

menos não da forma como esperavam.

Para os pobres do passado e para os pobres de hoje, a vinda para a cidade representa a possibilidade de se inserir em um outro mundo, no mundo da modernidade, do conforto e das oportunidades. Ironicamente, estes pobres continuarão excluídos deste mundo, mesmo fazendo agora parte da mão-de-obra que o constrói. (...) Em torno das cidades símbolo de ordem e progresso, desenvolvem-se aglomerados de gente excluída que, na busca pela sobrevivência, ocupam o espaço da maneira em que podem e com os recursos que possuem. (SANTOS, 1988)

Mesmo hoje, após tantas mudanças, avanços e retrocessos no que tange a inserção da favela no cenário urbano da cidade, a questão das favelas “ainda continua a ser um processo complexo e controvertido.” (ABREU, 1993: 206)

2.3 FAVELA COMO PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

De solução à problema, muitas ações foram pensadas no intuito de melhorar a condição de vida da população favelada, porém muito também foi pensado em termos de atuação nas favelas com o objetivo de atender aos interesses das classes dominantes, seja para “embelezar” ou “higienizar” as cidades, seja para tirar os pobres e a violência de perto das classes média e alta.

Ao longo do tempo, as políticas de intervenção em favelas oscilaram entre remoções completas – ou desfavelamento – e ações no sentido

de garantir a permanência da população – ou parte dela – provendo melhorias na infraestrutura urbana destas áreas. (BUENO, 2000)

De acordo com Silva (2001), podemos encontrar registros de propostas para melhorias em áreas faveladas desde os anos 1920 e 1930, especialmente no período de gestão do interventor e prefeito Pedro Ernesto (1931 a 1936). Essas melhorias tinham como objetivo favorecer a população favelada em troca de votos e apoio político, uma vez que neste período estes locais já eram considerados um importante campo para expansão político-eleitoral. (SILVA, 2001).

No final da década de 1930, mais especificamente em 1937 com o golpe que instaurou o Estado-Novo, a política de atuação nas favelas se torna mais repressiva. À medida em que as favelas se expandem e a pressão da população para uma “solução” cresce, as ações de remoção se intensificam. (SILVA, 2001)

Constrói-se neste momento, com maior visibilidade, a abordagem da favela como ‘problema social’ (D’Oliveira, 1999) e portanto passível de uma intervenção maior. A história mais conhecida, ressalta nestes momentos, a continuidade – e mesmo a ênfase - nos processos de despejo e de repressão policial, e institucional-legal (a partir do decreto 6000, em 1937), e que perdurará pelas décadas seguintes. (SILVA, 2001)

O final da década de 1940, nos anos pós Estado-Novo, é marcado por uma fase ainda maior de repressão, com a radicalização das ações

por parte do governo, no sentido de erradicar as favelas. No entanto, são também deste período importantes iniciativas com relação à questão habitacional, dentre as quais se destacam a Fundação da Casa Popular (1946) e da Fundação Leão XIII (1947, que seria responsável por muitas ações em favelas no anos seguintes. Com uma visão de “reeducação social e moral” para a população favelada, a Fundação Leão XIII irá sistematizar uma nova visão sobre intervenções em favelas, marcadas pelas melhorias urbanísticas como uma alternativa a políticas de repressão e remoções. (SILVA, 2001).

É marcante também nesse período a criação de uma Comissão Interministerial para o estudo do problema habitacional, demonstrando que havia alguma intenção estatal de lidar com o problema do déficit habitacional, um dos principais responsáveis pela expansão das favelas. (SILVA, 2001).

A Fundação atuará, em 1948, como uma das “pontas de lança” da famosa “batalha do Rio de Janeiro” deslançada no Correio da Manhã pelo então jornalista Carlos Lacerda. O que seria inovador nesta “Batalha”? Na verdade a sistematização de uma nova visão sobre a intervenção nas favelas, e sua expressão institucional. Alguns pontos principais estariam ligados a princípios como de uma “inversão importante...: a formulação da responsabilidade da sociedade-e mais especificamente dos indivíduos-na questão social ..”, como aparecem em inúmeros trechos dos artigos, no sentido de que “deve-se dispor a ajudar o povo a agir por si mesmo” (CORREIO DA MANHÃ, 19/5/1948, SILVA, 2000, LIMA, 1989, VALLA, 1986), o que é extremamente contraditório ao contexto de

intervenção estatal; um segundo aspecto importante é o da insistência sobre condições de gestão, delimitando as competências entre sociedade e estado, e distribuindo as atividades entre a prefeitura e uma “representação autônoma” da campanha (SILVA, 2000), configurando o que seria hoje em dia indicado como uma “parceria”; ainda nesta dimensão enfatiza-se a importância de um “voluntariado”, expresso pelas inúmeras adesões que são constantemente noticiadas. (SILVA, 2001: 4)

Nessa época, embora continue predominante no ideário popular e nas ações governamentais o despejo e a remoção, iniciativas no sentido de melhorias com o intuito de permanência da população no local começam a ser feitas em escala pontual e local. (SILVA, 2001).

Os anos 1950 vivem, de um lado, uma flexibilização da política no trato das questões relativas às favelas, e, de outro, constituem os anos básicos para a formação e a estruturação de movimentos sociais de favelados, com o intuito de reinvidar de forma organizada seus interesses. (SILVA, 2001).

Institucionalmente, uma mudança importante do período é a criação do primeiro “Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas” (SERFHA), demonstrando que a política de assistência às favelas e aos favelados consolida-se na Secretaria de Saúde e Assistência. O SERFHA tinha como um de seus pressupostos não impor nada aos favelados.

Por outro lado, o fortalecimento da organização dos moradores se dá com a resistência aos despejos, que ainda estavam presentes na política do governo. (SILVA, 2001)

A Cruzada S. Sebastião, impulsionada e criada por D. Helder Câmara, teve uma importante atuação não só concreta – e simbólica – como divulgou de forma bastante ampla a perspectiva da urbanização local, calcada na “integração dos favelados com o bairro”; por outro lado, seguindo a “tradição”, também colocava como pressuposto, a necessidade da “educação social” dos favelados como perspectiva de mudança de qualidade de vida. Além da construção de um conjunto habitacional, em plena zona sul da cidade (Leblon), para famílias da favela da Praia do Pinto, realizou melhorias na esfera de serviços básicos em 12 favelas, executou 51 projetos de redes de luz, finalizou a urbanização de Parque Alegria, e urbanizou parcialmente a favela de Morro Azul. (SILVA, 2001)

Foi nesse período, também, que a permanência da população no seu local de moradia passou a ser uma questão do ponto de vista do direito dos moradores. A lei 2875, de 1956, destinava recursos federais para quatro cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Vitória) com o objetivo de realizar melhorias urbanas nas favelas e proibindo a expulsão dos moradores pelos próximos dois anos. (SILVA, 2001)

O final dos anos 1950 culmina com a mudança da capital para Brasília e a eleição de Carlos Lacerda como Governador do Estado da

Guanabara¹³. Os anos seguintes viram, de um lado, algumas medidas no sentido de garantir melhorias à população e a consolidação dos movimentos sociais em luta pelos direitos dos favelados, e, de outro, viveram uma mudança no contexto político com o golpe de 1964, que culminou na Ditadura Militar, que perdurou até os anos 1980.

O início dos anos 1960 representaram uma mudança nas relações entre o Estado e os favelados, a partir do fortalecimento das Associações de Moradores, que passaram a atuar como intermediadores das intervenções urbanas. Segundo Silva (2001), os recursos do governo para urbanização eram direcionados apenas para as comunidades que estivessem organizadas através de Associações. Essa mudança abriu a possibilidade da participação popular nas intervenções em favelas.

No campo teórico, uma série de intelectuais brasileiros e estrangeiros estavam pensando a questão das favelas, e valorizavam os seus espaços sob o aspecto estético e sócioeconômico (BUENO, 2000). Destaca-se nesse período a ação do escritório Quadra Arquitetos Associados, formado inicialmente pelos jovens arquitetos Carlos Nelson Ferreira, Rogério Aroeira Neves, Sylvia Maria L. Wanderley

13 Após a transferência da capital Federal para Brasília, a região da antiga capital “hoje equivalente ao território do Município do Rio de Janeiro” foi denominada Estado da Guanabara. O Estado da Guanabara existiu entre 1960 e 1975.

e Sueli Azevedo. Em 1966, esse escritório é contratado pela FAFEG¹⁴ para realizar estudos e planos para as favelas do Catumbi e de Brás de Pina. (SANTOS, 1981b)

A experiência mais conhecida do escritório, e talvez uma das mais conhecidas em termos de urbanização de favelas, é o caso de Brás de Pina. Segundo Silva (2001), essa pode ser considerada a primeira experiência mais completa e sistemática de urbanização de favelas. No entanto, o motivo pelo qual esta experiência se tornou muito conhecida foi não só a inovação nos processos que levaram à urbanização levados adiante pelos arquitetos em conjunto com a população, mas principalmente o contexto político de forte repressão pela ditadura militar.

O processo de urbanização de Brás de Pina teve início com uma forte resistência da população, que se organizou e conseguiu impedir que a favela fosse destruída, como eram as ordens do governo da época. Segundo Silva (2001):

Estas lutas se desenvolvem num momento em que coexistem, com objetivos opostos, duas políticas habitacionais na cidade formuladas por dois órgãos governamentais criados para implementá-las especificamente no Rio de Janeiro: A CHISAM (Coordenação de Habitação Social para a Área do Grande Rio) de nível federal (e que

14 Federação das Favelas do Estado da Guanabara, criada em 1963 para reivindicar melhorias de infraestrutura urbana nos morros da cidade. Fonte: www.favelatemmemoria.com.br

representava, para muitos, na interpretação da época, uma “intervenção branca” federal na esfera estadual) que planejava e gerenciava a política de remoção, e a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) criada no âmbito estadual, que dirigia a sua ação para a urbanização de favelas. (...), poderíamos considerar o momento da urbanização de Brás de Pina, como um primeiro em que se tem um aparato político institucional, a nível local, (no caso o Estado da Guanabara cujos limites coincidiam com os da cidade) voltado para a questão habitacional do Rio, e que este aparato tem sua viabilidade garantida por uma efetiva alocação de recursos. Outro aspecto importante é a definição, no próprio projeto, de canais explícitos e claros da participação dos grupos sociais locais (inclusive na fase de planejamento) e a participação de uma assessoria técnica ao movimento social em vários momentos (que foi, inclusive uma das formas através do qual a equipe técnica “entrou” para o projeto). (SILVA, 2001)

No entanto, paralelamente às ações que incluíam a participação dos moradores e iniciativas pontuais no sentido de garantir a permanência da população, nos anos 1960, durante o governo Carlos Lacerda (1960-1965), um ambicioso projeto de erradicação das favelas foi criado, que foi responsável pela destruição das favelas do Morro do Pasmado, do Pinto e do Esqueleto e a relocação de seus moradores para os Conjuntos Habitacionais de Vila Kennedy e Vila Aliança. Esses conjuntos foram construídos na zona Oeste, na periferia da cidade, numa área sem infraestrutura urbana e transporte público, e foram financiados com recursos do governo Americano no âmbito do

programa Aliança e Progresso.¹⁵ (CARDOSO, 2007)

Os anos 1970 viram um crescimento elevado das favelas em todas as grandes cidades brasileiras e, em 1979, foi criado o Promorar (Programa de Erradicação da Sub-Habitação), como forma de tentar “resolver” o “problema”. Seu principal objetivo era *“erradicar ou recuperar favelas, palafitas ou mocambos, através do saneamento e urbanização da área, seguido da construção de moradias compatíveis na área ocupada”* (BUENO, 2000).

Apesar do número reduzido de favelas atendidas por este programa, ele trazia uma mudança fundamental para as futuras intervenções em favelas, na medida em que passava a aceitar a possibilidade de regularização fundiária. Com essa mudança, o programa atingia uma das principais entraves do acesso à habitação formal por grande parte da população: a oferta de terras urbanas na cidade.

No mesmo período foram realizadas diversas remoções de favelas, promovidas pelo governo federal, após a criação do BNH. Em 1976, ocorreu a Primeira Conferência Internacional do Habitat, e muitas críticas foram feitas aos processos de remoção, enfraquecendo as políticas do governo de erradicação das favelas. (CARDOSO, 2007)

15 Este programa foi uma iniciativa do então presidente dos EUA John Kennedy, que pretendia conter a expansão do comunismo nos países da América Latina. Acreditava-se que as favelas poderiam ser locais propícios para a insurreição da população contra o sistema vigente.

A partir de 1979, em um contexto abertura política gradual, estrutura-se também a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no Município do Rio de Janeiro. É também desse período a formulação do Projeto-Mutirão¹⁶, que possuía algumas características que seriam recuperadas mais tarde por programas como o Favela-Bairro e o Morar Carioca. Destacam-se a introdução do mutirão remunerado, a concepção da urbanização simplificada, que envolvia um planejamento amplo e tinha como principal diretriz a transformação da favela em bairro, e a introdução da questão ambiental como elemento constituidor do programa.

No âmbito das políticas de intervenção em favelas, os anos 1980 representaram a consolidação de vários governos de ações voltadas para a permanência da população favelada através de melhorias urbanas. (BUENO, 2000).

A grande mudança que teve início nessa década e se consolidou na década seguinte foi a viabilização da integração da infraestrutura urbana da favela à infraestrutura urbana da cidade, através de melhorias de acesso, investimentos em saneamento e coleta de lixo, entre outros. Segundo Bueno (2000: 193), *“A individualização das contas de água e luz, a ligação de 100% dos domicílios às redes de*

¹⁶ O Projeto Mutirão estava ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social e teve como fator inovador a utilização conjugada de trabalho voluntário com remunerado. Realizou intervenções pontuais em 60 favelas e abrangeu obras de infraestrutura, a construção de alguns equipamentos e o reflorestamento de encostas. (CARDOSO, 2007).

esgotamento e de acesso à coleta de lixo torna-se uma exigência dos projetos, independente da condição legal dos assentamentos."

Durante o Governo de Brizola (1983-1987), foram reforçadas as discussões sobre regularização fundiária e as ações de órgãos públicos, como a CEDAE, no sentido de garantir a inserção das favelas nos serviços públicos urbanos. Segundo Bueno (2000):

o Departamento de Parques e Jardins iniciou um projeto até hoje em vigor, de reflorestamento das áreas de risco com participação e trabalho remunerado da população moradora das favelas, especialmente próximas às reservas florestais (morros) do Rio de Janeiro. A Diretoria de Geotecnia (GEORIO), da Prefeitura, que antes trabalhava quase que apenas nas áreas de risco da Lagoa e Copacabana, passou a atuar na solução dos problemas das áreas densamente habitadas, em especial, as favelas" (BUENO, 2000: 197)

Destaca-se nesse período, o PROFACE (1983), programa da CEDAE responsável por fornecer a infraestrutura de redes de água nas favelas. Alguns anos antes, foi um marco importante também a criação do "Programa de Eletrificação Social" da Light (1979), responsável pela implantação de relógios individuais nas favelas do Rio, com o objetivo de acabar com o "gato"¹⁷. (SILVA, 2001).

É também desse período o início do trabalho de gari comunitário, instituído pela COMLURB, com o objetivo de atender à coleta de

17 O termo "gato" é utilizado para as ligações clandestinadas na rede elétrica, muito comuns em favelas até hoje.

lixo nas favelas, utilizando para isso moradores locais que recebiam capacitação e salário para realizar a coleta no interior das favelas. (BUENO, 2000).

Durante a gestão do prefeito Marcelo Allencar, foram realizadas diversas obras de recuperação e contenção geotécnica, além de obras de drenagem, com o objetivo de controlar as áreas de risco ocupadas pela população. Além disso, as favelas passaram a ser diferenciadas por tamanho (grandes, médias e pequenas), e dentro da SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) o IPLAN Rio realizava um trabalho estatístico e cartográfico das favelas cariocas.

Durante o governo do Presidente José Sarney (1985-1990), é criada também a Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC, que tinha como objetivo ampliar a legitimidade do presidente em um contexto de crise econômica mundial e de uma crise interna decorrente do processo de redemocratização recente (BUENO, 2000).

Apesar da pouca expressão numérica dos programas implementados e dos desvios populistas e de interesses privados na distribuição dos recursos, a iniciativa iria consagrar três novos atores na construção de políticas habitacionais: os assentamentos irregulares, as organizações comunitárias e as prefeituras. Estes novos atores estarão presentes no desenho institucional das políticas habitacionais propostas nos anos 90, nos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, período de grande conturbação política e de constantes mudanças na estrutura institucional de gestão

da questão urbana, habitacional e social, quando ministérios e secretarias são criados e dissolvidos, programas de habitação social são montados e desmontados ao sabor das mudanças no controle da política nacional. (BUENO, 2000: 32 e 33)

Cabe ressaltar três programas importantes do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 no país, por sua importância tanto na quantidade de favelas atingidas, quanto em algumas inovações importantes na atuação em favelas. Em São Paulo, destacam-se o Programa de Urbanização de Favelas, no governo Luisa Erundina (1989-1992), e o Programa de Saneamento Ambiental do Reservatório Guarapiranga, com um subprograma de urbanização de favelas na Grande São Paulo (1992), e, no Rio de Janeiro, o programa Favela-Bairro, iniciado em 1993 na gestão do prefeito Cesar Maia.

2.4 FAVELA-BAIRRO

Em 1993, durante a gestão do prefeito Cesar Maia, foi criada a Secretaria Municipal de Habitação e estruturado o Programa Favela-Bairro, que se tornaria um dos programas mais conhecidos de urbanização de favelas. Mais do que uma inovação na forma de abordar a favela, o que foi realmente uma novidade foi a estruturação do programa em forma de política. Como resalta Silva (2001):

a proposta de integração ao Bairro, por exemplo, já podia ser identificada no “transformar a favela em bairro” Projeto-Mutirão), e já constava de indicações do Plano Diretor Decenal. **● que seria uma abordagem**

relativamente nova, estava no fato de que estes objetivos foram estruturados como uma política, e foram definidos aspectos específicos de gestão com outras características. Outro aspecto a ressaltar refere-se especificamente à questão de manutenção das intervenções através do estabelecimento de postos “de Orientação Urbanística e Social”, (POUSOS) nas áreas dos projetos, visando os aspectos físico-territoriais, orientação dos moradores e outras atividades (D’OLIVEIRA, 1999). (SILVA, 2001) [*grifo nosso*]

Em parceria com o governo municipal, o Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro organizou um concurso de arquitetura, em que os escritórios deveriam apresentar propostas para 16 favelas pré-definidas.

O concurso teve como questão central o processo social de construção de cidadania (no sentido de ter os serviços, ser cidade) associado à urbanização, e assumia, além das obras de urbanização, melhoria habitacional. Ao mesmo tempo, tanto as equipes de projeto quanto os técnicos da secretaria buscavam a complementação dos equipamentos sociais e as ações de geração de renda e emprego. (BUENO, 2000)

Durante os governos seguintes – Cesar Maia (1993-1996), Conde (1997-2000) e Cesar Maia (2001-2008) – o Favela-Bairro foi levado adiante, porém a partir do segundo mandato do prefeito Cesar Maia o programa começou a perder força. O prazo para realização dos projetos foi reduzido de um ano para seis meses, algumas obras não foram licitadas e outras sim, mas não foram concluídas.

Em meados dos anos 2000, o programa começa a ser gradualmente

suplantado por diversas iniciativas isoladas, a maioria financiada por recursos federais do PAC 1 e PAC 2. Em 2010, o governo retoma a urbanização como política através da criação do programa Morar Carioca, que também foi objeto de um concurso promovido pelo IAB e selecionou 40 equipes multidisciplinares para realização da urbanização de mais de 40 grupamentos de favelas¹⁸. No entanto, até abril de 2012 nenhum desses escritórios havia sido contratado, embora o nome do programa já estivesse sendo utilizado pelo governo para projetos e obras anteriores à sua criação, como é o caso do Morro da Providência, entre outros. Em maio de 2012, o Secretário Municipal de Habitação Jorge Bittar assinou o contrato de 11 dos 40 escritórios, porém sem data para início dos trabalhos. Foi divulgado na imprensa que a intenção do governo é contratar os demais 29 escritórios ainda em 2012.

Segundo Silva (2001), o significado das ações de urbanização de favelas transforma-se ao longo do tempo, de acordo com o contexto político e das *“tramas específicas internas a este contexto, em especial na forma como os agentes o constroem na sua percepção.”*

No entanto, por não agir efetivamente nas causas do déficit

18 Para o Morar Carioca, a Secretaria Municipal de Habitação agrupou favelas próximas ou contíguas em “grupamentos de favelas”, reduzindo assim o número total de favelas da cidade.

habitacional brasileiro, os programas de urbanização tiveram pouco impacto na redução ou na estabilização do crescimento das favelas no Brasil.

Ao não atuar diretamente nas causas promotoras das desigualdades nas cidades, nomeadamente a distribuição de renda e o acesso à terra urbana bem localizada, estes programas muitas vezes induziram ao adensamento de muitas favelas (que, urbanizadas, se tornaram mais atrativas) e ao surgimento de favelas em áreas cada vez mais periféricas. O resultado é um espaço urbano mais desordenado nas cidades, que se espraiam e se conurbam, conformando grandes aglomerados pobres. (SAMORA, 2008: 46)

Ou seja, a compreensão de que a atuação do arquiteto na urbanização de favelas é fundamental também parte do entendimento de que sua atuação isolada não será capaz de resolver a questão e, em alguns casos, pode inclusive agravá-la. Isso porque os pobres continuam necessitando de moradia, onde for possível. E onde é possível, muitas vezes são outras favelas, às vezes mais distantes e em piores condições, aumentando o custo de vida do indivíduo e precarizando ainda mais sua condição.

Apesar de atuar em alguns casos pontualmente, na melhoria das condições de vida da população a ação do arquiteto deve fazer parte de um conjunto coordenado de ações que visem ao acesso ao mercado formal de moradia, garantia de emprego e salários dignos,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi discutir o papel do arquiteto na construção e transformação das cidades, partindo de uma discussão mais ampla e posteriormente fazendo um recorte na atuação do arquiteto nas favelas cariocas. Foi pensado a partir do entendimento de que o ato projetual deveria ser um processo contínuo e que não deveria se encerrar na obra construída. Além disso, entende que o arquiteto é apenas um dos atores sociais no processo coletivo de construção e transformação das cidades. A pesquisa pretendeu analisar a intervenção do arquiteto em áreas construídas ao longo de décadas sem a sua presença, buscando uma visão do projeto urbanístico mais comprometida com os moradores.

Arquiteto, espaço e sociedade

A análise da evolução histórica da formação e da atuação do arquiteto ao longo dos séculos nos trouxe algumas reflexões importantes. Em primeiro lugar, que a arquitetura e o arquiteto durante a maior parte do tempo atuaram em favor das camadas mais poderosas da sociedade. Embora não fosse muitas vezes originário desses grupos sociais, o arquiteto possuía um grande prestígio na sociedade e destacava-se dos trabalhadores “comuns”.

Além disso, em muitos momentos da história pudemos observar a relação da forma arquitetônica com o poder divino, especialmente na Antiguidade, quando acreditava-se que as formas eram advindas dos deuses e que o faraó ou rei – como seu representante – apenas a revelavam para os mortais.

Essas questões podem indicar as origens do pensamento urbanístico e arquitetônico, discutido no

capítulo 1 da parte A, que acredita que o arquiteto é capaz de controlar e dominar o impacto que suas intervenções têm nas dinâmicas socioespaciais, como se o espaço fosse determinante para o comportamento humano e a relação entre os dois não fosse um processo dinâmico, contínuo e imprevisível de constante transformação mútua. Esse pensamento considera também que o arquiteto/urbanista deve ter um maior conhecimento sobre o que é “bom” para a cidade e para os cidadãos. Para realizar seus projetos não é fundamental a troca com os moradores e com o restante da população, pois esses não saberiam – tão bem quanto o arquiteto – como é o espaço que desejam e precisam.

Pudemos observar também essa postura em nosso estudo de caso, uma vez que as reivindicações dos moradores não estão sendo atendidas e que há um distanciamento entre os discursos da prefeitura, do escritório de arquitetura e da população. Esses três atores, que deveriam estar atuando em parceria, parecem não compreender uns aos outros. Por um lado, os arquitetos da prefeitura e do escritório acreditam estar fazendo o que é melhor para aquela favela e para sua população, do outro lado, os moradores demonstram demandas e prioridades diferentes das definidas pelos técnicos, além de reivindicar primordialmente a sua permanência no local onde vivem.

Procuramos compreender, através dos autores e da análise do objeto empírico, que a ação do arquiteto depende de sua relação com o morador/ vivenciador e que este, muitas vezes, tem plena consciência do que quer e do que acredita ser bom para ele. E que esse conhecimento não pode ser desprezado, pelo contrário, o arquiteto deve saber incorporar os desejos, anseios e expectativas da população para garantir espaços mais apropriados para ela.

Há ocasiões em que os parceiros se aliam ou se separam, segundo as conveniências e circunstâncias. São muitas as estratégias políticas que podem ser usadas. Mas, para que o jogo urbano dê certo, é preciso que

todos conheçam bem as cartas do baralho que está sendo usado e que sejam bem esclarecidas as regras para arrumá-las. Se apenas alguns tiverem acesso às normas e puderem alterá-las com exclusividade, provoca-se o desequilíbrio (...)

Conhecidos universalmente os princípios, todos serão capazes de participar das soluções. Melhor ainda: todos se sentirão responsáveis e acompanharão os efeitos e conseqüências com envolvimento, ao mesmo tempo pessoal e coletivo. Para tanto, será necessário que o repertório Básico seja simples e acessível. (SANTOS, 1988: 51 e 55)

A análise do arquiteto ao longo do tempo nos mostrou também que inicialmente projeto e construção eram inseparáveis, e que a partir do século XV e com mais intensidade no século XVI, surge a separação entre aquele que constrói e aquele que projeta. Nesse momento, o papel do arquiteto passa a estar mais relacionado com as artes liberais e cada vez mais distancia-se do trabalho do artesão ou artífice.

Se por um lado podemos verificar aí uma ponte para o arquiteto-artista, aquele que acredita no projeto autoral e enquanto obra de arte e que por isso pode desconsiderar a dimensão social do espaço, por outro, essa separação também foi responsável por criar um arquiteto muitas vezes desconectado da realidade e dos impactos práticos das intervenções propostas.

Como demonstramos no capítulo 1 da parte A, as teorias do urbanismo e da arquitetura muitas vezes estão ligadas a ideais utópicos, de transformação social através da transformação espacial, e desconsideram a complexidade e a efemeridade da vida real. Como pudemos observar na análise do estudo de caso, há questões no espaço que vão além da dimensão física. A relação dos moradores com o lugar onde vivem passa por uma relação dos sentidos, dos afetos, das relações humanas. E isso não pode ser aprendido pelo arquiteto, deve ser vivido e compartilhado.

Como disse Harvey (2011 [2000]:302), *“a arquitetura é uma forma de comunicação condicionada a ocorrer sem regras comuns - uma comunicação com o outro que, por definição, não segue o mesmo conjunto de regras.”* O arquiteto precisa trabalhar dentro de suas limitações e de seu contexto, no entanto deve propor mudanças, inovações, e ao mesmo tempo deve considerar o aspecto da imprevisibilidade completa do resultado de sua ação a posteriori da implantação do projeto idealizado.

A arquitetura do utopismo dialético tem de se fundamentar em matrizes contingentes de relações sociais existentes e já formadas. (...) Tem além disso de reconhecer que está imersa num mundo físico e ecológico em constante mudança. (...) Por conseguinte, o desafio consiste em desenvolver para o utopismo dialético uma linguagem materialmente assentada em condições ecológicas e sociais mas que ainda assim enfatize possibilidades e alternativas para a ação humana mediante a vontade de criar. (HARVEY, 2011 [2000]:302)

Entendemos que arquiteto, espaço e sociedade devem atuar conjuntamente e com a mesma importância na transformação das cidades. Acreditamos que o espaço físico transforma as dinâmicas sociais, mas também que essas dinâmicas transformam os espaços (LEFEBVRE, 2001 [1968]). *“A sociedade e o espaço se produzem e reproduzem dialeticamente, de modo, como destacou Sacks (1997), nós, seres humanos, somos transformados pelo mundo que nós próprios transformamos.”* (ANDRADE, 2002: 9)

Grandes Eventos na cidade espetacular

No capítulo 1 da parte A, discutimos também a ação do arquiteto na chamada sociedade do espetáculo. Parece-nos que, no contexto atual dos Mega Eventos e da espetacularização das cidades, o arquiteto-artista, que desconsidera a vida social existente, se encaixa nos interesses da elite dominante e de alguns governantes e corre o risco de atuar em prol de um pequeno grupo de pessoas, em vez de atuar para a sociedade como um todo e para a cidade em geral.

Ao analisarmos o caso da Favela da Providência, fica evidente que grande parte das intervenções propostas – seja pela SMH ou pelo escritório de arquitetura – visa atender aos interesses de determinadas camadas da população, que preocupam-se mais com o turismo e a imagem da cidade do que com a população residente nas favelas.

A discussão acerca do teleférico – abordada no capítulo 2 da parte A – nos mostra que, além de priorizar o potencial turístico da cidade e da favela, estamos importando modelos de intervenção genéricos e homogeneizadores, sem levar em consideração as especificidades de cada local e os interesses dos moradores e da sociedade em geral. O modelo do teleférico, por exemplo, foi importado – como já mencionado pelo Secretário de Habitação – da Colômbia, em especial de Medellín, local com uma configuração geográfica bastante diferente da nossa, além de outros aspectos.

Não apenas no caso da Providência, onde já foi demonstrado no capítulo 2 da parte A que a necessidade do teleférico como meio de transporte para a população é questionável, mas em diversas outras favelas (Complexo do Alemão, Rocinha, entre outros), o governo decide implementar uma obra cara e de eficiência duvidosa, como se fosse um “carimbo” ou um símbolo de governo. E essa ação só é possível com a convivência e colaboração de técnicos – arquitetos, urbanistas, engenheiros, entre outros – que dão o respaldo técnico e incorporam em seus projetos esses elementos, muitas vezes sem um questionamento ou um estudo para garantir a necessidade e viabilidade de tais empreendimentos.

Em um contexto de grandes investimentos na cidade, é importante que os arquitetos se posicionem e atuem de forma crítica e reflexiva, para tentar garantir melhorias concretas para a cidade e seus habitantes. Como pudemos observar no capítulo 1 da parte A, a espetacularização das cidades está

ligada diretamente ao marketing urbano e à atuação dos arquitetos, que trabalham também sobre os aspectos simbólicos do espaço, como parceiros de interesses políticos e de determinados grupos sociais, e pode ser extremamente prejudicial à cidade e aos seus cidadãos.

Repensando processos

A construção da hierarquia pelo conhecimento pode ter suas raízes observadas também na análise histórica da evolução do papel do arquiteto. Como observado no capítulo 1 da parte B, até o século XV o arquiteto estava mais ligado ao artesão do que ao cientista ou estudioso. Sua atuação estava mais relacionada com o fazer do que com o pensar, ou melhor, essas duas faces de seu trabalho eram indissociáveis. O arquiteto/artesão estava muito próximo do mestre-de-obras e da construção do espaço. A partir do século XV e especialmente no XVI, quando o ensino da arquitetura começa a se formalizar e a ação do arquiteto passa a estar mais pautada em um conhecimento teórico e científico, a superioridade daquele que sabe sobre aquele que executa se torna mais clara.

Claro que de certo modo essa hierarquia sempre existiu, como também observado no mesmo capítulo, uma vez que a profissão do arquiteto sempre esteve relacionada a um certo prestígio na sociedade.

De qualquer forma, o saber e as ferramentas que utilizamos nos distanciam tanto daqueles que executam os projetos, quanto daqueles que irão vivenciar estes projetos.

Atualmente, os avanços tecnológicos permitem que possamos pensar em outras maneiras de fazer arquitetura e urbanismo, de forma a dialogarmos melhor com os outros atores sociais envolvidos. A tecnologia encurtou distâncias, reduziu o tempo de realização das coisas, e, no entanto, continuamos

cada vez mais “sem tempo”. Segundo Rogers (1997), atualmente possuímos tecnologia suficiente para produzir aquilo que necessitamos em um tempo muito menor do que as 8 horas de trabalho diário a que nos acostumamos a trabalhar. Com isso, podemos pensar em novas formas de utilizar esse tempo que poderia estar “sobrando”.

No nosso estudo de caso, pudemos observar que as ferramentas utilizadas pela prefeitura e pelo escritório de arquitetura para apresentar o projeto à população não foram eficientes e não conseguiram fazer com que os moradores compreendessem de forma satisfatória as intervenções propostas e o impacto em suas vidas.

As diversas reclamações da população sobre o desconhecimento e a falta de diálogo com os técnicos, além da abordagem invasiva e autoritária relatada por eles, demonstra que é preciso repensar as formas de comunicação com os moradores.

No caso da Providência, essa falta de diálogo e entendimento está gerando diversos processos judiciais, além de enormes transtornos à população removida, que muitas vezes desconhece os motivos da remoção e as alternativas apresentadas.

Na falta de ferramentas mais adequadas para interação com a população, a própria apreensão da realidade da favela e das necessidades dos moradores fica comprometida. E as obras implementadas correm o risco de não serem apropriadas pela população e de representarem investimento público em construções e equipamentos a serem subutilizados.

É importante, portanto, repensar o papel do arquiteto na sociedade, para que ele assuma uma função

menos interventora e mais colaboradora. O arquiteto criador, artista, dando lugar ao arquiteto membro de uma coletividade, que entende sua importância propositiva, mas que sabe os limites de sua atuação.

Segundo Santos (1988: 55),

O especialista (urbanista, engenheiro, arquiteto, planejador) tem de assumir um novo papel, (...). Ele é aquele que segue a partida com interesse, procura esclarecer dúvidas e pontos obscuros e funciona como mediador aconselhando a atualização de estatutos e modos de agir, à medida que verifique sua superação.

Urbanização como solução?

Como observamos no capítulo 2 da parte A, diversas iniciativas e políticas governamentais no sentido de melhorar o espaço urbano das favelas, e assim garantir a permanência de seus moradores – ou pelo menos parte deles – estão presentes há muitas décadas, muito antes do programa Favela-Bairro, que acabou tornando-se um dos mais conhecidos programas de urbanização de favelas.

Na primeira parte desse capítulo, discutimos os dois principais programas do Município do Rio de Janeiro – o Favela-Bairro e o Morar Carioca, este último criado em 2010. Apesar de no escopo do trabalho terem surgido algumas mudanças importantes no segundo programa, na realidade, o que tem sido feito pouco difere do Favela-Bairro, demonstrando que a reflexão crítica das intervenções anteriores ainda não foi suficiente para alterar as práticas.

No entanto, como ressaltamos anteriormente, podemos dizer que o programa Morar Carioca, criado a partir de um concurso público de arquitetura, na realidade ainda não teve início, uma vez que os

escritórios vencedores do concurso ainda não iniciaram os trabalhos. Portanto, o que o governo chama de Morar Carioca são iniciativas anteriores, que apenas mudaram de nome, e talvez por isso ainda não espelhem as mudanças previstas para o novo programa.

O que é importante ressaltar é que, quase vinte anos após o início do Favela-Bairro, poucas mudanças na abordagem e na forma de realização dos projetos e obras ocorreram. Pouca informação se tem acerca de uma avaliação dos espaços após as obras implementadas, e algumas favelas, inclusive, estão recebendo mais de uma intervenção urbana em um curto espaço de tempo, o que parece demonstrar que as ações estão sendo pouco eficientes para garantir as soluções propostas.

Um exemplo disso, é a Favela da Providência, nosso estudo de caso. Em menos de dez anos teve dois projetos de urbanização diferentes, elaborados pelo mesmo escritório de arquitetura, a partir de um mesmo Diagnóstico Espacial (realizado para o Favela-Bairro) e que, ainda assim, continua, aparentemente, não atendendo aos interesses da população.

É importante ressaltar que, apesar de acreditar nas concretas melhorias e no benefício para a população da urbanização dos assentamentos informais, compreendemos que este processo está repleto de contradições e que apenas a urbanização não será responsável por solucionar os problemas da população pobre, que continuará sofrendo com o processo de gentrificação e muitas vezes permanecerá desassistida pelo governo e pelos técnicos, a menos que soluções de caráter mais amplo e articulado, que envolvam diversas disciplinas, sejam tomadas.

Buscamos compreender de que forma intervenções no espaço físico podem contribuir ou prejudicar as relações sociais que ocorrem nesses espaços e, dessa forma, analisar a importância da forma de atuação do

arquiteto e dos processos projetuais no sucesso ou fracasso das intervenções. De acordo com Santos (1988): *“A construção dos espaços deve ajudar a refletir a construção da identidade das pessoas que destes espaços irão se utilizar.”*

Limites e Apontamentos

Mais do que com conclusões, esta pesquisa encerra-se com algumas questões. Como deverá ser este novo arquiteto que deverá atuar nesta antiga realidade? Até que ponto será necessário repensarmos a formação destes profissionais para que possam atuar de forma mais comprometida com a realidade? Podem os arquitetos aprender com as favelas e com sua forma complexa de organizar-se e construir-se?

Acreditamos que pesquisas e estudos mais profundos sobre o impacto das intervenções urbanísticas em favelas – e no restante da cidade – são fundamentais. E que essas análises e estudos possam provocar mudanças efetivas nos processos de atuação do arquiteto na cidade.

Neste estudo, fizemos uma abordagem mais geral e de certa forma superficial. Seria necessário uma pesquisa mais intensiva e abrangente com a população e um acompanhamento de perto dos processos que estão ocorrendo no Morro da Providência para que fosse possível chegar a conclusões mais profundas e pensarmos em mudanças mais efetivas para a prática da arquitetura e para seu impacto na vida das pessoas.

Dessa mesma forma, a pesquisa em outras áreas da cidade, inclusive uma comparação entre esses impactos na cidade formal e na favela, poderiam enriquecer o debate e nos trazer algumas respostas.

Este trabalho buscou encontrar e reforçar a importância do arquiteto na sociedade, mas o fez a partir de uma visão crítica com relação à sua atuação e ao seu poder. A compreensão dos limites de nossa capacidade no que diz respeito à transformação da sociedade é fundamental para que possamos repensar nossa profissão e nossa formação e, talvez, resgatar o entendimento do que é a arquitetura e até onde podemos ir.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Pedro (org.) (2003). *A Cidade da Informalidade: o desafio das cidades latino americanas*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

ABRAMO, Pedro (org.) (2009). *Favela e Mercado Informal: A nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: ANTAC.

ABREU, Maurício de A. (2008 [1987]). *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP.

ABREU, Maurício de A. (1994). *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XIV, n37, p.34-46.

ABREU, Maurício de A. ; VAZ, Lilian F. (1991). *Sobre as Origens da Favela*. Salvador: IV Encontro Nacional da ANPUR, p.481-491.

ANDRADE, Luciana da Silva. (2002). *A constituição de Espaços Públicos em Favelas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Geografia - UFRJ. (Tese de doutorado)

ANDRADE, Luciana da Silva. (1998). *Favela-Bairro: Além da Arquitetura Possível*. São Paulo: Revista AU – Arquitetura e Urbanismo, v98, p.81-82

BENETTI, Pablo. (2011) *Arquitetura e Cidade: Desafios para o ensino de projeto*. Rio de Janeiro: DPA-FAU-UFRJ (Conferência apresentada para Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Titular 40 DE) *texto a ser publicado*.

BOTTON, Alain de.(2006) *A Arquitetura da Felicidade*. Rio de Janeiro: Rocco.

BUENO, Laura Machado Mello. (2000). Projeto e Favela: metodologia para projetos de urbanização. São Paulo: FAU-USP. (Tese de doutorado).

CARDOSO, Adauto Lucio. (2007). Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (2001). Espaço-tempo na metrópole. A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto.

CONDE, Luis Paulo; MAGALHÃES, Sergio Ferraz. (2004). Favela Bairro - uma outra história da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pro editores Associados.

DAVIS, Mike. (2006). Planeta Favela. São Paulo: Boitempo.

DUARTE, Cristiane Rose; SILVA, Osvaldo Luiz; BRASILEIRO, Ana Maria. (1996) *Favela, um bairro. Propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro*. São Paulo, Pro Editores Associados.

GEHL, Jan. (2006). *Life Between Buildings: Using Public Space*. Copenhagen: The Danish Architectural Press.

HALL, Peter. (2007 [1988]) *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva.

HARVEY, David. (2004 [2000]) *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, David. (2007 [1992]) *Condição Pós Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

HERTZBERGER, Herman. (2010 [1996]). *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes.

JACOBS, Jane. (2009 [1961]). *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

JACQUES, Paola Berenstein. (2001). *A Estética da Ginga – A arquitetura das favelas através da obra de Helio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

JACQUES, Paola Berenstein (organização). (2003). *Apologia da Deriva – Escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

JACQUES, Paola Berenstein. (2005). *Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. Caminhos alternativos à espetacularização das cidades*. Porto Alegre: ARQTEXTO (UFRGS).

KOSTOF, Spiro. (1977) *The Architect: Chapters in the History of the Profession*. Nova York: Oxford University Press.

LEFEBVRE, Henri. (2001. [1968]). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.

MOURA, Vitor Tavares. (1943). *Favelas do Distrito Federal*. In *Aspectos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Sauer.

MONTANER, Josep Maria. (2001). *Depois Do Movimento Moderno: Arquitetura Da Segunda Metade Do Séclo XX*. Barcelona: Gustavo Gili.

MONTEIRO, João Carlos. (2011). *Habitação Social na Área Central do Rio de Janeiro: Reflexões Críticas a partir do Programa Nova Alternativas*. Rio de Janeiro: DPUR-FAU-UFRJ. (Dissertação de Mestrado).

PERLMAN, Janice E. (2002 [1977]). *O Mito da Marginalidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

FARIAS, Jacira Saavedra. (2010). *A Forma da Informalidade*. Rio de Janeiro: PROURB-FAU-UFRJ. (Dissertação de mestrado).

FATHY, Hassan. (1980 [1973]). *Construindo com o Povo - Arquitetura para os Pobres*. São Paulo: Salamandra.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. (2011). *Dilemas e Compromissos da Arquitetura e do Ensino de Projeto na Atualidade*. Rio de Janeiro: DPA-FAU-UFRJ (Conferência apresentada para Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Titular 40 DE)

ROGERS, Richard. (1997). *Cities for a small planet*. Colorado: Westview Press

SAMORA, Patricia Rodrigues. (2008). *Projeto de Habitação em Favelas: Especificidades e parâmetros de qualidade*. São Paulo: FAU-USP. (Tese de doutorado).

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. (1980a). Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (coord.). *O desafio da cidade - novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. (1980b). *Como projetar de baixo para cima*. Rio de Janeiro: Revista IBAM, ano 27, n156 p.6-27.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. (1981a [1979]). *Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros*. In: VALLADARES, Licia do Prado. *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. (1981b) *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. (1985). *Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto FINEP/IBAM.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. (1988) *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projetos Editores.

SANTOS, Milton. (1997 [1988]). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.

SILVA, Maria Lais Pereira da. (2005). *Favelas Cariocas*. Rio de Janeiro: Contraponto.

SILVA, Maria Lais Pereira da. (2001). *Olhando a História para Entender o que é Realmente Novo no Presente*. Salvador: Fórum Habitar 2000.

SUMMERSON, John. (1982 [1963]). *A Linguagem Clássica da Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes.

VAZ, Lilian F. (1994). *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro*. Lisboa: *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, n127, p. 581-597.

ZYLBERBERG, Sónia. (1992). *Morro da Providência: Memórias da Favella*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

Referências Eletrônicas:

JACQUES, Paola Berenstein. (2008). Corpografias Urbanas. Portal Vitruvius, sessão Arquitextos: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg093/arg093_02.asp

Correio do Brasil: <http://correiodobrasil.com.br/morro-da-providencia-recebe-obras-do-favela-bairro/92912/#.TnklwkDKJE8.twitter>

Blog Habitação social-urbanismo: <http://habitao-social.blogspot.com/2007/12/projeto-cimento-social-morro-da.html>

Blog Fórum Comunitário do Porto: <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>

Site do Concurso Morar Carioca: <http://concursomorar Carioca.com.br>

Site do Ministério do Desenvolvimento Social: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>

Site Cidade Olímpica: www.cidadeolimpica.com

Blog Raquel Rolnik: <http://raquelrolnik.wordpress.com>

Site Porto Maravilha: www.portomaravilha.com.br

Vitruvius: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/05.019/3327?page=1>